

# Manual para a Formação de Formadores de Líderes Afrodescendentes nas Américas



*“Promovendo a participação plena, livre e em igualdade de condições dos afrodescendentes em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural nas Américas”*

*Departamento de Direito Internacional*

*Secretaria de Assuntos Jurídicos*



Organização dos  
Estados Americanos



GOBIERNO  
DE ESPAÑA

MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACIÓN





# Manual para a Formação de Formadores de Líderes Afrodescendentes nas Américas



*“Promovendo a participação plena, livre e em igualdade de condições dos afrodescendentes em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural nas Américas”*

*Departamento de Direito Internacional*

*Secretaria de Assuntos Jurídicos*



Organização dos  
Estados Americanos



GOBIERNO  
DE ESPAÑA

MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACIÓN





# Manual para a Formação de Formadores de Líderes Afrodescendentes nas Américas

Departamento de Direito Internacional  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Organização dos Estados Americanos



Organização dos  
Estados Americanos

**Departamento de Direito Internacional**  
**Secretaria de Assuntos Jurídicos**  
**Organização dos Estados Americanos**  
Washington, D.C.  
2012

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS  
SECRETARIA-GERAL

**José Miguel Insulza**  
Secretário-Geral

**Albert Ramdin**  
Secretário-Geral Adjunto

**Jean-Michel Arrighi**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**Dante Negro**  
Diretor do Departamento de Direito Internacional

**Editor:**  
Departamento de Direito Internacional  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Organização dos Estados Americanos

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da OEA. Portanto, são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e em nenhum caso comprometem a Organização.

**OAS Cataloging-in-Publication Data**

Manual para a formação de formadores de líderes Afrodescendentes nas Américas / preparado pelo Departamento de Direito Internacional.  
p.; cm. (OEA documentos oficiais; OEA Ser.D/XIX.9) (OAS official records; OEA Ser.D/XIX.9)

ISBN 978-0-8270-5724-1

1. African diaspora--America--Handbooks, manuals, etc. 2. Race discrimination America--Handbooks, manuals, etc.  
3. Racism--America--Handbooks, manuals, etc. I. Organization of American States. Department of International Law. II. Series.  
OEA/Ser.D/XIX.9

Autores: Gustavo Lugo, Diego Moreno, Dante Negro, Roberto Rojas Dávila, Pablo Zúñiga e Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora

A coordenação e a compilação deste manual estiveram a cargo de Roberto Rojas Dávila

## Reconhecimentos

Contribuíram para a elaboração deste manual as seguintes pessoas: Gustavo Lugo, Diego Moreno, Dante Negro, Roberto Rojas Dávila e Pablo Zúñiga, bem como a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora.

A coordenação e compilação deste manual estiveram a cargo de Roberto Rojas Dávila.

Desejamos expressar nosso agradecimento ao Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha (MAEC) e à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) por sua contribuição a este projeto por meio do Fundo Espanhol para a OEA.

## Siglas e Abreviações

OEA	Organização dos Estados Americanos
DDI	Departamento de Direito Internacional
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
CAM	Comunidade Andina
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
NNA	Crianças e Adolescentes
GSV	Grupos em Situação de Vulnerabilidade
LGTBI	Lésbicas, Gays, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Bissexuais e Intersexuais



# Sumário

<b>Reconhecimentos</b>	<b>5</b>
<b>Apresentação</b>	<b>11</b>
<b>Metodologia</b>	<b>13</b>
<b>Módulo I</b>	<b>15</b>
<b>O Sistema Interamericano e a Participação e Incidência Política dos Afrodescendentes</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>18</b>
A Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Participação e Incidência Política dos Afrodescendentes	
<b>Tema 2</b>	<b>34</b>
Desenvolvimentos Atuais do Tema dos afrodescendentes No Sistema Interamericano	
<b>Módulo II</b>	<b>53</b>
<b>Organismos Sub-regionais e a Participação dos Afrodescendentes</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>56</b>
Sistema da Integração Centro-Americana (SICA)	
<b>Tema 2</b>	<b>59</b>
Comunidade Andina (CAN)	
<b>Tema 3</b>	<b>61</b>
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	
<b>Tema 4</b>	<b>63</b>
Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB)	
<b>Módulo III</b>	<b>67</b>
<b>Padrões de Proteção de Afrodescendentes</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>70</b>
Evolução dos padrões de proteção de afrodescendentes no Sistema Universal	
<b>Tema 2</b>	<b>82</b>
Padrões de proteção de afrodescendentes no Sistema Interamericano	

<b>Módulo IV</b>	<b>91</b>
<b>Grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>94</b>
A OEA e os grupos em situação de vulnerabilidade	
<b>Tema 2</b>	<b>99</b>
Grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente	
<b>Módulo V</b>	<b>105</b>
<b>Mulheres afrodescendentes</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>108</b>
Antecedentes	
<b>Tema 2</b>	<b>110</b>
Situação de direitos humanos das mulheres	
Afrodescendentes da Região Latino-Americana e do Caribe	
<b>Tema 3</b>	<b>115</b>
Principais avanços	
<b>Módulo VI</b>	<b>119</b>
<b>Cooperação internacional e gestão de Recursos (angariação de fundos)</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>123</b>
Cooperação Internacional	
<b>Tema 2</b>	<b>129</b>
Gestão de fundos (angariação de fundos)	
<b>Módulo VII</b>	<b>141</b>
<b>Réplicas</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>144</b>
Réplicas	
<b>Módulo VIII</b>	<b>149</b>
<b>Ferramentas para a participação e incidência política</b>	
<b>Tema 1</b>	<b>152</b>
Workshop em Grupo “Análise dos avanços e retrocessos da democracia na região”	

<b>Tema 2</b>	<b>157</b>
Workshop em Grupo “Técnicas de Comunicação Política”	
<b>Recomendações e Avaliação</b>	<b>159</b>
Recomendações para a participação e incidência política	161
Recomendações para os facilitadores	163
Avaliação do workshop	164



## **Apresentação**

Este manual tem por objetivo servir de ferramenta a líderes afrodescendentes e, em geral, à sociedade civil que trabalha em assuntos vinculados aos afrodescendentes nas Américas. Visa a proporcionar um conjunto de conhecimentos e facilitar o desenvolvimento de determinadas aptidões que poderiam ser úteis para todo líder afrodescendente que deseje influenciar de maneira mais eficaz diferentes espaços de participação política nos níveis interamericano, sub-regional, nacional e/ou comunitário.

Não estamos, porém, perante um manual de liderança propriamente dito. Estamos cientes de que sobre esta matéria já existe uma literatura abundante. Ao contrário, este manual parte do princípio de que seus usuários de fato já são líderes, no sentido de possuírem uma certa trajetória trabalhando em diferentes instâncias com pessoas e comunidades afrodescendentes.

A ênfase, portanto, não é atribuída às habilidades e aptidões que deve desenvolver uma pessoa para transformar-se em líder, embora o manual contenha algumas contribuições importantes para fortalecer determinadas condições que permitiriam exercer uma liderança mais eficaz e em conformidade com valores democráticos e participativos.

O manual parte da visão de que é necessário divulgar um conjunto de instrumentos relativos aos afrodescendentes provenientes de instâncias internacionais regionais, como é o caso da Organização dos Estados Americanos e de outras instituições que constituem o Sistema Interamericano, bem como de outros organismos sub-regionais. Devido às fontes de proveniência, as quais transcendem as fronteiras de qualquer país específico das Américas, estas ferramentas podem chegar a ter um importante efeito para legitimar e consolidar posições sobre cuja base o líder poderá eventualmente incidir em diferentes espaços de tomada de decisões políticas. Daí a ênfase que este manual atribui às instituições, normas e padrões do Sistema Interamericano e de outros organismos sub-regionais.

Quanto a seus conteúdos mais específicos, o manual está agrupado em torno de oito módulos temáticos. Os primeiros dois módulos oferecem uma exposição sobre as instituições do Sistema Interamericano, bem como de outras instâncias sub-regionais e as possibilidades de participação e incidência que os líderes possam chegar a ter nelas. Estes módulos são importantes precisamente porque abordam os âmbitos a partir dos quais se pode promover a produção de instrumentos internacionais relativos aos afrodescendentes, os quais, por sua vez, podem chegar a ter uma projeção em outras instâncias, sejam nacionais ou locais.

O terceiro módulo proporciona um conjunto de conhecimentos substantivos que mantêm relação com os padrões reconhecidos no plano internacional em prol dos afrodescendentes. A intenção deste módulo é dotar os líderes de conhecimentos mais precisos, sobre que direitos dos afrodescendentes foram reconhecidos e os compromissos políticos que os Estados da região assumiram com relação a este coletivo. Com base no conhecimento desses padrões, cremos que os líderes contarão com fundamentos mais sólidos para basear suas reivindicações em diferentes espaços de tomada de decisões políticas.

Os módulos quarto e quinto tratam de estratégias para enfrentar a situação de especial vulnerabilidade do coletivo afrodescendente nas Américas, bem como de determinados grupos no interior deste mesmo coletivo, como seria o caso da mulher afrodescendente e de outros. Como se sabe, esta situação de vulnerabilidade gera exclusão, marginalização, discriminação e, em geral, o desconhecimento dos direitos das pessoas afetadas. Daí a importância de gerar as condições necessárias para o empoderamento destes grupos, de maneira a permitir sua inclusão em todos os âmbitos da vida de nossas sociedades.

O sexto módulo visa a oferecer aos líderes e, em geral, à sociedade civil afrodescendente alguns conhecimentos e técnicas básicas para a obtenção e gestão de recursos em projetos de desenvolvimento que possam futuramente beneficiar a população afrodescendente. O objetivo é, portanto, promover a sustentabilidade de iniciativas e projetos em prol dessas pessoas com o apoio da cooperação internacional, rompendo ao mesmo tempo a invisibilidade que afeta o coletivo perante a comunidade internacional.

Por outro lado, cumpre indicar que este manual está concebido para ter um efeito multiplicador e atingir assim um maior número de ativistas afrodescendentes. Neste sentido, está estruturado como um manual de “formador de formadores”.

Conseqüentemente, prevê-se um sétimo módulo destinado a dotar os usuários dos conhecimentos necessários para que eles mesmos possam, por sua vez, organizar eventos de formação e capacitação, empregando este manual como guia.

Finalmente, o oitavo módulo destina-se a promover o desenvolvimento de aptidões específicas com vistas a conseguir uma participação e incidência política mais eficazes. Concretamente são abordados neste módulo temas relacionados a avanços e retrocessos da democracia na região, bem como técnicas eficazes de comunicação política. Complementa-se assim a perspectiva de instituições e normas do Sistema Interamericano com temas relacionados à participação democrática dos líderes afrodescendentes de nossa região.

Em conclusão, o objetivo final ao qual aspiramos é o de promover uma participação mais plena, livre e em igualdade de condições dos afrodescendentes das Américas em diferentes espaços de tomada de decisões, de maneira que possam incidir mais eficazmente nesses espaços, a fim de conseguir a plena inclusão deste coletivo em todos os âmbitos da vida de nossos países com pleno respeito e reconhecimento de seus direitos e necessidades específicas.

**Dante Negro**

**Diretor**

**Departamento de Direito Internacional**

**Secretaria de Assuntos Jurídicos**

**Organização dos Estados Americanos**

# Metodologia

## Como usar o Manual?

Para assegurar a dotação das informações em uma capacitação, não basta elaborar uma proposta pedagógica, mas também dispor do tempo necessário para transmitir adequadamente as informações aos participantes.

Conseguir que os afrodescendentes reforcem seus conhecimentos e facilitar o desenvolvimento de determinadas aptidões para exercer influência mais eficaz em diferentes espaços de participação política – seja nos níveis interamericano, sub-regional, nacional e/ou comunitário – requer o desenvolvimento de processos de reflexão, de ação e fortalecimento de competências que permitam elaborar estratégias para a participação e incidência política eficaz.

Neste contexto a proposta metodológica parte do reconhecimento das experiências prévias dos participantes em processos de lideranças. Promove também a participação ativa, o diálogo e a busca de consensos como bases do aprendizado. O enfoque proposto permitirá fundamentar competências com base nas experiências, realidades e necessidades dos participantes em uma relação interativa e construtiva.

O uso do manual inclui fases de informação, aplicação de conhecimentos e capacidades das pessoas, bem como o fornecimento de ferramentas para melhorar a participação e incidência política dos afrodescendentes na região. Neste sentido, a proposta pedagógica e didática deste manual destina-se a desenvolver competências específicas, cognitivas e comportamentais nos participantes.

Os módulos estão organizados da seguinte maneira:

### Parte conceitual

1. Objetivos do módulo.
2. Informação geral e específica sobre o tema ou temas.

### Atividade

1. Organização do trabalho.
2. Diálogo.
3. Realização da atividade.
4. Consenso e elaboração do produto ou produtos solicitados.

### Conclusões

1. Exposição em grupo sobre o resultado ou resultados da atividade.
2. Reflexão individual ou em grupo sobre a utilidade do aprendizado.

## **Materiais**

- Flipchart ou papel descartável.
- Blocos de notas.
- Fichas de cartolina.
- Canetas de marcação.
- Computador e projetor (preferência).

A quantidade dos materiais depende do número dos participantes do workshop.

## **Passos para o desenvolvimento do workshop**

### **Passo 1**

No início dos workshops, o facilitador apresenta os conteúdos e objetivo do Manual e dos módulos, para que os participantes tenham uma idéia clara do objetivo do workshop.

### **Passo 2**

O facilitador se apresenta e pede aos participantes que se apresentem. De preferência, deve-se utilizar uma dinâmica de apresentação.

### **Passo 3**

O facilitador, em conjunto com os participantes, estabelecerá um diálogo para a busca de um consenso para a elaboração de normas de convivência. Por exemplo, pontualidade, respeito das opiniões dos demais, entre outras.

### **Passo 4**

O facilitador iniciará a exposição dos conteúdos dos módulos, tal como está estabelecido na estrutura do manual e de acordo com a metodologia.

### **Importante**

O facilitador pode adequar cada unidade à sua realidade e no nível de formação das pessoas a capacitar, respeitando sempre a estrutura do manual.



# Módulo I

## **O Sistema Interamericano e a participação e incidência política dos afrodescendentes**







## Módulo I

# O Sistema Interamericano e a participação e incidência política dos afrodescendentes

### Objetivo

O módulo tem por objetivo desenvolver nos participantes conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento da OEA, Processo de Cúpulas das Américas e Registro de Sociedade Civil da OEA, além de desenvolver possíveis estratégias de participação e incidência. Além disso, visa a oferecer uma síntese dos desenvolvimentos atuais no tema dos afrodescendentes no Sistema Interamericano, com especial ênfase nas resoluções da Assembleia Geral da OEA, Declarações das Cúpulas das Américas e Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

### Duração

Aproximadamente 3 horas e 30 minutos.

### Metodologia

Com base no conhecimento de conceitos essenciais será feita uma análise das informações para iniciar o debate e a reflexão sobre as possíveis estratégias de participação e incidência nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas.

### Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão a estrutura e o funcionamento da OEA e o Processo de Cúpulas das Américas.
2. Contarão com informações sobre os desenvolvimentos atuais sobre o tema dos afrodescendentes no Sistema Interamericano.
3. Reconhecerão potenciais estratégias de participação e incidência nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas.

## **Tema 1**

# **A Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Participação e Incidência Política dos afrodescendentes**

### **Objetivos**

Ao terminar este tema o participante deverá:

1. Ter um conhecimento geral da OEA, quais são seus propósitos essenciais, que órgãos a compõem e quais destes órgãos são relevantes no desenvolvimento do tema dos afrodescendentes.
2. Ter conhecimento de como a Assembléia Geral da OEA adota suas decisões, qual é a natureza, linguagem, teor e estrutura de suas resoluções (como se divide e a parte mais importante), a quem está dirigida, que papel compete à sociedade civil e que tipo de propostas podem ser apresentadas com relação a seu teor.
3. Ter conhecimento do papel e estrutura do Conselho Permanente e suas Comissões, como vem desenvolvendo o tema dos afrodescendentes, qual é seu calendário de trabalho anual e qual é o melhor momento para apresentar propostas.
4. Ter conhecimento das áreas da Secretaria-Geral que colaboram com a sociedade civil em geral e com o coletivo afrodescendente em particular, com vistas a estabelecer as sinergias respectivas.
5. Ter conhecimento da relação existente entre o Processo de Cúpulas das Américas e a OEA.
6. Ser capaz de redigir propostas concretas e pertinentes, conforme o caso, a cada um dos processos atuais do Sistema Interamericano nos quais se discute a tema dos afrodescendentes.
7. Conhecer a maneira como a sociedade civil pode participar ativamente dos processos da Organização e quais são as prerrogativas e o impacto que pode ter nesses processos.

### **A. A Organização dos Estados Americanos (OEA)**

A OEA foi criada em 1948, mas suas origens remontam à Primeira Conferência Internacional Americana de 1889 realizada em Washington, D.C. Sua sede é a cidade de Washington, D.C.



A OEA compõe-se de 35 Estados membros. No entanto, desde 1962 o Governo de Cuba está suspenso de participar das atividades dos órgãos da OEA.

As normas que regem a OEA constam de sua Carta Constitutiva aprovada em 1948 e nos quatro Protocolos que a modificaram no correr dos anos. A Carta da OEA é um tratado internacional.

### **O que é a Organização dos Estados Americanos (OEA)?**

A OEA é um organismo internacional de caráter intergovernamental, não supranacional. Não existe um órgão supranacional que possa impor decisões aos Estados membros. São os Estados membros que de comum acordo adotam as decisões na Organização.

## **B. Os propósitos essenciais da OEA**

O artigo 2 da Carta da OEA estabelece os propósitos para os quais foi criada:

- 1) Garantir a paz e a segurança continentais;
- 2) Promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção;
- 3) Prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros;
- 4) Organizar a ação solidária destes em caso de agressão;
- 5) Procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados membros;
- 6) Promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural;
- 7) Erradicar a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério; e
- 8) Alcançar uma efetiva limitação de armamentos convencionais que permita dedicar a maior soma de recursos ao desenvolvimento econômico-social dos Estados membros.

## **C. Os Órgãos da OEA**

Para cumprir os propósitos acima enunciados, a Carta da OEA determina em seu artigo 53 os órgãos que a compõem:

1. Assembléia Geral.
2. Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.
3. Dois Conselhos (Conselho Permanente e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral).
4. Comissão Jurídica Interamericana.
5. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
6. Secretaria-Geral.
7. Conferências Especializadas.
8. Organismos Especializados.
9. Outros órgãos subsidiários, organismos e outras entidades que forem julgados necessários.

Os órgãos que mais nos interessa conhecer devido à relação com o tema dos afrodescendentes são:

1. Assembléia Geral.
2. Conselho Permanente.
3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
4. Secretaria-Geral.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos não é um órgão da OEA porque não foi estabelecida na Carta da Organização, mas em outro tratado internacional, a saber, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Portanto, somente estão sujeitos à Corte Interamericana os Estados membros que ratificaram essa Convenção e também reconheceram sua competência. Por outro lado, o estudo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por questões de metodologia, não fará parte deste capítulo.

## **D. Assembléia Geral**

1. É o órgão supremo da Organização. Decide a ação e políticas gerais da OEA.
2. É constituída pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros ou seus representantes.
3. Reúne-se regularmente uma vez ao ano em de junho por dois ou três dias.



4. Adota decisões sobre diversos temas por meio de declarações e resoluções. Aprova anualmente cerca de 100 resoluções.
5. Cada Estado, independentemente de seu tamanho ou poder econômico tem direito a um voto.
6. Não obstante o voto, os Estados membros procuram adotar todas as suas decisões por consenso.
7. Antes da abertura da Assembléia Geral, um ou dois dias antes, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros realizam um diálogo com a sociedade civil.

Figura, a seguir, uma das resoluções que a Assembléia Geral adotou em sua última reunião (chamada período ordinário de sessões), em junho de 2011 em São Salvador sobre o tema dos afrodescendentes. Favor lê-la com atenção, para entender como, por meio dela, a Assembléia Geral determina a ação e as políticas gerais da OEA a respeito deste tema.

Resolução:

AG/RES. 2693 (XLI-O/11)  
RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS/DAS  
AFRODESCENDENTES NAS AMÉRICAS

A ASSEMBLÉIA GERAL,

RECORDANDO a resolução AG/RES. 2550 (XL-O/10), “Reconhecimento do Ano Internacional dos Afrodescendentes”, que reconhece a resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas 64/169, que proclama 2011 Ano Internacional dos Afrodescendentes, e a sessão especial do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em 15 de março de 2011, para comemorar o Ano Internacional dos Afrodescendentes;

TENDO PRESENTE:

Que a Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece entre os seus princípios o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo;

Que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem estabelece que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos sem distinção de raça, sexo, idioma, credo ou qualquer outra;

Que a Carta Democrática Interamericana ressalta que o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa nas Américas contribui para o fortalecimento da democracia e para a participação do cidadão; e



Que, em fevereiro de 2005, reconhecendo que persiste a discriminação racial contra pessoas de ascendência africana nas Américas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) criou uma Relatoria sobre os Direitos dos Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial, com vistas a promover o reconhecimento e os direitos dessas pessoas;

RECORDANDO as disposições pertinentes relativas aos afrodescendentes constantes das declarações das Cúpulas das Américas, bem como da Declaração da Conferência Regional das Américas (preparatória da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata), realizada em Santiago, Chile, em 2000; e a Conferência da América Latina e Caribe, preparatória da Conferência de Revisão de Durban, realizada em Brasília, Brasil, em 2008;

RECORDANDO TAMBÉM a Declaração e Programa de Ação de Viena, aprovados pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1993; a Declaração e Programa de Ação de Durban, aprovados pela Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001; e a Conferência de Revisão de Durban, realizada em Genebra, Suíça, em 2009;

REAFIRMANDO o firme compromisso dos Estados membros de enfrentar por meio dos diversos mecanismos o flagelo do racismo, da discriminação e da intolerância em suas sociedades como um problema que afeta a sociedade em geral;

TOMANDO NOTA dos esforços dos Estados membros para avançar na elaboração de um “Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância”; e

CONSIDERANDO que países da África e das Américas, no âmbito de fóruns bilaterais e multilaterais, comprometeram-se a incentivar iniciativas regionais e inter-regionais para promover a democracia, os direitos humanos, o Estado de Direito e a erradicar a pobreza, a fome, a desigualdade e a exclusão social, por meio do intercâmbio de experiências entre suas organizações regionais e sub-regionais, inclusive a União Africana e a OEA, em matéria de fortalecimento da democracia e desenvolvimento integral no nível regional e internacional,

RESOLVE:

1. Reafirmar a importância da participação plena, livre e em igualdade de condições dos/das afrodescendentes em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural nos países das Américas.
2. Tomar nota do trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial, assim como o trabalho da Secretaria-Geral, a fim de promover e proteger os direitos dos/das afrodescendentes nos Estados membros.





3. Condenar as práticas de racismo, discriminação e intolerância de que são vítimas os/as afrodescendentes no Hemisfério e instar os Estados a adotar as medidas necessárias para abordar e combater essas práticas.

4. Reiterar as instruções dadas ao Conselho Permanente mediante a resolução AG/RES. 2550 (XL-O/10) para que convoque uma segunda sessão extraordinária de cooperação entre as Américas e a África, com a participação do corpo diplomático africano e de representantes da Comissão da União Africana, bem como dos Representantes Permanentes da Organização dos Estados Americanos (OEA).

5. Encarregar o Conselho Permanente de incluir em sua agenda, antes do Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, o tema Afrodescendentes nas Américas.

6. Solicitar ao Conselho Permanente que informe a Assembléia Geral, em seu Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, sobre a implementação desta resolução.

7. Determinar que a execução das atividades dispostas nesta resolução estará sujeita à disponibilidade de recursos financeiros alocados no orçamento-programa da Organização e de outros recursos.

#### Em quantas partes se divide a resolução?

Esta resolução, como as demais resoluções da Assembléia Geral, divide-se em duas partes principais: Parte dispositiva e parte resolutiva.

A parte dispositiva tem como objetivo fixar as razões pelas quais se decide algo e os antecedentes de um tema em particular.

A parte resolutiva é onde encontramos as decisões concretas da Assembléia Geral e implica tomar ações concretas.

Quantos mandatos concretos têm a resolução e a que órgãos da OEA se dirigem?

Esta resolução tem três mandatos concretos, constantes dos parágrafos 4, 5 e 6, dirigidos ao Conselho Permanente

Figura, a seguir, outra resolução aprovada pela Assembléia Geral em junho de 2011 sobre o tema da orientação sexual e identidade de gênero. Favor ler com atenção a parte resolutiva e procurar determinar as diferenças quanto ao alcance desta resolução e a relativa aos afrodescendentes.

Resolução:

AG/RES. 2653 (XLI-O/11)  
DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E  
IDENTIDADE GÊNERO

A ASSEMBLÉIA GERAL,

LEVANDO EM CONTA as resoluções AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08), AG/RES. 2504 (XXXIX-O/09) e AG/RES. 2600 (XL-O/10), “Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero”;

REITERANDO:

Que a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que a cada pessoa é dado exercer todos os direitos e as liberdades existentes nesse instrumento, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição; e

Que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem dispõe que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, sem distinção de raça, sexo, idioma, credo ou outra qualquer;

CONSIDERANDO que a Carta da Organização dos Estados Americanos proclama que a missão histórica das Américas é oferecer ao ser humano uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização justa de suas aspirações;

REAFIRMANDO os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

TOMANDO NOTA da Declaração sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, apresentada à Assembléia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 2008; e

TOMANDO NOTA COM PREOCUPAÇÃO dos atos de violência e de outras violações de direitos humanos, bem como da discriminação, praticados contra pessoas, em decorrência de sua orientação sexual e identidade de gênero,

RESOLVE:

1. Condenar a discriminação contra pessoas, por motivo de orientação sexual e identidade de gênero, e instar os Estados, de acordo com os parâmetros das instituições jurídicas de seu ordenamento interno, a adotar as medidas necessárias para prevenir, punir e erradicar tal discriminação.



2. Condenar os atos de violência, bem como as violações de direitos humanos de pessoas, em decorrência de sua orientação sexual e identidade de gênero, e instar os Estados a prevenir e a investigar esses atos e a assegurar às vítimas a devida proteção judicial, em condições de igualdade, bem como que os responsáveis enfrentem as consequências perante a justiça.
3. Incentivar os Estados membros a que, de acordo com os parâmetros das instituições jurídicas de seu ordenamento interno, considerem a adoção de políticas públicas contra a discriminação contra pessoas, por motivo de orientação sexual e identidade de gênero.
4. Instar os Estados a que assegurem proteção adequada aos defensores de direitos humanos que trabalham com temas relacionados a atos de violência, discriminação e violações dos direitos humanos de pessoas, em decorrência da orientação sexual e da identidade de gênero.
5. Solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que dê atenção especial a seu plano de trabalho intitulado “Direitos das pessoas LBTBI”, e que prepare o relatório hemisférico sobre a matéria, em conformidade com a prática estabelecida pela própria CIDH, e instar os Estados membros a que participem do relatório.
6. Solicitar à CIDH e à Comissão Jurídica Interamericana (CJI) os respectivos estudos sobre as implicações jurídicas e os desdobramentos conceituais e terminológicos relativos à orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero, e solicitar à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) que inclua em sua agenda a consideração do resultado dos estudos solicitados, com a participação das organizações da sociedade civil interessadas, antes do Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral.
7. Solicitar ao Conselho Permanente que informe a Assembleia Geral, em seu Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, sobre a implementação desta resolução, cuja execução estará sujeita à disponibilidade de recursos financeiros alocados no orçamento-programa da Organização e de outros recursos.

#### Quais são as principais diferenças entre ambas as resoluções?

As principais diferenças entre ambas as resoluções são:

- a) A segunda resolução contém parágrafos referentes aos Estados membros, aos quais “incentiva” e “insta” a adotar algumas ações.
- b) A segunda resolução contém mandatos para mais órgãos da Organização, inclusive a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana.

**Qual das duas resoluções parece atender melhor aos interesses do coletivo ao qual se dirige?**

A segunda resolução não só é mais extensa e contém mais parágrafos, mas também parece atender melhor às necessidades do coletivo ao qual se dirige.

**Por que é importante conhecer a estrutura das resoluções da Assembléia Geral e seu teor?**

1. Os Estados membros são os que negociam o conteúdo das resoluções e adotam as decisões finais. É importante levar isso em conta para não gerar expectativas pouco realistas. As organizações da sociedade civil não participam da votação das resoluções nem adotam decisões.
2. Não obstante isso, as organizações da sociedade civil podem desempenhar um papel importante neste processo. Para isso devem estar familiarizadas com esta ferramenta, sua estrutura, seu teor, a linguagem que emprega e os alcances quanto à sua obrigatoriedade, para estar em condições de fazer propostas viáveis e eficazes. Mais adiante veremos como essas organizações podem participar efetivamente deste processo por meio do registro inscrição.
3. As resoluções da Assembléia Geral geram mandatos aos órgãos da Organização destinados a iniciar ações que ajudem a entender melhor uma problemática (organização de sessões especiais para receber contribuições da sociedade civil, intercambiar informações, boas práticas, etc.) ou adotar políticas gerais por meio de tratados, planos de ação, programas interamericanos, leis modelo, etc.

Por exemplo, a resolução AG/RES. 2659 (XLI-O/11) “Promoção do Tribunal Penal Internacional” resolveu solicitar ao Conselho Permanente que ....realize uma sessão de trabalho ....na qual sejam discutidas, entre outros assuntos, medidas que fortaleçam a cooperação com o Tribunal Penal Internacional.” Por outro lado, a resolução AG/RES. 2654 (XLI-O/11) “Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos” resolveu “solicitar ao grupo de trabalho que ....elabore um projeto de convenção interamericana para a promoção e proteção dos direitos dos idosos que deverá ser apresentado ao Conselho Permanente antes do fim do primeiro semestre de 2012 ...”

4. As resoluções da Assembléia Geral não estabelecem obrigações jurídicas diretas para os Estados membros, mas estabelecem padrões ou compromissos políticos que podem orientar a adoção da legislação interna. Isto ocorre quando a Assembléia Geral “insta” os Estados membros a realizarem algo ou ela mesma reconhece a existência de certos direitos ou compromissos ou condena determinadas condutas. Por exemplo, a resolução AG/RES. 2662 (XLI-O/11) “Direito à Verdade” resolve “alentar a todos os Estados



a tomar medidas pertinentes para estabelecer mecanismos ou instituições que divulguem a informação sobre violações dos direitos humanos e assegurem o acesso adequado dos cidadãos a essas informações .....” Por outro lado, a resolução AG/RES. 2661 (XLI-O/11) “Acesso à informação pública e proteção de dados pessoais” resolveu “reafirmar a importância do acesso à informação pública, como condição indispensável à democracia e ao compromisso dos Estados membros de respeitar e fazer respeitar o princípio de concessão de acesso à informação governamental”.

5. Todas estas anotações devem levar-nos também a analisar a forma como a linguagem é empregada nestas resoluções. Isso implica muita prática, mas os parâmetros anteriores são um bom guia para começar a fazer propostas.

Agora vejamos como funciona um dos órgãos encarregados de executar os mandatos conferidos pela Assembléia Geral: o Conselho Permanente.

## **E. O Conselho Permanente**

1. É o órgão permanente da OEA. Implementa e cumpre as decisões da Assembléia Geral. No final informa a Assembléia Geral sobre essa execução.
2. É constituído pelos embaixadores ou Representantes Permanentes dos Estados membros. Representam seus Estados junto à OEA e seus canais de comunicação com os respectivos governos são os Ministérios das Relações Exteriores.
3. Reúne-se regularmente durante todo o ano.
4. Trabalha diretamente ou por meio de comissões e grupos de trabalho.
5. Cada Estado, sem importar seu tamanho ou poder econômico tem direito a um voto.
6. Não obstante o voto, os Estados membros procuram adotar todas suas decisões por consenso.
7. O Conselho Permanente tem atualmente as seguintes Comissões:
  - Comissão Geral.
  - Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos.
  - Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários.
  - Comissão de Segurança Hemisférica.
  - Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas atividades da OEA.
  - Comissão Especial sobre Assuntos de Migração.

8. Uma vez encerrada a Assembléia Geral, o Conselho Permanente recebe todas as resoluções aprovadas e distribui os mandatos entre suas diversas comissões, segundo os temas de que se trate.
9. As comissões, por sua vez, podem criar subcomissões ou grupos de trabalho para cumprir seus mandatos.
10. As Comissões pertinentes ao tema dos afrodescendentes são:

Comissão Geral: porque a essa Comissão é encaminhada a resolução sobre afrodescendentes.

Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP): porque a essa Comissão é encaminhada a negociação de um projeto de convenção interamericana sobre discriminação e intolerância. A CAJP criou para isso um grupo de trabalho.

Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas atividades da OEA: porque essa Comissão revisa as solicitações das organizações da sociedade civil para participar das atividades da OEA.

11. O projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância contém um projeto de artigo 4 ainda não aprovado e com diferentes emendas que estabelece em linhas gerais o seguinte:

*“Os Estados Partes desta Convenção reconhecem os direitos coletivos... dos afrodescendentes, indispensáveis para sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral como povos, entre outros, o direito à sua ação coletiva; à sua organização social, política e econômica; aos seus sistemas jurídicos; às suas próprias culturas; a professar e praticar as suas crenças espirituais; a utilizar os seus idiomas; e a administrar, controlar e aproveitar os seus habitats e recursos naturais.”*

Esta é a única disposição incluída no projeto relativa ao coletivo afrodescendente. Um projeto de convenção, uma vez aprovado pela Assembléia Geral, é submetido à ratificação por parte dos Estados membros. Quando eles a ratificam, o Estado assume obrigações jurídicas internacionais cujo descumprimento pode gerar sua responsabilidade internacional. Esta é a diferença fundamental com as resoluções da Assembléia Geral que são basicamente compromissos políticos. Ao elaborar propostas de insumos para um ou outro documento, cumpre levar em conta para fins de compreensão dessa linguagem.

Apresentamos, a seguir, a resolução da Assembléia Geral que encarrega a elaboração do projeto de convenção. Cumpre dispensar atenção aos parágrafos 2 e 4 resolutivos e como abordam o tema da participação da sociedade civil no processo:



Resolução:

AG/RES. 2677 (XLI-O/11)

PROJETO DE CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO  
E TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E INTOLERÂNCIA

A ASSEMBLÉIA GERAL,

TENDO VISTO o Relatório Anual do Conselho Permanente à Assembléia Geral  
(AG/doc.5217/11 add. 1);

RECORDANDO o conteúdo das resoluções AG/RES. 1712 (XXX-O/00), “Elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância”; AG/RES. 1774 (XXXI-O/01), AG/RES. 1905 (XXXII-O/02), AG/RES. 1930 (XXXIII-O/03) e AG/RES. 2038 (XXXIV-O/04), “Prevenção do racismo e de toda forma de discriminação e intolerância e consideração da elaboração de um projeto de convenção interamericana”; AG/RES. 2126 (XXXV-O/05) e AG/RES. 2168 (XXXVI-O/06), “Luta contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância e consideração do Projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância”; AG/RES. 2276 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2367 (XXXVIII-O/08), AG/RES. 2501 (XXXIX-O/09) e AG/RES. 2606 (XL-O/10), “Projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância”;

REAFIRMANDO os princípios da igualdade e da não-discriminação e reconhecendo que a diversidade humana é um elemento valioso para o progresso e o bem-estar da humanidade em geral;

RENOVANDO FIRMEMENTE o mais decidido compromisso da Organização dos Estados Americanos (OEA) em prol da erradicação do racismo e de todas as formas de discriminação e intolerância, e a convicção de que tais atitudes discriminatórias representam uma negação de valores universais, como os direitos inalienáveis e invioláveis da pessoa humana, e dos propósitos, princípios e garantias previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta Democrática Interamericana, na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos;

TOMANDO NOTA da comemoração, em 2010, do Ano Internacional dos Afrodescendentes, em conformidade com a Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas 64/169, “Ano Internacional dos Afrodescendentes”; bem como do



mandato da resolução da Assembléia Geral da OEA, AG/RES. 2550 (XL-O/10), “Reconhecimento do Ano Internacional dos Afrodescendentes”, e, em consonância com esse último, a realização, em 15 de março de 2011, da sessão extraordinária do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos para celebrar o Ano Internacional dos Afrodescendentes; bem como de outras atividades correlatas no âmbito da OEA;

OBSERVANDO com preocupação que até hoje um número considerável de seres humanos em nosso Hemisfério continua sendo vítima de manifestações antigas e contemporâneas de racismo, discriminação e intolerância;

RECONHECENDO as contribuições significativas dos Estados membros, dos órgãos, organismos e entidades da OEA, de outros organismos das Nações Unidas, bem como das organizações da sociedade civil e outras organizações, com relação ao processo contínuo de negociações; e

LEVANDO EM ESPECIAL CONSIDERAÇÃO o Relatório de Atividades do Período 2010-2011, conforme apresentado pelo Presidente do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP/GT/RDI-175/11 rev. 5),

RESOLVE:

1. Reafirmar a vontade e o mais decidido compromisso dos Estados membros de continuar a envidar esforços para a elaboração e a negociação dos instrumentos juridicamente vinculantes necessários para atender aos flagelos do racismo, da discriminação racial e de qualquer outra forma de discriminação e intolerância.

2. Instruir o Conselho Permanente a que prorrogue as tarefas do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos e o encarregue de elaborar projetos de instrumentos juridicamente vinculantes, dispensando consideração especial a uma convenção interamericana contra o racismo e a discriminação racial e intolerância, bem como um protocolo ou protocolos facultativos que atendam, adicionalmente, a todas as outras formas de discriminação e intolerância, em conformidade com o plano de trabalho e a metodologia que for adotada, levando em consideração, tanto quanto possível, o progresso traduzido no documento CAJP/GT/RDI-57/07 rev. 13, intitulado “Documento Consolidado: Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância”, e de continuar as negociações com base nos mencionados instrumentos. Nesse sentido e a fim de receber contribuições adicionais, o Grupo de Trabalho considerará a convocação de uma reunião extraordinária, em data apropriada, no período 2011-2012, com a participação de peritos governamentais e representantes dos Estados membros, organizações especializadas do Sistema Interamericano e outros sistemas regionais, órgãos especializados das Nações Unidas e organizações não-governamentais.





3. Instruir que a preparação, negociação e aprovação do texto final dos projetos dos mencionados instrumentos jurídicos sejam feitas de maneira simultânea e concomitante, a fim de assegurar tratamento integral e relacionado aos flagelos do racismo, da discriminação e da intolerância no Hemisfério.
4. Instruir que este processo continue a promover contribuições dos Estados membros, dos órgãos, organismos e entidades da Organização dos Estados Americanos (OEA), levando em conta o Instituto Interamericano de Direitos Humanos das Nações Unidas e outras organizações regionais; instar esses órgãos a continuar enviando contribuições por escrito ao Grupo de Trabalho para serem consideradas; e, em conformidade com as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA, constantes da resolução do Conselho Permanente CP/RES. 759 (1217/99) e solicitar ao Grupo de Trabalho que continue a receber as contribuições de grupos em situação de vulnerabilidade, bem como das organizações da sociedade civil interessadas.
5. Renovar os mandatos atribuídos ao Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA) e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nos parágrafos 5, 7 e 8 da resolução AG/RES. 2168 (XXXVI-O/06).
6. Solicitar à Secretaria-Geral que, por intermédio da Secretaria Executiva da CIDH e do Departamento de Direito Internacional da Secretaria de Assuntos Jurídicos, continue a prestar apoio às atividades do Grupo de Trabalho.
7. Solicitar ao Conselho Permanente que informe a Assembléia Geral, em seu Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, sobre a implementação desta resolução. A execução das atividades previstas nesta resolução estará sujeita à disponibilidade de recursos financeiros alocados no orçamento-programa da Organização e de outros recursos.

## **F. Cronograma de Trabalho na OEA**

Conforme vimos até agora, é importante entender bem quais são os prazos com que lida a Organização e o seu cronograma de trabalho anual:

1. Junho: Assembléia Geral.
2. Julho-Agosto: distribuição de mandatos ao Conselho Permanente e deste a suas comissões e grupos de trabalho.
3. Setembro: início de atividades das comissões e grupos de trabalho. Os primeiros meses destinam-se a sessões especiais e apresentações, incluindo das organizações da sociedade civil. O objetivo é arrecadar elementos que permitam alimentar os projetos de resolução para o ano subsequente.

4. Março: os grupos de trabalho e as comissões começam a redigir projetos de resolução para serem apresentados ao Conselho Permanente e este os remeterá à Assembléia Geral para aprovação.
5. Junho: Assembléia Geral.

### **G. A Secretaria-Geral**

1. A autoridade máxima da Secretaria-Geral é o Secretário-Geral, eleito cada cinco anos pela Assembléia Geral.
2. A Secretaria-Geral divide-se em 6 Secretarias:
  - Secretaria de Assuntos Políticos.
  - Secretaria de Segurança Multidimensional.
  - Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral.
  - Secretaria de Administração e Finanças.
  - Secretaria de Assuntos Jurídicos – Departamento de Direito Internacional.
  - Secretaria das Relações Exteriores – Departamento de Assuntos Internacionais.
3. O Departamento de Direito Internacional é responsável pela implementação do Programa “Afrodescendentes nas Américas: Proteção Jurídica, Desenvolvimento e Inclusão”. Além disso, assessora juridicamente os órgãos políticos da Organização: Assembléia Geral, Conselho Permanente, CAJP e grupos de trabalho, entre outros.
4. O Departamento de Assuntos Internacionais é responsável pela implementação das “Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA”. Assessora as organizações da sociedade civil quanto à documentação a ser apresentada para ser aceita e submete as solicitações à Comissão respectiva.

### **H. O Processo das Cúpulas das Américas**

1. As Cúpulas das Américas são reuniões que se realizam fora do âmbito da OEA com uma periodicidade de três a quatro anos e que reúne os Presidentes dos países do Hemisfério.
2. Nessas reuniões são aprovadas declarações e planos de ação cujo objetivo é orientar as ações dos diferentes componentes do Sistema Interamericano, entre os quais figura a OEA.
3. A OEA recebe os mandatos das Cúpulas e os concretiza por meio das resoluções da Assembléia Geral. Posteriormente informa as Cúpulas sobre o cumprimento desses mandatos.



4. A OEA, por ser uma Organização de caráter permanente, transformou-se em Secretaria Técnica das Cúpulas. No intuito de implementar esse apoio, a Secretaria-Geral da OEA tem dentro de sua estrutura a Secretaria do Processo de Cúpulas, que depende diretamente do Secretário-Geral.
5. Tal como a Assembléia Geral, existe todo um processo de preparação de as Cúpulas e o melhor momento para incidir nas decisões finais não é durante a realização da Cúpula como tal, mas nos meses precedentes, por meio do apoio e assessoramento da Secretaria do Processo de Cúpulas ou por meio dos próprios Estados membros.
6. A Declaração da Cúpula de Mar del Plata, realizada em 2005, incorporou dois parágrafos relativos ao coletivo afrodescendente:

*30. “Comprometemo-nos a procurar a igualdade de oportunidades de emprego para todos e empenhar-nos em erradicar a discriminação no trabalho, no acesso à educação, na capacitação e na remuneração. Neste contexto, dispensaremos especial atenção às diferentes necessidades baseadas no gênero e às necessidades dos povos indígenas, dos afrodescendentes e de outros grupos em situação de vulnerabilidade”.*

*32. “Afirmamos nosso compromisso de respeitar os direitos dos afrodescendentes e assegurar seu pleno acesso a oportunidades de educação, em todos os níveis, e a trabalho decente que os ajude a superar a pobreza e a exclusão social e contribua para aumentar sua participação em todos os setores de nossas sociedades”.*

## **I. Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA**

1. As organizações da sociedade civil têm a possibilidade de se inscrever no registro da OEA.
2. Essa inscrição confere os seguintes direitos:
  - Participar no diálogo antes da Assembléia Geral com os Ministros de Relações Exteriores.
  - Assistir às sessões do Conselho Permanente.
  - Distribuir documentos com antecipação às reuniões das comissões e grupos de trabalho.
  - Fazer apresentações no início das deliberações das comissões e grupos de trabalho com autorização do Órgão respectivo.
3. O registro não concede o direito de participar das deliberações, negociações ou decisões.

## Tema 2

# Desenvolvimentos atuais do tema sobre afrodescendentes no Sistema Interamericano

### Introdução

O objetivo é oferecer sob este tema um panorama sobre alguns dos desenvolvimentos atuais mais importantes do tema dos afrodescendentes no Sistema Interamericano, na medida em que foi incorporado a diversos instrumentos da região, especialmente nos seguintes:

- a) Resoluções da Assembléia Geral da OEA sobre afrodescendentes.
- b) Parágrafos das declarações do Processo de Cúpulas das Américas que aludem aos afrodescendentes.
- c) Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância.

Uma vez adquirido, por meio do primeiro tema deste módulo, um conhecimento sobre os mecanismos de produção de instrumentos no Sistema Interamericano, bem como das diferenças básicas existentes entre diversos tipos de instrumentos, estamos em condições de abordar mais detalhadamente o modo como o tema dos afrodescendentes foi incorporado nesses instrumentos.

Também examinaremos brevemente qual poderia ser a utilidade destes instrumentos e como os líderes afrodescendentes poderiam participar de maneira mais ativa de sua elaboração, com o objetivo de conseguir que reflitam da melhor maneira possível os interesses e necessidades dos afrodescendentes.

#### Objetivos

1. Oferecer um panorama dos desenvolvimentos atuais do tema dos afrodescendentes no Sistema Interamericano.
2. Conhecer e diferenciar quais são os instrumentos nos quais se baseiam esses desenvolvimentos.
3. Examinar a possível incidência que poderiam ter os afrodescendentes nos processos de elaboração destes instrumentos.

### Advertência preliminar

Antes de começar, é importante levar em conta que os desenvolvimentos atuais a serem discutidos sob este tema estão em permanente evolução. Por exemplo, todo ano a Assembléia Geral da OEA pode adotar uma nova resolução sobre afrodescen-



dentes com um teor diferente à anterior ou pode deixar de fazê-lo. Algo semelhante ocorre com os pronunciamentos que emanam do Processo de Cúpulas. Finalmente, o documento que serve de base para as negociações sobre o Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância é um documento atualmente sob negociação sujeito a mudanças constantes.

Portanto, é fundamental que o formador, se necessário, utilize as fontes de informação adequadas para familiarizar-se sobre os últimos desenvolvimentos, caso tenha havido.

Neste sentido, o website da OEA ([www.oas.org](http://www.oas.org)) é uma boa fonte de informações, além de outros links que serão expostos nas páginas seguintes.

### Observação

Os documentos a serem analisados neste tema estão sujeitos à evolução e, portanto, o formador deve estar atento aos últimos desenvolvimentos constantes do website da OEA: [www.oas.org](http://www.oas.org).

## A. Resoluções da Assembléia Geral

### Introdução

Tal como foi explicado no primeiro tema deste módulo, as resoluções da Assembléia Geral são os instrumentos por meio dos quais o órgão supremo da OEA decide sobre a ação e a política geral da Organização. As resoluções também são utilizadas para fazer todas as demais atribuições conferidas à Assembléia Geral pela Carta da OEA, por seu Estatuto e por seu Regulamento<sup>1</sup>.

Tivemos oportunidade de ver que as resoluções da Assembléia Geral não são juridicamente vinculantes para os Estados, mas nem por isso deixam de implicar um compromisso político e moral que estes assumem ao adotar coletivamente as resoluções<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> O Estatuto e o Regulamento da Assembléia Geral são instrumentos de menor hierarquia que a Carta da OEA e têm por finalidade regular mais detalhadamente e em conformidade com a Carta o funcionamento da Assembléia Geral.

<sup>2</sup> Não obstante, é importante ter presente que as resoluções da Assembléia Geral, se bem não obriguem juridicamente os Estados, nem por isso são desprovidas de todo valor jurídico. De fato, uma boa parte da doutrina internacional é unânime em indicar que as resoluções podem incidir no direito de diversas formas, seja como prova da existência de um costume internacional – uma das fontes do direito internacional – ou permitindo a paulatina conscientização da comunidade internacional no tocante a determinados temas e sua eventual cristalização em um costume ou inclusive em um tratado internacional. De fato, há alguns instrumentos internacionais que por si mesmos carecem de força vinculante, mas não obstante se reconhece o fato de codificarem determinados aspectos do direito internacional e, neste sentido, as resoluções da Assembléia Geral, inclusive quando ocorrem no nível regional, podem ser relevantes.

Por outro lado, também pudemos observar que as resoluções da Assembleia Geral, embora não obriguem juridicamente os Estados, podem estabelecer mandatos de cumprimento obrigatório para a Organização. Por exemplo:

- a) Uma resolução da Assembleia Geral pode encarregar um órgão de hierarquia inferior, por exemplo, o Conselho Permanente, a que realize uma sessão especial na qual se destaque o tema dos afrodescendentes e sejam discutidos os problemas que afetam os afrodescendentes na região, com vistas a buscar formas de cooperação que permitam encontrar soluções concertadas;
- b) Uma resolução pode solicitar a criação de uma comissão especial para estudar com regularidade determinados temas de interesse para los afrodescendentes da região, etc.

### Recapitulação

1. Ante o exposto no tema anterior, o líder deve conhecer a natureza e as funções que desempenham as resoluções da Assembleia Geral.
2. Essas resoluções, embora não obriguem juridicamente os Estados, podem não obstante conter recomendações importantes para os Estados e outras entidades relativas ao coletivo afrodescendente nas Américas.
3. Além disso, podem conter mandatos de cumprimento obrigatório para a Organização nos quais os afrodescendentes podem chegar a ter interesse.

### Importância das resoluções da Assembleia Geral. O papel do líder e da sociedade civil afrodescendente

Qual é a vantagem ou a conveniência de dispor de uma resolução da Assembleia Geral dedicada aos afrodescendentes? Para responder a esta pergunta, devemos levar em conta que a OEA é o principal foro político hemisférico no nível regional, ou pelo menos um dos principais, e a Assembleia Geral é seu órgão supremo.

Sob esta perspectiva, uma resolução da máxima instância política da OEA pode contribuir para visibilizar a situação de um determinado coletivo, colocando-o ao mesmo tempo no centro da preocupação hemisférica. Por meio das resoluções da Assembleia Geral a OEA incorpora determinados temas à sua agenda política e pode imprimir diversos desenvolvimentos e direções a estes temas.

Por exemplo, uma resolução da OEA poderia encarregar a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar uma Declaração sobre os Direitos dos Afrodescendentes nas Américas; ou uma Comissão Especial para dar acompanhamento à problemática que enfrentam os afrodescendentes nas Américas, para mencionar duas suposições hipotéticas.



As resoluções da Assembleia Geral sobre afrodescendentes constituem um fenômeno recente, como será explicado ao abordarmos o módulo da OEA e os grupos em situação de vulnerabilidade.

A primeira resolução data de 2010 e pretendeu fazer eco ao Ano Internacional das Pessoas de Ascendência Africana, assim reconhecido pelas Nações Unidas. A segunda resolução foi adotada no ano seguinte.

Ponto importante: o líder deve ter presente que não está claro que todos os anos a Assembleia Geral adote uma resolução sobre afrodescendentes. Para tanto requer-se vontade política dos Estados e, como é sabido, a sociedade civil pode ter uma certa gravitação no momento de incidir na vontade política de um Estado.

Neste sentido, o coletivo afrodescendente – e especialmente seus líderes – deveriam avaliar a conveniência de a Assembleia Geral continuar a adotar anualmente resoluções sobre os afrodescendentes da região, bem como os objetivos a serem visados por estas resoluções.

Do ponto de vista ideal, as resoluções não deveriam simplesmente repetir as de anos anteriores, mas deveriam incorporar novos padrões e preocupações atuais que reflitam a realidade da população afrodescendente nas Américas. O trabalho que os líderes afrodescendentes possam levar a cabo para incidir nos processos de aprovação de resoluções pode chegar a ter uma influência significativa quanto ao conteúdo final que adquiram esses instrumentos.

### Recapitulação

1. As resoluções da Assembleia Geral da OEA sobre os afrodescendentes são um fenômeno recente (a partir de 2010).
2. Não está claro que as resoluções continuem a ser aprovadas no futuro.
3. O líder e a sociedade civil afrodescendente podem desempenhar um papel importante para continuar a impulsionar e dotar de conteúdos adequados às resoluções sobre afrodescendentes.

### Estrutura e forma das resoluções da Assembleia Geral

A fim de incidir de maneira mais eficaz nos processos de elaboração de resoluções, é importante que o líder esteja familiarizado com algumas questões referentes à estrutura e à forma de uma resolução. A isto nos dedicaremos, embora muito brevemente, nas linhas seguintes.

As resoluções normalmente são formadas por duas seções principais, a saber, um preâmbulo e uma parte dispositiva. No preâmbulo são estabelecidas as razões (fatos ou opiniões) que motivam a resolução. Na parte dispositiva figuram as reco-

mendações concretas aos Estados ou a outras entidades, bem como os mandatos aos órgãos da OEA, segundo os casos, os quais são dispostos, em geral, em uma certa concordância com o exposto no preâmbulo.

Há, além disso, outras questões de forma em todas as resoluções da Assembléia Geral. O líder que pretender incidir nestes processos deve estar familiarizado com as mesmas, a fim de ter um conhecimento adequado do tipo de linguagem utilizada, questões de estilo e outras semelhantes. Por exemplo:

- a) Os parágrafos preambulares são precedidos de certas expressões, tais como “considerando”, “tomando nota”, “recordando”, “tendo presente” ou outras fórmulas costumeiras aplicadas segundo o conteúdo concreto do parágrafo em questão;
- b) Os parágrafos preambulares não são numerados e são seguidos de um ponto e vírgula, salvo o último que é seguido de uma vírgula;
- c) Após o preâmbulo em geral se adota a fórmula “resolve” (ou seja, é a Assembléia Geral que “resolve”) e a partir deste ponto entramos na parte dispositiva das resoluções;
- d) Os parágrafos dispositivos são sempre numerados, começando em geral com um verbo, ao contrário dos parágrafos preambulares, e terminam com um ponto final;
- e) Há termos com conotações específicas para introduzir cada parágrafo dispositivo. Por exemplo, quando se trata de disposições dirigidas aos Estados, costuma-se empregar termos como “instar”, “exortar”, “alentar”, etc. e não “obrigar”, “exigir”, algo que seria impróprio de uma resolução por não serem juridicamente vinculantes, como já observamos acima;
- f) Quando se trata de disposições dirigidas aos órgãos da OEA, empregam-se termos como “encarregar”, “solicitar”, etc., que têm uma conotação diferente, pois, como observamos, os mandatos constantes das resoluções são obrigatórios para os órgãos da OEA, ao contrário dos Estados.

Ao tratarmos do módulo sobre os grupos em situação de vulnerabilidade, teremos a possibilidade de explorar diversas resoluções adotadas pela Assembléia Geral de a OEA, o que nos permitirá familiarizar-nos melhor com estes instrumentos. Neste manual também há alguns exemplos de resoluções no texto correspondente ao tema anterior, bem como na seção de anexos. Em geral, as resoluções da Assembléia Geral são publicadas no seguinte link:

<http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>.





### Estrutura e forma das resoluções da Assembléia Geral

1. As resoluções da Assembléia Geral têm uma estrutura determinada que o líder que desejar ter uma incidência em seus processos de elaboração deve conhecer, embora em grandes traços.
2. Também é importante familiarizar-se com a linguagem empregada nas resoluções.
3. Trata-se de aptidões que requerem prática e a leitura de outras resoluções que possam servir como exemplo, ponto ao qual voltaremos mais adiante em outro módulo.

### A primeira resolução sobre afrodescendentes (2010)

Por ocasião do Quadragésimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizada em Lima, Peru, em junho de 2010, foi aprovada a resolução AG/RES. 2550, “Reconhecimento do Ano Internacional dos Afrodescendentes”. O texto completo da resolução pode ser consultado no seguinte link:  
[http://www.oas.org/dil/esp/AG-RES\\_2550\\_XL-O-10.pdf](http://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2550_XL-O-10.pdf).

Esta resolução assinala um marco na história da Organização, uma vez que se trata da primeira resolução dedicada exclusivamente aos afrodescendentes no âmbito da OEA, levando o tema a fazer parte da agenda hemisférica, pelo menos momentaneamente momento, juntamente com outros grupos em situação de vulnerabilidade existentes no Hemisfério.

### Conteúdos:

Podemos sintetizar alguns dos conteúdos da resolução da seguinte forma:

- a) A resolução tomou nota do Ano Internacional dos Afrodescendentes (2011), assim declarado por uma resolução da Assembléia Geral da ONU.<sup>3</sup>
- b) Em sua parte dispositiva a resolução reafirmou a importância da plena participação, livre e em igualdade de condições, dos afrodescendentes em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural dos países das Américas.
- c) Além disso, a resolução encarregou o Conselho Permanente de organizar uma sessão extraordinária para celebrar o Ano Internacional, a qual foi realizada em março de 2011. Naquela oportunidade, foram abordados vários temas relativos à problemática afrodescendente, o que contribuiu para visibilizar o tema no âmbito de um dos principais órgãos políticos da OEA.

<sup>3</sup> Resolução A/RES/64/169, disponível em:  
[http://www.oas.org/dil/esp/Proyecto\\_de\\_Resolucion\\_Ano\\_de\\_los\\_Afrodescendentes.pdf](http://www.oas.org/dil/esp/Proyecto_de_Resolucion_Ano_de_los_Afrodescendentes.pdf).

**A segunda resolução sobre afrodescendentes (2011)**

Tal como se acaba de mencionar, em 2011 foi aprovada a segunda resolução da Assembleia Geral sobre afrodescendentes, a saber, a resolução AG/RES. 2693 (XLI-O/11), “Reconhecimento e promoção dos direitos dos e as afrodescendentes nas as Américas”.

Aqui chamaremos a atenção unicamente sobre alguns aspectos da resolução. Para o conteúdo integral favor consultar o texto da resolução, inclusive a seção de anexos, e que também pode ser encontrada no seguinte link:  
[http://www.oas.org/dil/esp/AG-RES\\_2693\\_XLI-O-11\\_esp.pdf](http://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2693_XLI-O-11_esp.pdf).

Em sua parte resolutiva a resolução:

- a) Reafirma a importância da plena participação, livre e em igualdade de condições, dos afrodescendentes em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural nos países das Américas;
- b) Condena as práticas de racismo, discriminação e intolerância dos quais são vítimas os afrodescendentes no Hemisfério e insta os Estados a que adotem as medidas necessárias para abordar e combater tais práticas;
- c) Finalmente, a resolução encarrega o Conselho Permanente de incluir em sua agenda, antes do Quadragésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, o tema dos Afrodescendentes nas Américas.

Cumprе recordar que, em função deste último ponto, foi realizada no âmbito da Comissão Geral – uma das comissões de trabalho que dependem do Conselho Permanente – uma sessão na qual, por meio de distintas apresentações do Departamento de Direito Internacional e da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi abordado o trabalho que desenvolvem ambas as áreas com relação a este tema.

Embora a resolução não estabeleça mandatos com conteúdos substantivos destinados a ter um impacto tangível em grande escala (além de seu inegável valor de visibilidade da problemática), isto está subentendido se consideramos que a finalidade primordial desta resolução foi consolidar a incorporação do tema na agenda da Organização.

Neste sentido, o líder deve estar consciente de que na prática dos organismos internacionais, quando alguns temas foram introduzidos recentemente – como ocorre neste caso – às vezes só é possível avançar paulatinamente. A contribuição da sociedade civil em resoluções futuras talvez possa conseguir que haja resoluções cada vez mais substantivas que reflitam as aspirações dos afrodescendentes da região.



### Recapitulação

1. O líder deverá saber quais são os conteúdos mais importantes das resoluções sobre afrodescendentes.
2. Deverá também acerca dos elementos que poderiam ser incorporados paulatinamente para fortalecer estas resoluções.

### Rumo a uma incorporação dos afrodescendentes na agenda interamericana?

Tecendo um pouco a história sobre o processo de adoção das resoluções que acabamos de ver, o Departamento de Direito Internacional (DDI) desempenhou um papel importante ao preparar um anteprojeto e consultar o Estado que tinha promovido o Ano Internacional no âmbito da ONU se teria intenções de apresentar o projeto de resolução para consideração por parte dos órgãos políticos.

Em 2011, como nenhum Estado apresentou um projeto de resolução para dar continuidade ao tema na Organização, o DDI a consultou novamente o mesmo Estado sobre seu eventual interesse em apresentar um novo projeto, algo a que acedeu, solicitando para esse fim um anteprojeto de resolução ao DDI. Repetimos: sem esta intervenção do DDI e a acolhida favorável do Estado, não sabemos se o projeto teria sido apresentado e a resolução finalmente aprovada pela Assembléia Geral.

Deste ponto de vista, é importante ressaltar que, além da função de assessoramento oferecida pelo DDI aos Estados, o líder deve estar consciente de que, caso não haja uma vontade política nesta matéria, a sociedade civil – e, em especial, seus líderes – poderiam desempenhar um papel de incidência importante.

A possibilidade de que a Assembléia Geral este ano – ou inclusive em anos subsequentes – decida não aprovar uma resolução dedicada aos afrodescendentes está sempre latente e se a aprovação deste instrumento for julgada como elemento importante para dar visibilidade às necessidades do coletivo afrodescendente no nível hemisférico, é vital que o líder empregue estratégias de incidência adequadas para dar acompanhamento anual ao tema.

### Pontos a considerar

1. A Assembléia Geral da OEA aprovou duas resoluções sobre afrodescendentes (2010 e 2011).
2. Não é certo que o processo de visibilidade dos afrodescendentes por meio de resoluções da Assembléia Geral tenha continuidade no futuro.
3. A sociedade civil afrodescendente poderia desempenhar um papel para conseguir que o tema seja consolidado na agenda da Organização por meio de uma estratégia de incidência.

## **B) Declarações e planos de ação das Cúpulas das Américas**

### **Introdução**

De forma semelhante à seção anterior, o objetivo desta seção é explicar como o Processo de Cúpulas das Américas incorpora em seus instrumentos disposições relativas aos afrodescendentes nas Américas, já tendo adquirido os conhecimentos básicos necessários no tocante ao primeiro tema deste módulo sobre a natureza do Processo de Cúpulas.

Tal como as resoluções da Assembleia Geral, os documentos emanados das Cúpulas das Américas, ou seja, declarações e planos de ação, tampouco são juridicamente exigíveis. Ao contrário, refletem compromissos políticos e morais assumidos pelos Chefes de Estado e de Governo da região e incorporados por eles nestes documentos.

No entanto, novamente aqui devemos enfatizar que isto não deve levar-nos a ignorar a importância destes instrumentos. Por exemplo:

1. Muitas vezes a OEA recolhe, por meio da Assembleia Geral, recomendações constantes dos documentos do processo de Cúpulas das Américas, servindo assim de catalisadores para processos que possam desenvolver-se na Organização.
2. Tal como outros documentos não vinculantes, podem refletir compromissos dos mandatários da região, os quais subsequentemente podem ser reivindicados em contextos de negociação com as autoridades de um país e também no plano internacional.

No nível do Processo de Cúpulas das Américas, onde as referências a coletivos em situação de vulnerabilidade costumam ser numerosas, pouco é o que se tem dito de maneira explícita sobre os afrodescendentes da região.

Embora seja certo que os Chefes de Estado e de Governo expressam reiteradamente sua preocupação a respeito do problema do racismo e da discriminação racial em sucessivas declarações, entendemos que a problemática enfrentada por muitos afrodescendentes da região, embora sua origem remonte a esses fenômenos, não se limita necessariamente a eles, mas que os ultrapassa, incluindo também outros componentes. Esse poderia ser o caso, por exemplo, de direitos ou necessidades específicas relacionadas à situação dos afrodescendentes.

Quanto ao restante, apenas o fato de mencionar o coletivo afrodescendente em uma declaração – em oposição a alusões mais abstratas ao racismo e à discriminação racial – cumpre a importantíssima função de contribuir para dar uma maior visibilidade a esse coletivo.



### Pontos para o debate

1. O formador poderá perguntar sobre as vantagens que poderia trazer consigo expressamente o coletivo afrodescendente nos documentos das Cúpulas.
2. Além disso, poderá fomentar a discussão acerca da utilidade dos documentos das Cúpulas e como poderiam ser empregados para estabelecer reivindicações no plano interno e internacional.

### A Declaração de Mar del Plata e seus parágrafos 30 e 32

Até esta data, o único documento emanado de uma Cúpula que faz uma referência explícita aos afrodescendentes é a Declaração de Mar do Plata de 2005. Em seus parágrafos 30 e 32, estabelece o seguinte:

30. Comprometemo-nos a procurar a igualdade de oportunidades de emprego para todos e empenhar-nos em erradicar a discriminação no trabalho, no acesso à educação, na capacitação e na remuneração. Neste contexto, dispensaremos especial atenção às diferentes necessidades baseadas no gênero e às necessidades dos povos indígenas, **dos afrodescendentes** e de outros grupos em situação de vulnerabilidade.
32. Afirmamos nosso compromisso de respeitar os direitos **dos afrodescendentes** e assegurar seu pleno acesso a oportunidades de educação, em todos os níveis, e a trabalho decente que os ajude a superar a pobreza e a exclusão social e contribua para aumentar sua participação em todos os setores de nossas sociedades.

Estes dois parágrafos ilustram o conteúdo dos compromissos que os Estados reconhecem nestes instrumentos. O líder afrodescendente deveria conhecer estes antecedentes, analisar sua pertinência, comparar o conteúdo destas disposições com as referentes a outros grupos em situação de vulnerabilidade, avaliar se são suficientes ou se devem ser complementados em futuros documentos e assim sucessivamente.

Interessaria também ao líder afrodescendente que não haja retrocessos quanto ao que já foi reconhecido em documentos anteriores. Por exemplo, no instrumento da Quinta Cúpula das Américas, realizada em 2009 em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, não houve uma única menção ao coletivo afrodescendente. A Sexta Cúpula será realizada em abril de 2012. Até esta data, não temos notícia de que se esteja prevendo uma alusão destinada especificamente ao coletivo afrodescendente.

Em geral, para mais informações sobre o processo de Cúpulas das Américas, incluídos os textos de todos os documentos produzidos no âmbito desse processo, favor consultar o seguinte link: <http://www.summit-americas.org/defaults.htm>

**Pontos a reter**

1. De todas as Cúpulas realizadas até esta data, só a Declaração de Mar del Plata de 2005 contém alusões aos afrodescendentes .
2. As Cúpulas realizadas após a de Mar do Plata não se pronunciaram de maneira explícita sobre o coletivo afrodescendente.
3. A sociedade civil afrodescendente poderia desempenhar um papel para evitar um retrocesso em futuros documentos das Cúpulas e dar uma maior visibilidade a este coletivo e a suas necessidades próprias.

## **C) Projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância**

### **Introdução**

Um último desenvolvimento de atualidade que pode guardar uma relação muito estreita com os afrodescendentes no âmbito da OEA é o projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Trata-se, de fato, de uma iniciativa que em suas origens esteve muito vinculada ao movimento afrodescendente nas Américas.

Este processo foi instalado na agenda da Organização a partir de 2000. Em 2005, depois de diversos anos de consultas, foi criado no Conselho Permanente da Organização um Grupo de Trabalho com o mandato de elaborar um projeto de convenção contra a discriminação em sentido amplo, ou seja, não limitado ao racismo e à discriminação racial, mas abrangendo também outros motivos proibidos de discriminação (por exemplo, gênero, orientação sexual, deficiência, posição socioeconômica, etc.).

Este documento começou a ser negociado com base em um texto preparado com contribuições de diferentes atores e em um documento apresentado pela Delegação de Brasil.

Em 2011 e após se notar determinadas dificuldades que impediam a avanço do processo de negociações, a Assembléia Geral decidiu separar o projeto de convenção em dois instrumentos diferentes.

A partir de agora, o Grupo de Trabalho tem o mandato de elaborar, por um lado, um Projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância; e, por outro, um Projeto de Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância<sup>4</sup>, a fim de abordar outros motivos de discriminação que vão além da discriminação racial.

<sup>4</sup> De todo modo, cumpre levar em conta que o título específico destes tratados ainda não foi definido e a própria resolução respectiva alude de maneira vaga ao tema.



### Pontos a reter

1. A idéia de dispor de uma Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância está sendo negociada na Organização há vários anos.
2. O documento que servia de base às negociações foi dividido em dois instrumentos, um destinado a combater todas as formas de discriminação e outro destinado a combater de forma específica o racismo e a discriminação racial.

### Diferença entre uma “convenção” e outros instrumentos do Sistema Interamericano

A seguir, vamos nos deter unicamente no Projeto de Convenção contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância.

Ao contrário das resoluções da Assembléia Geral da OEA e dos documentos que emanam do Processo de Cúpulas, o líder deve estar ciente da diferença radical existente entre uma convenção, que é basicamente um tratado internacional, e os documentos anteriormente mencionados.

Como vimos, as resoluções e as declarações e planos de ação das Cúpulas não acarretam obrigações juridicamente exigíveis para os Estados. No entanto, uma convenção é um instrumento juridicamente exigível para os Estados que façam parte dela.

Além disso, o seu descumprimento ou a contravenção às suas disposições faz o Estado incorrer em responsabilidade internacional por esse descumprimento ou pelas contravenções em que tiver incorrido. Daí a importância que poderia ter uma futura convenção, uma vez que entre em vigor.

### Pontos a reter

Ao contrário dos instrumentos anteriores (resoluções e declarações), uma convenção é um tratado, ou seja, um acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional. Em consequência, implica obrigações jurídicas exigíveis para os Estados partes do mesmo.

## **Estrutura básica do documento “Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância”**

A seguir será descrito em grandes traços o conteúdo do documento sob negociação para que o formador tenha uma idéia geral do mesmo.

O documento pode ser dividido em duas grandes partes. Primeiro, consta de um preâmbulo que estabelece o contexto e o propósito da convenção. É importante destacar que este preâmbulo contém uma referência expressa aos afrodescendentes ao indicar que estes continuam sendo vítimas do racismo, discriminação racial e outras formas de intolerância.

Em segundo lugar, há o texto propriamente dito, o qual, para fins de análise, pode ser dividido por sua vez em três grandes partes:

1. Em primeiro lugar, o documento, em sua versão atual estabelece a definição da discriminação racial, juntamente com os direitos protegidos, que consistem basicamente em determinadas manifestações do direito à igualdade. Delimita-se assim especificamente o âmbito de aplicação da futura convenção, ou seja, os supostos concretos que podem eventualmente fundamentar a aplicação das normas da convenção.

Além da definição de discriminação racial, o projeto inclui também as seguintes definições:

- a) Discriminação indireta.
  - b) Discriminação múltipla ou agravada.
  - c) Racismo.
  - d) Ações afirmativas.
  - e) Intolerância.
2. Em segundo lugar, o documento tipifica e proíbe uma série de atos de natureza diferente dos considerados como racistas, discriminatórios e/ou intolerantes, caso a convenção entre em vigor. Ou seja, uma vez que a convenção seja obrigatória para os Estados Partes, estes atos estarão proibidos e deverão ser punidos por cada Estado Parte. A título de exemplo, podemos mencionar:
    - a) O discurso de ódio racial.
    - b) A prática estabelecer “perfis raciais”.
    - c) A divulgação de material de conteúdo racista, inclusive por meios como a Internet.
    - d) A limitação dos usos, costumes e culturas de determinados grupos, entre outros.





3. Finalmente, o documento sob negociação estabelece um sistema de acompanhamento e proteção que inclui dois componentes:

- a) **Órgãos de Direitos Humanos do Sistema Interamericano:** Por um lado, prevê-se a possibilidade de apresentar petições individuais à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ou seja, denúncias concretas apresentadas por particulares sobre violações à Convenção. Ao mesmo tempo, deixa-se a salvo também a possibilidade de reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- b) **Comissão Interamericana para a Prevenção, Eliminação e Sanção de Todas as Formas de Discriminação e Intolerância:** O outro mecanismo previsto consiste na criação de um órgão especial que terá a função de receber relatórios dos Estados e formular recomendações sobre o estado de implementação das disposições da Convenção.

#### Pontos a reter

A grandes traços, o projeto atualmente sob negociação compreende o seguinte:

- 1. Um preâmbulo e uma parte dispositiva (além das disposições comuns a diversos tratados).
- 2. Na parte dispositiva, estão incluídos:
  - a) Um conjunto de definições que limitam o âmbito de aplicação da futura convenção.
  - b) A enumeração dos direitos protegidos pela Convenção, que podem sintetizar-se no direito a não ser discriminado e no respeito ao princípio de igualdade.
  - c) Um conjunto de atos e manifestações de racismo, discriminação e intolerância que serão proibidos pela Convenção.
  - d) O sistema de proteção e acompanhamento à Convenção (CIDH, Corte Interamericana e Comissão de Acompanhamento).

#### Negociação em curso

É importante mencionar novamente aqui que este documento atualmente está sendo negociado por um Grupo de Trabalho no âmbito da OEA. As reuniões de negociação são realizadas, em média, duas vezes por mês. Isto implica que o documento sofre modificações à medida que avançam as negociações.

Portanto, o líder afrodescendente que desejar acompanhar este processo deverá estar atento a essas mudanças. As versões atualizadas do documento sob negociação são publicadas no website da OEA e também no website do Departamento de Direito Internacional.

(<http://www.oas.org/dil/esp/discriminacion.htm>.)

**Observação**

Para seguir adequadamente o processo de negociação, é fundamental que o líder esteja atento aos desenvolvimentos e alterações que se vão produzindo ao longo do ano no documento que serve de base às negociações, o que pode ser feito facilmente pela Internet.

### **Importância de uma futura Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância**

Qual é a relevância de uma convenção contra o racismo, a discriminação racial e formas conexas de intolerância para o líder afrodescendente?

Esta pergunta adquire relevância em razão de que, como é sabido, já existe uma convenção internacional sobre esta matéria em âmbito universal. No entanto, alguns consideram que uma nova convenção no nível interamericano poderia trazer consigo diversos benefícios. Entre eles, costumam-se citar os seguintes:

- a) Aumentar o grau de proteção dos seres humanos contra atos racistas, discriminatórios e intolerantes.
- b) Fortalecer os padrões internacionais vigentes.
- c) levar em conta as formas e fontes de racismo, discriminação e intolerância próprias do Hemisfério.
- d) Levar em conta as manifestações não previstas em instrumentos existentes na matéria.
- e) Dar uma maior visibilidade ao problema da discriminação na região.
- f) Consagrar em um instrumento de caráter vinculante alguns importantes avanços ocorridos em instrumentos internacionais não-vinculantes (Durban, Santiago).
- g) Incentivar os países da região a revisar seus âmbitos jurídicos internos vigentes, a fim de compatibilizá-los com a convenção.
- h) Criar uma maior conscientização nos órgãos judiciais dos países das Américas a respeito dos padrões de proteção que devem imperar na região.
- i) Permitir um maior desenvolvimento jurisprudencial em matéria antidiscriminação no nível do Sistema Interamericano.

Além disso, sabemos que os afrodescendentes são vítimas do racismo, de discriminação e de formas conexas de intolerância nas Américas. Uma eventual convenção estaria destinada a servir como ferramenta para ajudar no combate a estas práticas que afetam de maneira muito especial o coletivo afrodescendente.



Daí a importância deste instrumento para o coletivo afrodescendente e, por conseguinte, para a conveniência de que o líder afrodescendente esteja atento aos avanços e à marcha do processo, participando ativamente por meio de contribuições para o Grupo de Trabalho, encaminhamento de documentos e comentários, entre outros.

Neste sentido, poderia ser de interesse para o líder afrodescendente estudar o documento, conhecê-lo e receber o assessoramento jurídico se necessário, a fim de participar de maneira ativa e significativa do processo de elaboração destes projetos de convenção.

Recordemos que os Estados, por meio das resoluções que adotam todo ano renovando o mandato do Grupo de Trabalho para que continue as negociações em torno do projeto, expressam sempre sua intenção de dispor de contribuições da sociedade civil que possam enriquecer o projeto, oferecer perspectivas ou inquietações e fazer que o processo seja definitivamente mais inclusivo e participativo.

#### **Para incentivar o debate**

1. Que vantagens poderia trazer uma convenção contra a discriminação racial no nível interamericano, uma vez que já existe uma convenção universal sobre a matéria?
2. Que contribuições poderiam fazer os líderes e a sociedade civil afrodescendente ao processo de negociação sobre o projeto de convenção?

## **Atividade 1**

### **Identificação de estratégias de participação e incidência nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas” (1 hora e 15 minutos)**

1. Organização: formam-se grupos de trabalho.
2. O facilitador designará os grupos de identificar um determinado órgão político do qual os afrodescendentes possam participar e incidir: a) Assembléia Geral da OEA; b) Cúpulas das Américas; c) Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.
3. O facilitador solicitará aos grupos que iniciem um intercâmbio de idéias sobre as possíveis estratégias de participação e incidência nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas.
4. O facilitador solicitará aos grupos que elaborem dois parágrafos sobre os afrodescendentes para serem incluídos nas Resoluções da Assembléia Geral da OEA ou nas Declarações de Cúpulas das Américas ou Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda forma de Discriminação e Intolerância. Para isto os participantes devem levar em conta os seguintes elementos:
  - a) Natureza jurídica do instrumento pertinente.
  - b) Linguagem apropriada em função dessa natureza jurídica.
  - c) Vigência da vinculação do instrumento: uma resolução é renovada anualmente; uma Convenção permanece no tempo.
  - d) O objetivo é melhorar a redação existente.
5. O facilitador solicitará aos grupos que elaborem uma matriz de participação e incidência política nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas. Essa matriz deverá conter a seguinte informações: órgão político, proposta, estratégia, parceiros estratégicos, compromissos e prazos.



## Conclusão

**(30 minutos)**

Apresentação em plenária do resultado da atividade.  
(20 minutos)

Para finalizar, o plenário reflexiona sobre:  
(10 minutos)

Por que é importante conhecer quais são os órgãos políticos da OEA?

Por que é importante ter uma proposta realista e viável junto aos órgãos políticos da OEA?

Por que é importante ter uma estratégia de participação e incidência política?

Por que é importante identificar aliados estratégicos?

Por que é importante levar em conta os prazos para a participação e incidência política na OEA?



## Módulo II

# **Alguns Organismos Sub-regionais e a Participação dos Afrodescendentes**









## Módulo II

# Alguns Organismos Sub-regionais e a Participação dos Afrodescendentes

### **Objetivo**

O módulo visa a desenvolver nos participantes conhecimentos sobre alguns organismos sub-regionais, suas estruturas e funcionamentos, bem como possíveis estratégias de participação.

### **Duração**

Aproximadamente 1 hora e 15 minutos.

### **Metodologia**

Com base na análise das informações poder-se-ia iniciar o debate e a reflexão sobre as estratégias potenciais de participação e incidência política em alguns organismos sub-regionais.

### **Competências a desenvolver**

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão a estrutura e o funcionamento de algumas organizações sub-regionais.
2. Contarão com informações sobre os espaços de participação e incidência de afrodescendentes em alguns organismos sub-regionais.

## Introdução

Na região existe uma série de organismos sub-regionais, focado em diferentes áreas geográficas e/ou de ação. No presente módulo destacaremos alguns deles.

### **Tema 1**

## Sistema da Integração Centro-Americana (SICA)

### **Antecedentes**

O Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) foi constituído em 13 de dezembro de 1991 mediante a assinatura do Protocolo à Carta da Organização de Estados Centro-Americanos (ODECA) ou Protocolo de Tegucigalpa, o qual reformou a Carta da ODECA assinada no Panamá em 12 de dezembro de 1962; e entrou em funcionamento formalmente em 1º de fevereiro de 1993.

Cumprе ressaltar que a criação do SICA foi apoiada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em sua resolução A/48 L de 10 de dezembro de 1993, sendo o Protocolo de Tegucigalpa devidamente inserido na mesma. Isto permite que seja invocado internacionalmente e, além disso, permite aos órgãos e instituições regionais do SICA se relacionarem com o Sistema das Nações Unidas.

O SICA foi estruturado levando em conta as experiências anteriores para a unificação de a região, bem como as lições legadas pelos fatos históricos da região, tais como as crise políticas e os conflitos armados.

Os Estados que constituem o SICA são as Repúblicas de El Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica e Panamá. Ao SICA incorporaram-se Belize e, como país associado, a República Dominicana.

### **Objetivos e Propósitos**

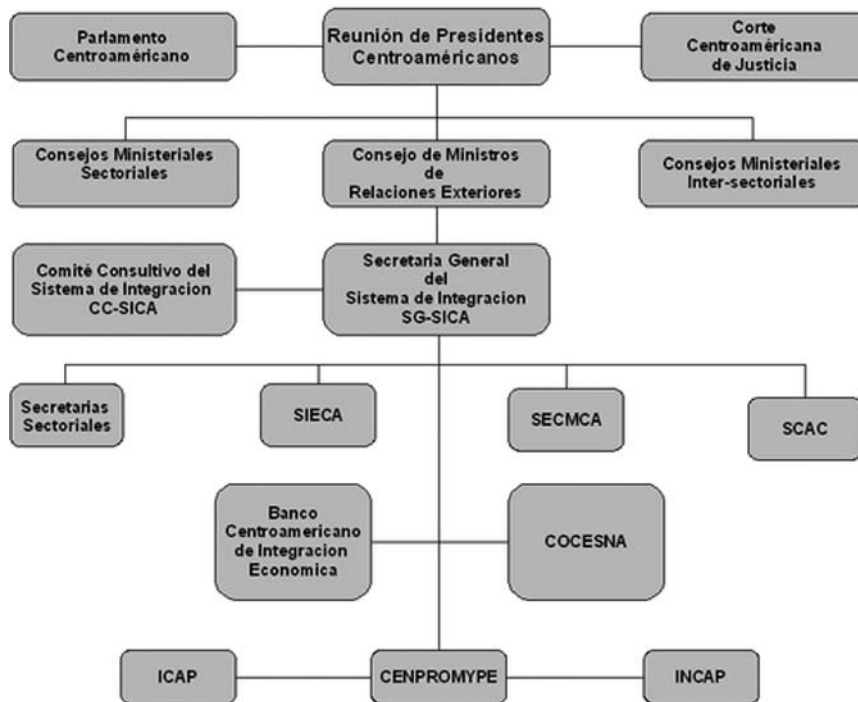
O Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) tem por objetivo fundamental a realização da integração da América Central para constituí-la como Região de Paz, Liberdade, Democracia e Desenvolvimento. Nesse sentido, reafirmam-se os seguintes propósitos:

- a) Consolidar a democracia e fortalecer suas instituições com base na existência de governos eleitos por sufrágio universal, livre e secreto e no irrestrito respeito aos direitos humanos.



- b) Concretizar um novo modelo de segurança regional sustentado no seguinte: equilíbrio razoável de forças; fortalecimento do poder civil; superação da pobreza extrema; promoção do desenvolvimento sustentado; proteção do meio ambiente; erradicação da violência, corrupção, terrorismo, narcotráfico e tráfico de armas.
- c) Promover um regime amplo de liberdade que assegure o desenvolvimento pleno e harmonioso do indivíduo e da sociedade em seu conjunto.
- d) Alcançar um Sistema Regional de bem-estar e justiça econômica e social para os povos centro-americanos.
- e) Alcançar uma união econômica e fortalecer o Sistema Financeiro Centro-Americano.
- f) Fortalecer a região como bloco econômico para inseri-lo com êxito na economia internacional.
- g) Reafirmar e consolidar a autodeterminação da América Central em suas relações externas, mediante uma estratégia única que fortaleça e amplie a participação da região, em seu conjunto, no âmbito internacional.
- h) Promover, de forma harmoniosa e equilibrada, o desenvolvimento sustentado econômico, social, cultural e político dos Estados membros e da região em seu conjunto.
- i) Estabelecer ações concertadas dirigidas à preservação do meio ambiente por meio do respeito e harmonia com a natureza, assegurando o equilíbrio do desenvolvimento e a exploração racional dos recursos naturais da área, com vistas ao estabelecimento de uma Nova Ordem Ecológica na região.
- j) Conformer o Sistema da Integração Centro-Americana sustentado em um ordenamento institucional e jurídico e fundamentado também no respeito mútuo entre os Estados membros.

## Estrutura



### Onde podem participar os afrodescendentes?

- Comissão de Povos Indígenas e Afrodescendentes do Parlamento Centro-Americano (PARLACEN).
- Programa de Apoio à Integração Centro-Americana.

### Em que instrumentos do organismo estão reconhecidos os direitos dos afrodescendentes e compromissos políticos relacionados com os afrodescendentes?

- Resolução AP/8-CLXXVIII-2006 “Defesa da Propriedade Intelectual dos Povos Indígenas e Afrodescendentes”.



## Tema 2

### Comunidade Andina (CAN)

#### Antecedentes

A Comunidade Andina (CAN) foi constituída em 26 de maio de 1969 mediante a assinatura do Acordo de Cartagena. Nessa ocasião a Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru assinaram esse acordo. Teve assim início o processo andino de integração conhecido na época como Pacto Andino. Em 1973, a Venezuela aderiu ao Acordo e em 1976 o Chile se retirou do mesmo.

No fim da década de 1980, em uma reunião realizada em Galápagos, Equador, decidiu-se abandonar o modelo de desenvolvimento fechado e iniciar o modelo aberto. O comércio e o mercado adquiriram prioridade, o que ficou refletido na adoção de um Desenho Estratégico e um Plano de Trabalho, no qual predominava o tema comercial.

Em 1997, os Presidentes decidiram, por meio do Protocolo de Trujillo, introduzir reformas no Acordo de Cartagena para adaptá-lo às mudanças no cenário internacional. Esta reforma permitiu que a direção do processo passasse às mãos dos Presidentes e que tanto o Conselho Presidencial Andino como o Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores fizessem parte da estrutura institucional. Foi criada a Comunidade Andina em substituição ao Pacto Andino.

Em 2003 foi incorporada a vertente social ao processo de integração e disposto por mandato presidencial o estabelecimento de um Plano Integrado de Desenvolvimento Social. Pouco a pouco estão sendo reintegrados os temas de desenvolvimento que estavam presentes no início do processo, mas que tinham sido abandonados.

Em 2007, na Cúpula de Tarija, Bolívia, os Presidentes dos Países da Comunidade Andina decidiram promover uma integração integral que propugna uma aproximação mais equilibrada entre os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e comerciais.

#### Objetivos e Propósitos

A Comunidade Andina (CAN) tem por objetivo fundamental promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos Países membros em condições de equidade, mediante a integração e a cooperação econômica e social. Neste sentido, são reafirmados os seguintes propósitos:

- a) Acelerar seu crescimento e a geração de empregos;
- b) Facilitar sua participação no processo de integração regional, com vistas à formação gradual de um mercado comum latino-americano.

- c) Procurar diminuir a vulnerabilidade externa e melhorar a posição dos países membros no contexto econômico internacional;
- d) Fortalecer a solidariedade sub-regional e reduzir as diferenças de desenvolvimento existentes entre os países membros;
- e) Procurar uma melhoria persistente no nível de vida dos habitantes da sub-região.

## **Estrutura**



**Em que instrumentos do organismo estão reconhecidos os direitos dos afrodescendentes e compromissos políticos relacionados com o afrodescendentes?**

- A Carta Social Andina.
- A Carta Andina de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.
- Decisão 758.

**Onde podem participar os afrodescendentes?**

- Mesa do Povo Afrodescendente da CAN.



## **Tema 3**

# **Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)**

### **Antecedentes**

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi constituído em 26 de março de 1991 mediante a assinatura do Tratado de Assunção. Nessa ocasião a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram esse acordo.

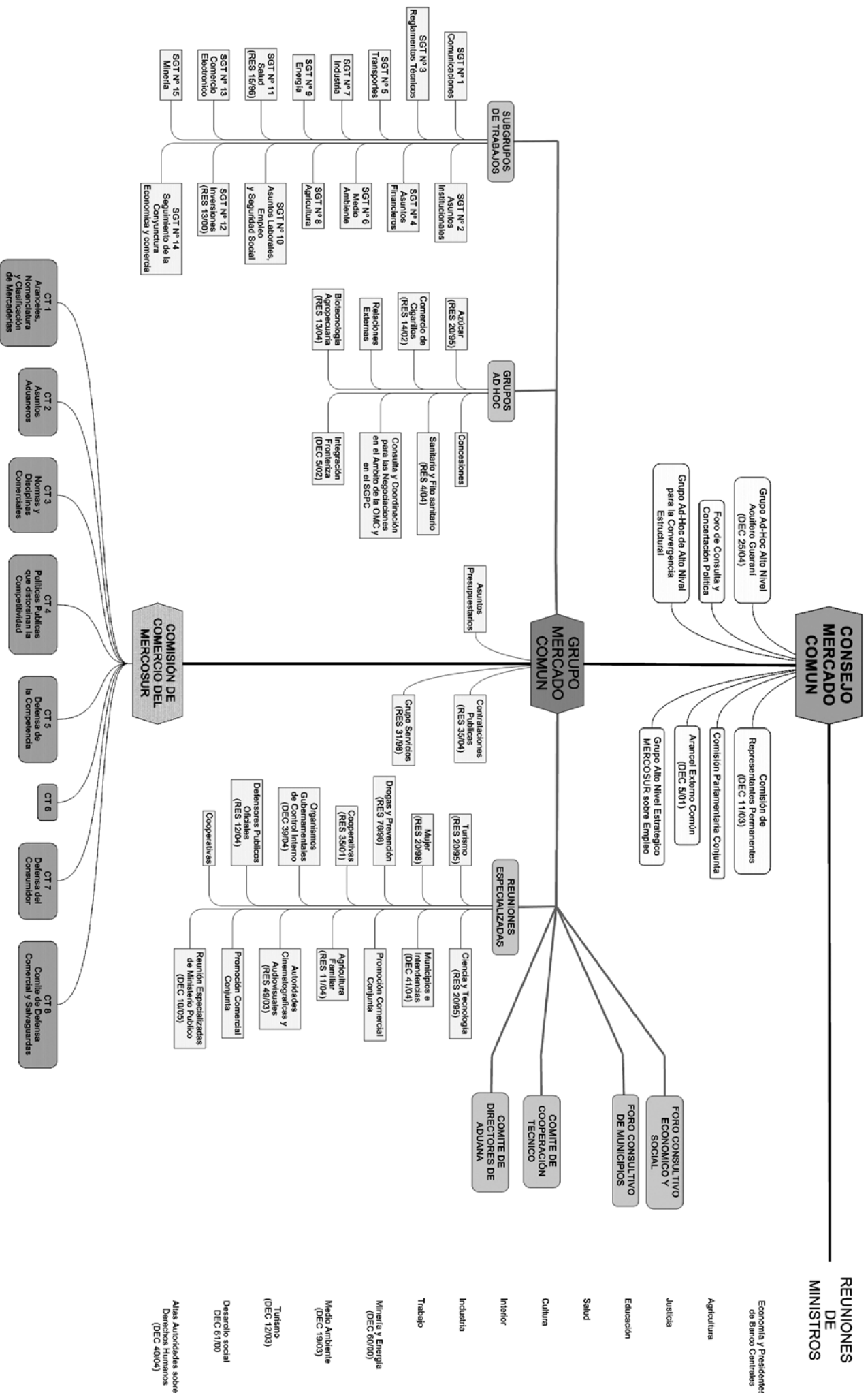
Na Cúpula de Presidentes de Ouro Preto, realizada em dezembro de 1994, foi aprovado um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção – o Protocolo de Ouro Preto – mediante o qual se estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL, dotando-o de personalidade jurídica internacional. Em Ouro Preto pôs-se fim ao período de transição foram aprovados os instrumentos fundamentais da política comercial comum que caracterizam a União Aduaneira.

Assim, os Estados Partes propuseram iniciar uma nova etapa com vistas a conseguir um mercado único que gere um maior crescimento econômico dos Estados Partes por meio do aproveitamento da especialização produtiva, das economias de escala, da complementação comercial e do maior poder negociador do bloco com outros blocos ou países.

### **Objetivos e Propósitos**

O MERCOSUL tem por objetivo fundamental a integração econômica dos quatro Estados Partes. Neste sentido, reafirmam-se os seguintes propósitos:

- a) Promover, por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (AEC).
- b) Adotar uma política comercial comum.
- c) Coordenar políticas macroeconômicas e setoriais.
- d) Harmonizar legislações nas áreas pertinentes.

REUNIONES  
DE  
MINISTROS





**Em que instrumentos do organismo estão reconhecidos os direitos dos afrodescendentes e compromissos políticos relacionados com os afrodescendentes?**

- Não existe um instrumento do Organismo.

**Onde podem participar os afrodescendentes?**

- Reuniões de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL.
- Reuniões de Altas Autoridades de Direitos Humanos no Área de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL (RAADDHH).
- Instituto Social do MERCOSUL.
- Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL.

## **Tema 4**

### **Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)**

#### **Antecedentes**

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) foi constituída em 2003 em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no âmbito da Décima Terceira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Cumprе destacar que a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo foi realizada em 1991 em Guadalajara, México. Foi criada a Conferência Ibero-Americana, constituída pelos Estados da América e da Europa de língua espanhola e portuguesa.

A SEGIB é o órgão permanente de apoio institucional e técnico da Conferência Ibero-Americana e da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, constituída pelos 22 países ibero-americanos: 19 na América Latina e três na península Ibérica, a saber, Espanha, Portugal e Andorra.

#### **Objetivos e Propósitos**

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) tem por objetivo fundamental colaborar na preparação das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo em estreita coordenação com a correspondente Secretaria Pro Tempore. Neste sentido reafirmam-se os seguintes propósitos:

- a) Fortalecer o trabalho desenvolvido em matéria de cooperação no âmbito de la Conferência Ibero-americana.
- b) Promover os vínculos históricos, culturais, sociais e econômicos entre os países ibero-americanos, reconhecendo e valorizando a diversidade entre seus povos.
- c) Executar os mandatos recebidos das Cúpulas e Reuniões de Ministros das Relações Exteriores Ibero-americanos.
- d) Coordinar as diversas instâncias da Conferência Ibero-Americana com os demais organismos ibero-americanos.
- e) Enfrentar o desafio de construir uma forte parceria ao serviço da paz, democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável econômico e social.

## **Estrutura**





### **Em que instrumentos do organismo estão reconhecidos os direitos dos afrodescendentes e compromissos políticos relacionados com os afrodescendentes?**

- Declaração da XXI Cúpula Ibero-Americana – Declaração de Assunção.
- Declaração da XX Cúpula Ibero-Americana – Declaração de Mar del Plata.
- Programa de Ação da XIX Cúpula Ibero-Americana – Esteril, Portugal.
- Declaração da XVIII Cúpula Ibero-Americana – Declaração de San Salvador.
- Programa de Ação da XVII Cúpula Ibero-Americana – Santiago do Chile, Chile.
- Declaração da XVI Cúpula Ibero-Americana – Declaração de Montevideu.
- Declaração da XV Cúpula Ibero-Americana – Declaração de Salamanca.
- Declaração da Cúpula Ibero-Americana de Alto Nível para Comemorar o Ano Internacional dos Afrodescendentes – Declaração de Salvador.

### **Onde podem participar os afrodescendentes?**

- Reuniões Ministeriais e Setoriais.
- Observatório de Dados Estatísticos sobre os Afrodescendentes na América Latina e no Caribe.
- Fundo Ibero-Americano em Benefício dos Afrodescendentes.

## **Conclusão (15 minutos)**

Para finalizar, o grupo refletirá sobre o seguinte:

Por que é importante saber quais são os principais organismos sub-regionais?

Por que é importante ter uma proposta realista e viável com relação aos organismos sub-regionais?

Por que é importante ter uma estratégia de participação e incidência política?

Por que é importante identificar aliados estratégicos?

Por que é importante levar em conta os prazos para a participação e incidência política nos organismos sub-regionais?



# Módulo III

## **Padrões de Proteção de Afrodescendentes**







## Módulo III

# Padrões de Proteção de Afrodescendentes

### Objetivo

O módulo visa a desenvolver nos participantes conhecimentos sobre os padrões de proteção de afrodescendentes e a utilização dos mesmos como possíveis estratégias de participação e incidência política.

### Duração

Aproximadamente 2 horas e 45 minutos.

### Metodologia

A partir da análise dos padrões existentes o debate será iniciado com a reflexão de estratégias de participação e incidência nos órgãos políticos da OEA, Cúpulas das Américas, organismos sub-regionais e Estados utilizando esses padrões.

### Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Contarão com informações sobre a evolução dos padrões de proteção de afrodescendentes no Sistema Universal.
2. Saberão em que instrumentos universais e interamericanos estão os padrões de proteção de afrodescendentes.
3. Conhecerão os direitos reconhecidos dos afrodescendentes pelos Estados Americanos.
4. Conhecerão os compromissos políticos dos Estados com relação aos afrodescendentes.
5. Reconhecerão estratégias potenciais de incidência política nos órgãos políticos da OEA, Cúpulas das Américas, organismos sub-regionais e Estados das Américas utilizando os padrões de proteção de afrodescendentes.



## Tema 1

# Evolução dos Padrões Universais de Proteção dos afrodescendentes

*“Reconhecemos que, em muitas partes do mundo, africanos e afrodescendentes enfrentam barreiras como resultado de preconceitos e discriminações sociais predominantes em instituições públicas e privadas, e expressamos nosso compromisso em trabalhar pela erradicação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata enfrentadas pelos africanos e afrodescendentes”*

Declaração e Plano de Ação da Terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

## Introdução

El racismo y la discriminación racial han sido y son parte de la vida de las y los afrodescendientes por más de cinco siglos, es decir, desde el inicio de la denominada trata negrera. Este penoso comercio tiene su punto de partida en Portugal, cuando el rey Juan I delega la tarea de búsqueda de nuevas rutas hacia las Indias a su hijo Enrique “El navegante”, es así que los portugueses para llegar a las Indias bordean las costas africanas.

A descoberta da América foi um precedente importante na intensificação do tráfico negreiro. O contágio de doenças e a exploração a que eram submetidos os indígenas causaram uma redução importante na população local. Foram então concedidas as primeiras licenças para a introdução das primeiras dezenas de negros<sup>1</sup>. Estas licenças foram chamadas Licenças de Mercê ou de Serviços e permitiam a introdução de negros escravizados, inclusive sua comercialização<sup>2</sup>.

As grandes potências da época perceberam que o tráfico negreiro era mais lucrativo do que se pensava e incentivaram a exportação de escravos para suas colônias, uma vez que se pagavam impostos a este título. Quanto mais escravos fossem levados às colônias, maiores eram os lucros para os cofres reais. Porém, não foram só as potências que perceberam o aspecto lucrativo do tráfico negreiro, mas também os contrabandistas de escravos.

**O tráfico negreiro legal e ilegal teve como consequência, em primeiro lugar, a interrupção do progresso e evolução dos impérios africanos, impérios que tinham uma complexa organização e iniciavam seu período de “progresso”; em segundo lugar, a África foi saqueada e despovoada de seus habitantes em**

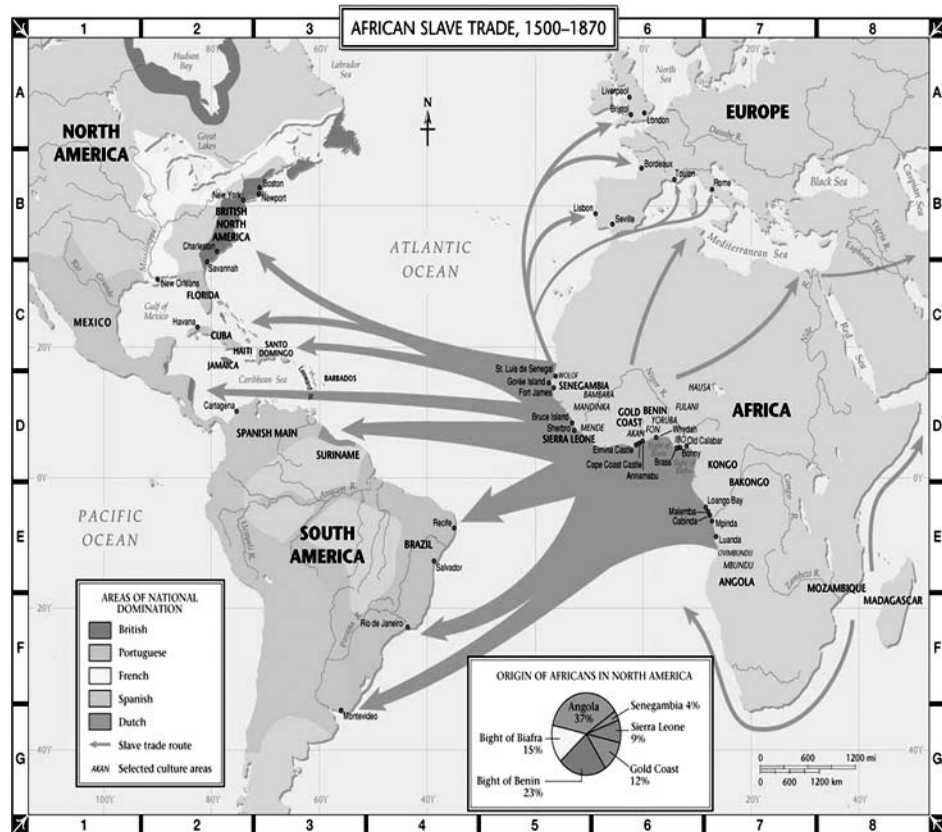
1 Martínez Montiel, Luz María: Negros en América; Ed. Mapfre; Madrid, 1992. p. 55

2 Germán Peralta Rivera: Los Mecanismos del Comercio Negrero; Editorial Kuntur; Lima, 1991. pp. 17 -20





“idade produtiva”;<sup>3</sup> em terceiro lugar, os africanos sofreram uma afronta e humilhação ao serem utilizados como mercadorias e colocados na base da pirâmide social.



Não se sabe exatamente quantas pessoas escravizadas vieram às Américas. Os documentos oficiais oferecem números, mas não há documentos do início do tráfico como tal. Sabe-se menos ainda sobre o número de escravizados vendidos no início do contrabando; presume-se que as cifras variem de 20 a 60 milhões de africanos, mas para historiadora Luz Maria Martínez o número se eleva a 100 milhões de africanos<sup>4</sup>.

Como é evidente, o tráfico negreiro foi um crime contra a humanidade; as condições em que eram transportados (amontoamento, falta de comida e água, falta de higiene, doenças) levavam a que nos melhores dos casos apenas 60% dos escravizados chegassem com vida às Américas e isso sem contar torturas, violações e humilhações que tiveram de suportar por sua condição.

<sup>3</sup> Martínez Montiel, Luz María: op.cit, p. 33

<sup>4</sup> Ibid.



**Os sobreviventes desta travessia da morte contribuíram significativamente para a construção dos Estados americanos. Utilizaram sua inteligência, força e cultura em diversos campos de especialização, tais como arquitetura, engenharia, medicina, mineração, agricultura e pecuária, entre outras.**

Mas apesar de ser evidente a contribuição não só econômica mas também cultural aos Estados americanos, os afrodescendentes foram excluídos e seus direitos fundamentais foram sistematicamente violados. Lamentavelmente esta ideologia continuou presente nas fundações da Repúblicas das Américas e tristemente continua presente até nossos dias.

Cumprе destacar que a abolição da escravidão nas Américas obedeceu a diversos fatores e que não se baseou necessariamente no princípio de igualdade das pessoas, mas foi levada a cabo por diferentes motivos, tais como a influência da Revolução Industrial ou outros fatores econômicos. Por outro lado, não se pode desconhecеr a influência positiva das tendências ou movimentos abolicionistas que chegaram à região e sem dúvida a própria luta dos escravizados, elementos que também constituíram fatores que contribuíram para o processo de abolição da escravidão.

Embora a abolição da escravidão tenha concedido a liberdade à população afrodescendente escravizada, esta não foi prevista como tal, sendo claramente provocada em alguns casos por motivações políticas e econômicas; como indica Roger Bastide, “essa liberdade deixou o negro desamparado, tendo de fugir da fazenda para a cidade, sem ter aprendido um ofício que lhe permitisse amoldar-se a uma nova vida”<sup>5</sup>. Esta nova situação legal da população afrodescendente em liberdade

5 Bastide, Roger: *As Américas Negras*; Ed Alianza Editorial, Madrid, 1969, p. 180 -184.



acarretou condições de pobreza e exclusão, inclusive parte da mencionada população voltou às suas ex-fazendas para trabalhar sob a modalidade de diaristas. Em muitas fazendas afastadas das grandes cidades a escravidão foi mantida por muito tempo depois de ser abolida.

Após a abolição da escravidão nos diferentes países da região e em alguns casos antes dela, o direito de igualdade entrou no contexto jurídico nas duas grandes revoluções libertárias do século XVIII, especificamente na luta independentista das 13 colônias britânicas da América do Norte e na Revolução Francesa.

O direito de igualdade teve origem nas respectivas declarações de direitos destas duas grandes revoluções. A Declaração de Direitos de Virgínia de 1776 assim estabelece em seu artigo 1:

*“Todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes e têm certos direitos inerentes, dos quais, ao entrarem em um estado de sociedade, não podem ser privados ou adiados; essencialmente, o gozo da vida e da liberdade, juntamente com os meios de adquirir e possuir propriedades, a busca e obtenção da felicidade e a segurança”*<sup>6</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 decreta em seu artigo 1: *“Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”*<sup>7</sup>.

É totalmente paradoxal como esses Estados construíram princípios de igualdade. Mas a população afrodescendente não podia atribuir-se esse direito de igualdade. Muitos dos líderes que lutavam e reclamavam a liberdade dos escravos protegiam, por sua vez, a existência da escravidão e a exclusão social tanto da população afrodescendente como indígena. Embora a maioria dos Estados livres da região considerasse como pilar de seus constituições o direito à igualdade, na prática era um paradoxo para a população afrodescendente, vítima de discriminação e exclusão histórica.

No século XX a situação da população afrodescendente não mudou significativamente nas Américas, uma vez que os líderes da maioria dos países mantinham idéias racistas e continuavam a excluir essa população. Nos países latino-americanos ocultavam-se o racismo e a discriminação racial com o discurso da mestiçagem e democracia racial.

<sup>6</sup> Huertas Guerrero, Luis Alberto: A interpretação dos direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional do Peru; Edição da Comissão Andina de Juristas, Lima, 2001, p. 3-4.

<sup>7</sup> Huertas Guerrero, Luis Alberto; p.5.

### Por que existem padrões de proteção de afrodescendentes?

Os afrodescendentes das Américas compartilham uma história comum relacionada com a escravidão, colonialismo, racismo e discriminação racial. Por essa razão transformaram-se em Sujeitos do Direito Internacional, criando-se mecanismos de proteção para eles.

## I. A Organização das Nações Unidas e a luta contra a discriminação racial.

A ser aprovada a Carta das Nações Unidas em 1945, a comunidade internacional aceitou o desafio de promover a implementação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, estipulou em seu artigo 1: *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”*<sup>8</sup>.

Naquele mesmo ano foi aprovada a Convenção para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio. Lamentavelmente, em 1948 foi oficializado no território da República da África do Sul o apartheid, uma política de segregação racial introduzida nesse país pelo Partido Nacional. É totalmente irônico como um “partido nacional” implementou uma política tão reprovável. A legislação do apartheid determinava os lugares de residência de cada grupo “racial”, a educação que deviam receber, o tipo de trabalho que podiam realizar, proibia a intervenção dos não brancos no governo do Estado e proibia também qualquer tipo de contato social entre “raças” diferentes.

Seguindo uma tendência semelhante, alguns Estados mantiveram esquemas coloniais e criaram leis que legalizavam o racismo e a discriminação racial sob o conceito de Segregação Racial. Os Estados Unidos de América do Norte mantinha como política do Estado a segregação racial sob o lema “separados mas iguais”, o qual foi produto da jurisprudência do caso Plessy vs Ferguson de 1896.

Embora outros países não tenham implementado a segregação racial em sua legislação, foram mantidas e em alguns Estados ainda se mantêm indiretamente práticas discriminatórias diretas, apesar de ter como base em seus constituições o direito à igualdade e à não-discriminação.

Por outro lado, para localizar-nos no contexto histórico em que o Direito Internacional Público começa uma luta frontal contra o racismo, discriminação racial,

<sup>8</sup> Nações Unidas; Declaração Universal dos Direitos Humanos  
<http://www.un.org/es/documents/udhr/>



xenofobia e outras práticas conexas, podemos afirmar que a década de 1960 foi uma das mais intensas no tocante à discriminação racial. Alguns acontecimentos condenáveis, tais como a matança de Sharpeville na África do Sul, os assassinatos de Martin Luther King e Malcom X, entre outros acontecimentos, foram notícia nessa década.

A inícios da década de 1960 os esforços na luta contra a discriminação racial concentrou-se nos territórios não-autônomos, apoiando a legitimidade da luta das populações subjugadas, especialmente na África do Sul, Namíbia e Rodésia Meridional. Assim a Assembléia Geral das Nações Unidas assinou a **Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**.

Em meados da década de 1960, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, sendo o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculante específico sobre discriminação racial. Esta convenção assim estipulou: **“Os Estados Partes convêm em condenar o racismo e adotar medidas para eliminá-lo em todas suas formas”**<sup>9</sup>.

Além disso, foi criada a **Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD)**, sendo o primeiro órgão de vigilância em vigor de um tratado de direitos humanos, encarregado de revisar a aplicação da Convenção.

Em 1966, a Assembléia Geral das Nações Unidas institui 21 de março como o **Dia da Eliminação da Discriminação Racial**, em comemoração da matança de Sharpeville na África do Sul.

Apesar dos esforços das Nações Unidas na luta contra o racismo e a discriminação racial, a política de apartheid permanecia firme na África do Sul. Por este motivo, em 1973 foi aprovada a **Convenção Internacional para a Repressão e Punição do Crime de Apartheid**.

Naquele mesmo ano a Assembléia Geral das Nações Unidas estabeleceu o **Primeiro Decênio da Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial** que durou de 1973 a 1983.

Em 1978, foi realizada a **Primeira Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial**. Em sua declaração e plano de ação afirmou-se a falácia essencial do racismo e a grave ameaça que produz nas relações de amizade entre os povos e as nações. Além disso, afirmou também:

**“Toda doutrina de superioridade racial é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa e não tem nenhuma justificação”.**

<sup>9</sup> Nações Unidas; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial  
<http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/11.htm>

Ratificando também a contribuição cultural de todos os grupos humanos:

**“Todos os povos e todos os grupos humanos têm contribuído para o progresso da civilização e das culturas que constituem o patrimônio comum da humanidade”<sup>10</sup>.**

Cumpre recordar que nessa conferência o apartheid foi condenado especificamente como “a forma extrema do racismo institucionalizado”, como um crime de lesa-humanidade, uma afronta à dignidade e uma ameaça à paz do mundo, ressaltando, além disso, que as profundas desigualdades econômicas provocavam a discriminação racial, tendo que realizar esforços para combater o racismo, incluindo medidas para melhorar as condições de vida de homens e mulheres<sup>11</sup>.

**Em 1983, foi realizada a Segunda Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial**, na qual foram reafirmadas as condenações ao racismo, considerando-o como um flagelo permanente a ser erradicado no mundo inteiro, declarando também que o apartheid era absolutamente abominável para a consciência e a dignidade da humanidade, sendo considerado como um crime de lesa-humanidade e uma ameaça para a paz e a segurança internacionais. Instou os Estados a adotar medidas contra todas as ideologias e práticas que considerem a exclusão e ódio racial e reconheceu a dupla discriminação que sofre a mulher, bem como a necessidade de legislar e proteger os direitos dos refugiados e imigrantes<sup>12</sup>.

Nesse mesmo ano a Assembléia Geral das Nações Unidas instaurou o **Segundo Decênio da Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial, o qual foi de 1983 a 1992**.

Em 1993, a Assembléia Geral das Nações Unidas estabeleceu o **Terceiro Decênio da Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial**, o qual foi de 1993 a 2003. Em sua resolução a Assembléia instou todos os governos a combaterem as novas formas de racismo, tais como a xenofobia e as formas conexas de intolerância; a discriminação baseada na cultura, na nacionalidade, na religião ou no idioma; e o racismo resultante das doutrinas oficiais da superioridade racial ou da exclusividade, como a depuração étnica.

Ainda em 1993, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas nomeou um **Relator Especial sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância**.

10 Nações Unidas; Primeira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial  
<http://www.un.org/spanish/CMCR/background1.htm>

11 Op.cit

12 Nações Unidas; Segunda Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial  
<http://www.un.org/spanish/CMCR/background1.htm>





É evidente que no século XX a Organização das Nações Unidas teve um papel protagônico na luta contra o racismo e a discriminação racial. Os grupos vulneráveis, como o afrodescendente, contam com mecanismos de proteção universais, principalmente pelo seguinte âmbito jurídico internacional de combate ao racismo e à discriminação racial:

- Carta das Nações Unidas.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.
- Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio.
- Convenção de Igualdade de Remuneração (Convenção n.º 100).
- Convenção relativa à luta contra a discriminação na educação.
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.
- Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais. (Convenção OIT n.º 107).
- Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais. (Convenção OIT n.º 169).
- Convenção sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (Convenção OIT n.º 111).
- Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias.
- Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais.
- Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas.
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.
- Declaração e Programa de Acção da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Declaração e Programa de Acção de Viena).
- Declaração e Programa de Acção adotado da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (Declaração e Programa de Acção de Durban).
- Declaração de Princípios sobre a Tolerância da UNESCO.
- Declaração do Milénio.



### Importante

Os afrodescendentes têm lutado incansavelmente por seus direitos, sendo esta uma contribuição fundamental para a criação do âmbito jurídico internacional de combate à discriminação racial.

Os afrodescendentes estão protegidos sob o âmbito jurídico internacional de direitos humanos em geral e sob o âmbito jurídico internacional de combate à discriminação racial.

## II. Entramos negros e saímos afrodescendentes: Os afrodescendentes como sujeitos de direito internacional

O século XXI não só é o início de um novo século e um novo milênio, mas também para milhões de afrodescendentes representa o início de um novo status legal, o qual permite elevar os padrões de proteção de seus direitos humanos e coletivos.

Em 2000, realizou-se a **Conferência Regional das Américas**,<sup>13</sup> conferência preparatória da **Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e suas Formas Conexas de Intolerância**, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Cumpre ressaltar que esta Terceira Conferência foi convocada mediante a resolução 52/111 da Assembleia Geral das Nações Unidas e a resolução 1997/74 da Comissão de Direitos Humanos.

<sup>13</sup> A Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago de Chile, Chile, de 4 a 07 de dezembro de 2000





A Conferência Regional das Américas – também chamada Conferência de Santiago – bem como a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e seus Formas Conexas de Intolerância – denominada Conferência de Durban <sup>14</sup> - são resultado de um longo processo de luta contra o racismo e a discriminação racial, reconhecendo a maioria dos Estados do planeta que não existe nenhuma justificção para a discriminação racial e afirmando também que essas práticas contribuem para manter e agravar a situação de pobreza em que estão os indivíduos, grupos e comunidades que sofrem a exclusão e discriminação histórica, condenando-as em razão da violação dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos direitos civis e políticos, e fez recomendações para extirpar este gravíssimo mal que atenta contra a dignidade humana.

Cumpre ressaltar que a África do Sul foi escolhida sede da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo porque na década dos 1990 conseguiu desmontar a política de apartheid, tendo como Presidente de 1994 a 1999 Nelson Mandela, líder histórico da luta contra o apartheid. Infelizmente, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas conexas de intolerância continuaram vigentes na década de 1990.

É neste contexto, que a Conferência Santiago contribuiu em grande parte os pontos estabelecidos na Conferência de Durban, destacando-se sua declaração e plano de ação e especificamente o **reconhecimento como Sujeitos do Direito Internacional aos afrodescendentes**, existindo um antes e outro um depois das Conferências de Santiago e Durban, uma vez que, nas palavras dos ativistas do movimento de afrodescendente das Américas, “**entramos negros e saímos afrodescendentes**”.

Podemos afirmar que a Conferência de Durban concentra-se em promover a adoção de medidas práticas para eliminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas conexas de intolerância, bem como na ratificação da condição dos afrodescendentes como Sujeitos do Direito Internacional.

Este documento estabelece uma definição jurídica de afrodescendente como a pessoa de origem africana que vive nas Américas e em todas as zonas da diáspora africana em consequência da escravidão, tendo-lhes sido negado historicamente o exercício de seus direitos fundamentais.

Antes de estabelecer-se uma definição jurídica de afrodescendente, estes eram protegidos somente no âmbito jurídico internacional do combate ao racismo e à discriminação racial. A definição jurídica permitiu elevar os padrões de proteção deste grupo vulnerável.

<sup>14</sup> III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban, África do Sul a partir de 31 agosto-8 setembro de 2001.

Esta foi a razão da adoção do Plano de Ação de Durban – outra contribuição da Conferência de Santiago – introduzindo propostas que os Estados e organismos internacionais se comprometeram a cumprir para a proteção dos afrodescendentes.

Embora as Declarações e Planos de Ação de Santiago e Durban sejam instrumentos internacionais de direito sem força obrigatória (soft law), contêm um componente político importante que implica o reconhecimento de direitos específicos para os afrodescendentes, bem como a existência de deveres dos Estados e organismos internacionais para com os afrodescendentes.

Precisamente em cumprimento da Declaração e Plano de Ação de Durban, as Nações Unidas criaram o **Grupo de Trabalho de Peritos sobre as Pessoas de Ascendência Africana**, estabelecido pela Resolução 2002/68 de 25 de abril de 2002 da Comissão de Direitos Humanos. O mandato do mencionado Grupo de Trabalho foi o seguinte:

- Estudar os problemas de discriminação racial que enfrentam as pessoas de ascendência africana que vivem na diáspora e, com esse fim, coletar todas as informações pertinentes dos governos, organizações não-governamentais e outras fontes pertinentes, inclusive mediante a realização de reuniões públicas com eles;
- Propor medidas para assegurar acesso pleno e efetivo à justiça por parte das pessoas de ascendência africana.
- Apresentar recomendações sobre a formulação, implementação e execução de medidas eficazes para eliminar a discriminação por perfil racial das pessoas de ascendência africana;
- Elaborar propostas de curto, médio e longo prazo para a eliminação da discriminação racial contra as pessoas de ascendência africana, levando em conta a necessidade de uma estreita colaboração com as organizações internacionais e instituições de desenvolvimento e os organismos especializados do sistema das Nações Unidas para promover os direitos humanos das pessoas de ascendência africana, a saber, entre outras coisas:
  - 1) Melhoria da situação dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana, dispensando especial atenção às suas necessidades, entre outras coisas mediante a preparação de programas de ação específicos;
  - 2) Elaboração de projetos especiais, em colaboração com as pessoas de ascendência africana, para apoiar suas iniciativas no nível comunitário e facilitar o intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos entre estas populações e os peritos nestes âmbitos;
  - 3) Desenvolvimento de programas destinados às pessoas de ascendência africana aos quais destinem investimentos adicionais aos sistemas de saúde, educação, habitação, eletricidade, água potável e medidas de controle ambiental e promoção da igualdade de oportunidades no emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva, no âmbito dos direitos humanos.
- Formular propostas sobre a eliminação da discriminação racial contra africanos e pessoas de ascendência africana em todas as partes do mundo;



- Abordar todas as questões relativas ao bem-estar dos africanos e das pessoas de ascendência africana que figuram na Declaração e Programa de Ação.

Por outro lado, em 2010 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a resolução A/RES/64/169 “Ano Internacional dos Afrodescendentes”, a qual proclamou 2011 como Ano Internacional dos Afrodescendentes com vistas a fortalecer as medidas nacionais e a cooperação regional e internacional em benefício das pessoas de ascendência africana com relação ao pleno gozo dos direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos, sua participação e integração em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade e a promoção de um maior conhecimento e respeito da diversidade da herança e cultura destas pessoas.

Em palavras do Doutor Pastor Murillo, Perito Independente da Comissão Internacional para a Eliminação da Discriminação (CERD) e um dos principais autores e impulsores do Ano Internacional dos Afrodescendentes, “a proclamação do Ano contribuiu para aprofundar o diálogo político e a renovar os esforços dos Estados, da sociedade civil e da comunidade internacional em seu conjunto, tendentes a garantir o direito à igualdade de oportunidades e a combater a marginalização social, o racismo e a xenofobia que afetam os afrodescendentes em certas regiões do mundo, inclusive na América e na Europa”<sup>15</sup>. Cumpre destacar que alguns Estados manifestaram seu apoio à proposta do Decênio Internacional de Afrodescendentes que entraria em vigor em 1º de janeiro de 2013.

### **Qual é o principal instrumento internacional do qual constam os padrões universais de proteção de afrodescendentes?**

A Declaração e Plano de Ação de Durban.

### **Quem é afrodescendente?**

Afrodescendente é a pessoa de origem africana que vive nas Américas e em todas as zonas da diáspora africana em consequência da escravidão, tendo-lhes sido negado historicamente o exercício de seus direitos fundamentais.

## **Conclusões**

É evidente que existe uma tendência a reconhecer os afrodescendentes como Sujeitos do Direito e especificamente como Sujeitos do Direito Internacional, bem como o reconhecimento dos deveres dos e dos organismos internacionais com relação a este grupo vulnerável.

<sup>15</sup> Discurso do Dr. Pastor Murillo no encerramento do Ano Internacional dos Afrodescendentes, que teve lugar em 06 de dezembro de 2011 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, EUA.

Consideramos importante destacar que nos últimos anos a comunidade internacional tem levando em conta a situação dos afrodescendentes. Alguns Estados, organismos e entidades internacionais estão tomando medidas especiais para começar a incluir os afrodescendentes em suas políticas e programas. Por exemplo, alguns Estados da região criaram leis a favor dos povos, comunidades e populações afrodescendentes, bem como a institucionalização dos denominados organismos públicos de promoção de equidade racial. Inclusive algumas constituições de países latino-americanos reconhecem direitos específicos às pessoas de origem africana.

No entanto, cremos que poderiam ser envidados mais esforços para conseguir uma verdadeira inclusão dos afrodescendentes, uma vez que estão em uma situação de vulnerabilidade em consequência da escravidão, do colonialismo, do racismo e da discriminação racial. Neste sentido é fundamental a utilização dos padrões de proteção de afrodescendentes na elaboração das legislações, políticas públicas e programas sociais a favor desse coletivo.

#### **Qual é a vantagem de padrões universais de proteção de afrodescendente?**

A vantagem é que a comunidade internacional e alguns Estados estão tomando medidas especiais para começar a incluir os afrodescendentes em suas legislações, políticas públicas e programas sociais no intuito de promover sua participação plena, livre e em igualdade de condições em todos os aspectos de a vida política, econômica, social e cultural de suas sociedades.

## **Tema 2**

### **Padrões de Proteção de Afrodescendentes no Sistema Interamericano**

#### **Introdução**

No âmbito regional tem-se adotado um conjunto de instrumentos interamericanos que contêm importantes padrões de proteção dedicados à situação específica das pessoas afrodescendentes das Américas, bem como compromissos concretos assumidos pelos Estados com relação a estas pessoas. No primeiro módulo consideramos alguns destes instrumentos, por exemplo, as resoluções da Assembleia Geral da OEA e os pronunciamentos emanados do Processo de Cúpulas das Américas.



Estes padrões são complementares aos já reconhecidos no nível universal, mas muitas vezes detalham e abordam as particularidades, necessidades e realidades próprias da região. Além disso, em contextos de negociação de instrumentos regionais, às vezes os padrões reconhecidos no nível hemisférico por diversas razões podem chegar a ter inclusive mais peso do que os consagrados no nível universal.

Embora os instrumentos regionais aos quais nos vamos referir e dos quais constam os padrões em questão não tenham natureza vinculante por não constituírem um tratado internacional, não obstante têm importante valor político e moral, sobretudo para os Estados que os adotam, e podem também se cristalizar em normas jurídicas no futuro, em conformidade com a evolução do direito internacional.

Muitas vezes estes padrões estão incluídos em fontes dispersas, por exemplo, uma resolução específica da Assembleia Geral ou algum parágrafo concreto de uma Declaração do Processo de Cúpulas. Outro instrumento de suma importância aqui é a Declaração e Plano de Ação de Santiago, devido à quantidade e importância dos padrões que contém<sup>16</sup>.

O objetivo deste tema é oferecer uma breve exposição dos padrões regionais de proteção, conforme reconhecidos em todos estes instrumentos.

É importante levar em conta que, devido ao caráter sintético desta exposição, os conteúdos deste tema devem ser complementados com o livro “Padrões de proteção de afrodescendentes no Sistema Interamericano.” Uma breve introdução está disponibilizada no website [http://www.oas.org/dil/esp/publicaciones\\_estandares\\_de\\_proteccion\\_Afrodescendientes\\_2011.htm](http://www.oas.org/dil/esp/publicaciones_estandares_de_proteccion_Afrodescendientes_2011.htm). Nele especifica-se o que aqui expomos de maneira geral.

#### **Pontos a reter:**

1. Os padrões regionais de proteção de afrodescendentes constituem normas não-vinculantes. Mesmo assim reconhecem importantes direitos dos afrodescendentes, bem como compromissos assumidos pelos Estados com relação a estas pessoas.
2. Os padrões figuram principalmente nas resoluções de organismos regionais, tais como a Assembleia Geral da OEA, os documentos do Processo de Cúpulas e fundamentalmente a Declaração de Santiago de 2000.

<sup>16</sup> Como você sabe, a Declaração eo Plano de Ação de Santiago em 2000, é um instrumento adotado pelos países do Hemisfério como uma contribuição para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que teve realizada em Durban, África do Sul, sob os auspícios das Nações Unidas em 2001.

## Sobre a utilidade de conhecer os padrões já consensuados no passado

No âmbito da negociação de instrumentos internacionais por diversas razões é sumamente importante para o líder e sociedade civil conhecer quais são os textos já consensuados no passado:

- a) O conhecimento dos padrões facilita a negociação de textos no futuro com base em acordos já alcançados anteriormente;
- b) Neste sentido, pode-se evitar reabrir negociações onerosas referindo-se simplesmente à existência de textos já consensuados no passado, algo que de fato constitui uma prática a que se costuma recorrer quando as circunstâncias assim o aconselham;
- c) O conhecimento dos padrões permite não somente ter um ponto de partida, mas também construir paulatinamente com base no já acordado anteriormente;
- d) Com efeito, o ideal seria não começar como se não existissem precedentes na matéria cada vez que se pretende negociar um instrumento, mas utilizar o já consensuado como base mínima a partir da qual se possam elaborar padrões mais detalhados ou completos de proteção ou que atendam de maneira mais adequada às necessidades do coletivo afrodescendente.

Por estas razões, consideramos sumamente importante que o líder e a sociedade civil afrodescendente conheçam este âmbito interamericano de padrões de proteção aplicáveis à situação específica das pessoas afrodescendentes.

### Importância dos padrões:

1. Permite um ponto de partida sobre o qual negociar futuros instrumentos regionais.
2. Por extensão, permite conhecer quando ocorre um retrocesso em matéria de reconhecimento de direitos e obrigações relacionadas aos afrodescendentes consensuadas anteriormente.
3. Permite construir paulatinamente com base nos acordos alcançados em instrumentos anteriores.

## Sistematização dos padrões de proteção de afrodescendentes no nível interamericano

As fontes em que estão contidos os padrões, como tivemos oportunidade de observar, são dispersas. Além disso, trata-se de documentos que às vezes são sumamente extensos e complexos e que não tratam de forma exclusiva dos afrodescendentes, mas aludem também a outros grupos em situação de vulnerabilidade e inclusive a outro tipo de assuntos, como economia, meio ambiente, entre outros.



É assim tarefa complexa identificar quais são os padrões de proteção realmente consagrados em prol dos afrodescendentes no nível interamericano. De fato há um grande desconhecimento sobre esta matéria.

No intuito de fazer frente a esta situação, o Departamento de Direito Internacional procurou sistematizar não apenas os padrões de proteção decorrentes dos instrumentos antes mencionados, mas também dos compromissos políticos concretos que os Estados têm assumido com relação ao coletivo afrodescendente da região.

O resultado deste trabalho foi recolhido na obra “Padrões de Proteção de Afrodescendentes no Sistema Interamericano. Uma breve introdução”, à qual se fez alusão mais acima e que deve servir de complemento a esta exposição.

Este trabalho de sistematização oferece uma ferramenta que simplifica o conhecimento dos padrões de proteção consensuados e dos compromissos políticos assumidos pelos Estados no passado.

Por último, se algum dia chegarmos a dispor de uma declaração ou de um tratado sobre afrodescendentes no Sistema Interamericano não será improvável que muitas de suas disposições tenham possivelmente uma grande semelhança com os padrões de proteção que passaremos a expor em breve. Talvez uma prova disto seja o fato de que recentemente a Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU (CERD),<sup>17</sup> ao emitir sua Recomendação Geral Nº 34 sobre “Discriminação racial contra pessoas afrodescendentes”, empregou como fonte diversos dos padrões constantes da compilação do DDI.

#### **Algumas dificuldades para conhecer os padrões regionais sobre afrodescendentes:**

1. Estão dispersos em diversos instrumentos, alguns dos quais nem sempre são de fácil acesso.
2. Os instrumentos em que estão às vezes são extensos e complexos e contêm alusões a outros grupos e matérias, não somente aos afrodescendentes.
3. Daí a importância de sistematizá-los, a fim de facilitar seu conhecimento e divulgação.

#### **Direitos dos afrodescendentes e outros padrões de proteção reconhecidos no nível interamericano**

Tal como tínhamos adiantado, não esgotaremos aqui os direitos reconhecidos nas fontes acima citadas pelos Estados. Para isto o formador deve referir-se à obra

<sup>17</sup> Este é o órgão de fiscalização previsto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965.

“Padrões de Proteção de Afrodescendentes no Sistema Interamericano”, na qual se desenvolve detalhadamente este tema e cujo download pode ser feito gratuitamente on-line no seguinte link:

[http://www.oas.org/dil/esp/publicaciones\\_estandares\\_de\\_proteccion\\_Afrodescendientes\\_2011.htm](http://www.oas.org/dil/esp/publicaciones_estandares_de_proteccion_Afrodescendientes_2011.htm).

Aqui nos limitaremos a realizar um trabalho de síntese, agrupando esses direitos e padrões de proteção em torno de 6 categorias diversas a saber:

- Direito à participação dos afrodescendentes em diversas esferas da vida de nossas sociedades.
- Direito ao desenvolvimento dos afrodescendentes.
- Direito à identidade e outros direitos conexos dos afrodescendentes.
- Direito à liberdade religiosa dos afrodescendentes.
- Direito à educação dos afrodescendentes.
- Direito à terra e outros direitos conexos dos afrodescendentes.

Sob cada uma destas categorias são reconhecidos direitos e padrões mais específicos que podem ser consultados na compilação mencionada acima.

Como se pode notar, é importante destacar que cada um destes direitos e padrões são reconhecidos não em abstrato, mas com relação à situação específica das pessoas afrodescendentes. São, portanto, de grande valor para o coletivo afrodescendente como tal.

### **Compromissos políticos adquiridos pelos Estados**

Conforme indicado anteriormente, o trabalho de sistematização abrange não apenas um conjunto de direitos e padrões aplicáveis à situação específica dos afrodescendentes, mas também um conjunto de compromissos políticos bem concretos e detalhados que os Estados têm assumido com relação aos afrodescendentes na região.

Nós nos referimos novamente à publicação “Padrões de Proteção de Afrodescendentes no Sistema Interamericano” para uma análise mais detalhada. Aqui nos limitaremos a citar algumas categorias em torno das quais podem ser agrupados os compromissos políticos assumidos pelos Estados com relação ao coletivo afrodescendente:

- Compromissos políticos de caráter geral.
- Revisão de sistemas políticos e jurídicos.
- Promoção de direitos.
- Desenvolvimento e pobreza.





- Educação e capacitação.
- Trabalho.
- Saúde e outros serviços sociais.
- Acesso às informações e à justiça.
- Religião.
- Terras.
- Conscientização.
- Gênero.
- Estudos estatísticos.
- Escravidão.

Novamente aqui, sob cada uma destas categorias, encontraremos disposições mais detalhadas que revelam os compromissos que os Estados têm assumido com relação às pessoas afrodescendentes das Américas e que são sumamente ricas e específicas quanto a seu teor.

Além disso, da mesma forma que no caso dos direitos, é importante advertir que estes compromissos se assumem tendo presente a situação específica das afrodescendentes e não de maneira abstrata ou genérica. Daí sua utilidade e potencial atrativo para o coletivo afrodescendente.

#### **Para incentivar a discussão:**

1. O líder poderá gerar uma discussão sobre se os padrões de proteção e os compromissos refletem adequadamente as necessidades do coletivo afrodescendente.
2. Além disso, poderá incentivar o debate sobre outros padrões e compromissos que poderiam ser reconhecidos em futuros instrumentos.

## **Conclusão**

Como esta foi uma exposição sintética, o líder poderá utilizar a publicação onde se expõe o tema de maneira mais detalhada ou poderá fazer gratuitamente o download da mesma on-line, conforme se indicou anteriormente.

A publicação é precedida de uma introdução, seguida da listagem de direitos e compromissos bem detalhados, mas agrupados em torno de diversos eixos temáticos mais gerais; e finalmente se inclui o texto integral das fontes, ou seja, os instrumentos originais onde foram reconhecidos os padrões de proteção.

Uma função útil da sistematização dos padrões para o líder e sociedade civil afrodescendente é oferecer um conhecimento claro dos padrões de proteção e dos compromissos políticos assumidos pelos Estados no plano interamericano, sobretudo no momento de estabelecer reivindicações ou de incidir nos processos de elaboração de novos instrumentos.

Além disso, o líder e a sociedade civil afrodescendente podem dispor de uma ferramenta que lhes proporcione um conhecimento claro do que já foi consensuado no passado, de maneira a não permitir um retrocesso, em futuras instâncias de negociação, em torno de textos já acordados.

Por sua vez, isso permitiria avançar para padrões cada vez mais sólidos e completos, bem como para compromissos mais firmes por parte dos Estados com relação aos afrodescendentes das Américas.

#### **Recapitulação: o que o líder deve saber sobre os padrões**

1. Os padrões são importantes porque reconhecem direitos e expressam compromissos políticos por parte dos Estados referentes à situação específica dos afrodescendentes, embora não sejam vinculantes.
2. Estes padrões e compromissos podem ser utilizados para concentrar a atenção sobre temas específicos reconhecidos pelos Estados em âmbito interamericano.
3. Podem também servir como base para a negociação de futuros instrumentos interamericanos que aludem à situação dos afrodescendentes nas Américas.



## Atividade

### Conhecendo os padrões de proteção dos afrodescendentes e sua utilização para a participação eficaz e a incidência política (1 hora e 15 minutos)

1. Organização: Formam-se grupos de trabalho.
2. O facilitador solicitará aos grupos que identifiquem em que instrumentos interamericanos estão os padrões de proteção de Afrodescendentes no Sistema Interamericano.
3. O facilitador solicitará aos grupos que identifiquem os direitos reconhecidos pelos Estados americanos aos afrodescendentes.
4. O facilitador solicitará aos grupos que identifiquem os compromissos políticos dos Estados americanos com relação aos afrodescendentes.
5. O facilitador solicitará aos grupos que iniciem um intercâmbio de idéias sobre as possíveis estratégias de participação eficaz e incidência política utilizando os padrões de proteção de afrodescendentes.
6. O facilitador solicitará aos grupos que elaborem uma matriz de incidência política nos órgãos políticos da OEA, nas Cúpulas das Américas, nos organismos sub-regionais e nos Estados americanos. Essa matriz deverá conter a seguinte informação: entidade, proposta, estratégia, parceiros estratégicos, responsáveis, prazos.

## Conclusão (30 minutos)

Apresentação em plenário do resultado da atividade.  
(20 minutos)

Para finalizar, o grupo reflete sobre:  
(10 minutos)

Por que é importante conhecer os padrões de proteção dos afrodescendentes?

Por que é importante levá-los em conta nas propostas aos organismos internacionais e Estados?

Por que é importante levá-los em conta na estratégia de incidência política?

Por que é importante identificar parceiros estratégicos?

Por que é importante levar em conta os prazos para a incidência política?



# Módulo IV

## **Grupos em Situação de Vulnerabilidade no Coletivo Afrodescendente**







## Módulo IV

# Grupos em Situação de Vulnerabilidade no Coletivo Afrodescendente

### Objetivo

O módulo visa a desenvolver nos participantes conhecimentos sobre os grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente, os desenvolvimentos atuais nas mencionadas temáticas no Sistema Interamericano e possíveis estratégias de participação.

### Duração

Aproximadamente 1 hora.

### Metodologia

Com base na análise das informações podem-se iniciar o debate e a reflexão sobre as estratégias potenciais de participação e incidência política nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas.

### Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão a problemática dos grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente.
2. Contarão com informações sobre os desenvolvimentos atuais das mencionadas temáticas no Sistema Interamericano.
3. Reconhecerão estratégias potenciais de participação e incidência política nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas.

## **Tema 1**

# **A OEA e os Grupos em Situação de Vulnerabilidade**

### **Introdução**

Entre as resoluções que a Assembléia Geral da OEA aprova em seu período ordinário de sessões que se realiza uma vez ao ano figuram resoluções destinadas aos denominados “grupos em situação de vulnerabilidade” (GSV).

Que se entende por “grupos em situação de vulnerabilidade”? Em teoria, os direitos humanos amparam todas as pessoas por igual, sem qualquer tipo de distinção. É o que se conhece como “o princípio de universalidade” dos direitos humanos. No entanto, a experiência tem demonstrado que determinados grupos da população são mais vulneráveis do que outros ao abuso, exploração, discriminação ou, em geral, à violação de seus direitos.

Além disso, alguns grupos, dadas as suas características particulares, têm necessidades diferenciadas de proteção. Por exemplo, as necessidades de uma pessoa com deficiência talvez não sejam as mesmas que as dos demais; o mesmo ocorre com idosos e também com diversos outros coletivos.

Por estas razões, a comunidade internacional tem dispensado atenção crescente a estes grupos e a expressão “grupos em situação de vulnerabilidade” também tem ganhado uma certa aceitação no discurso sobre o direito internacional dos direitos humanos.

A OEA, por exemplo, adota resoluções anuais dedicadas aos seguintes grupos que poderiam considerar-se em situação de vulnerabilidade:

- Crianças e adolescentes.
- Mulheres.
- Idosos.
- Povos indígenas.
- Deslocados internos.
- Trabalhadores migrantes e suas famílias.
- Refugiados.
- Apátridas.
- Orientação sexual e identidade de gênero.





- Deficientes.
- Pessoas submetidas à detenção e reclusão.

O texto integral destas resoluções pode ser consultado no seguinte link: <http://www.oas.org/consejo/sp/AG/resoluciones-declaraciones.asp>. Estão aí agrupadas em volumes que recolhem as resoluções de cada período ordinário de sessões da Assembléia Geral.

Em geral, muitas destas resoluções já estão há alguns anos na agenda da Organização e são adotadas anualmente (embora ultimamente os Estados tenham assumido o compromisso de adotar algumas resoluções em caráter bienal).

Estas resoluções contribuem para dar visibilidade a cada um destes grupos e a colocá-los no centro da agenda hemisférica e da preocupação coletiva dos países da região e daí a importância que têm.

#### Pontos a reter:

1. Os GSV requerem atenção especial por serem especialmente suscetíveis de sofrer violações de seus direitos, ou ser discriminados, excluídos, etc.
2. A Assembléia Geral dedica resoluções anualmente (ou bienalmente) a determinados GSV.
3. A OEA procura assim refletir uma preocupação com a situação destes grupos, concedendo ao mesmo tempo maior visibilidade a sua problema.

### Tres modelos de resoluciones sobre grupos en situación de vulnerabilidad

A seguir, passamos a apresentar, de forma simplificada e para fins expositivos, três modelos ou tipos ideais de resoluções sobre GSV:

#### 1. Modelo débil:

- a) **Características:** não contêm mandatos, mas disposições declarativas, reconhecimento de situações de fato que afetam os grupos, exortações ou recomendações aos Estados.
- b) **Exemplos:** resolução sobre orientação sexual e identidade de gênero; deslocados internos.

#### 2. Modelo intermediário:

- a) **Características:** contêm mandatos concretos a órgãos para a realização de atividades de visibilidade, tais como cursos, sessões especiais e cooperação com outras entidades; ou alertam sobre a possibilidade de elaborar instrumentos internacionais, etc.

b) **Exemplos:** refugiados; apátridas; idosos (até 2010).

### 3. Modelo forte:

a) **Características:** solicitam a elaboração de um instrumento regional, o estabelecimento de uma comissão especial para dar acompanhamento ao tema e a implementação de programas de cooperação no nível da OEA.

b) **Exemplos:** povos indígenas, migrantes, pessoas portadoras de deficiência, idosos (a partir de 2011).

Ao procurar incidir nos processos de adoção de resoluções da Assembleia Geral, o líder deverá ter presente não somente os objetivos a que se visa alcançar com uma resolução. Deverá também levar em consideração que tipo de resolução seria mais viável promover de acordo com a conjuntura (por exemplo, uma resolução que se ajuste ao modelo débil, ao forte ou ao intermediário).

Às vezes alguns temas apresentam um grau de maturidade maior que outros e, portanto, critérios de oportunidade poderiam sugerir uma estratégia que aponte para um modelo mais robusto de resolução. Em outras circunstâncias, como, por exemplo, quando se pretende introduzir um tema novo, seja aconselhável proceder com mais cautela, optando por um modelo débil.

Neste sentido, ao procurar incidir nos processos de elaboração de resoluções, o líder deveria avaliar também outras questões para assegurar o êxito de suas propostas, como por exemplo:

- a) Questões relativas às sensibilidades políticas dos Estados (à guisa de exemplo, há o caso da resolução sobre orientação sexual).
- b) Os recursos de que dispõe a Organização para levar a cabo determinadas iniciativas.
- c) Que tipo de iniciativas deveria ter prioridade, levando em conta a limitação de recursos, entre outras coisas.

#### Para ter presente:

1. Existem diversos tipos de conteúdos e de mandatos que podem ser incluídos em uma resolução destinada aos GSV.
2. O líder deverá fixar determinados objetivos a que visa alcançar, sendo sensível a fatores de ordem política e outros de natureza semelhante.
3. Ao mesmo tempo, estes objetivos devem ser aptos para serem procurados por meio de uma resolução da Assembleia Geral. Daí a importância de saber o que foi alcançado com relação a outros GSV.



## Os afrodescendentes?

Agora concentramos a atenção no tema central que nos ocupa especificamente neste workshop. Embora diversas resoluções do órgão supremo da OEA tenham reconhecido há tempo a situação de vulnerabilidade dos grupos que acabamos de ver, os afrodescendentes permaneceram durante muito tempo ausentes desta lista de grupos.

Como bem sabemos, este coletivo constitui cerca de um terço da população total da região (algumas estimativas consideram que existem aproximadamente 200 milhões de afrodescendentes nas Américas). Além disso, os afrodescendentes estão em situações de exclusão e de marginalização e são vítimas do racismo e a discriminação entre outros fatos que acentuam a sua vulnerabilidade.

No entanto, o certo é que, apesar destes dois fatores (a quantidade de afrodescendentes e sua situação de vulnerabilidade), há muito pouco não existia nenhuma resolução da OEA dedicada aos afrodescendentes das Américas, ao contrário do que ocorria com outros GSV.

Esta situação foi recentemente revertida em 2010, por meio da primeira resolução sobre afrodescendentes adotada pela Assembléia Geral, que pudemos ver com mais detalhe no primeiro módulo. Cumpre recordar também que no ano seguinte foi aprovada a segunda resolução sobre afrodescendentes no âmbito do órgão supremo da OEA.

Vários fenômenos podem contribuir para dar conta da situação prévia a 2010, em a qual se carecia de uma resolução dedicada aos afrodescendentes. Por exemplo, a invisibilidade em que se encontra o coletivo afrodescendente a nível hemisférico, o qual não é senão uma projeção de seu invisibilidade a nível interno de muitos de nossos países; ideologias, orientações ou sensibilidades políticas de diversa natureza; práticas discriminatórias que ainda continuam sendo prevalentes em alguns lugares do Hemisfério, etc<sup>1</sup>.

O líder e a sociedade civil afrodescendente podem desempenhar um trabalho fundamental, focando a atenção sobre o vazio existente, quando for o caso, ou promovendo a adoção anual de novas resoluções que permitam continuar a dar visibilidade ao coletivo e a mantê-lo na agenda hemisférica, a fim de que as resoluções de 2010 e 2011 possam ter continuidade.

---

1 Sobre este ponto, ver também J. Hooker, "Indigenous Inclusion/Black Exclusion: Race, Ethnicity and Multicultural Citizenship in Latina America," J. Lat. Amer. Stud. 37, 285-310 (2005).

**Para reter:**

1. Os afrodescendentes não têm sido incluídos tradicionalmente entre os GSV a que fazem alusão diversas resoluções da Assembléia Geral.
2. Somente a partir de 2010 houve a primeira resolução dedicada aos afrodescendentes.
3. O líder e a sociedade civil afrodescendente podem desempenhar um papel relevante para consolidar na agenda da Organização a inclusão do coletivo afrodescendente, além de robustecer cada vez mais as resoluções dedicadas a estas pessoas.

**Conclusão**

Esperamos então ter oferecido algumas ferramentas introdutórias para o líder poder em seguida avaliar as diversas formas em que as resoluções da Assembléia Geral da OEA abordam a situação de diferentes GSV.

Para tanto, é importante familiarizar-se com o conteúdo dessas resoluções para ver de que forma se encara a situação de outros GSV. Embora as situações e necessidades sejam diversas entre cada grupo, é possível, não obstante, obter uma noção mais clara do tipo de objetivo a que se pode visar por meio de uma resolução dedicada a pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade.

Finalmente, procuramos ressaltar o papel fundamental que a sociedade civil e especialmente o líder afrodescendente podem desempenhar, a fim de que as resoluções sobre afrodescendentes passem a fazer parte, de maneira consolidada, da agenda da Organização. De fato, a atenção das necessidades dos afrodescendentes na região requer ainda muito trabalho e o tema recém começa a merecer uma atenção particularizada no âmbito dos órgãos políticos da OEA.

**Desafios para o/a líder:**

1. Conseguir maior visibilidade dos afrodescendentes como pessoas que constituem um coletivo com necessidades diferenciadas de proteção.
2. Avaliar recomendações realistas e viáveis para serem incluídas nas resoluções.
3. Acompanhar os processos de elaboração de projetos de resolução e dar acompanhamento aos mesmos com propostas que reflitam as necessidades do coletivo e que ao mesmo tempo sejam realistas e praticáveis



## Tema 2

### Grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente

Este texto tem por objetivo expor alguns aspectos da problemática dos grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente, os quais são vítimas de discriminação múltipla por serem afrodescendentes e também por serem parte de outro grupo em situação de vulnerabilidade. Devemos indicar que no conteúdo deste tema não se inclui as mulheres afrodescendentes, uma vez que será desenvolvido amplamente no módulo seguinte.

#### A. Crianças e adolescentes

As crianças e adolescentes afrodescendentes constituem, sem dúvida alguma, um dos grupos em uma maior situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente. Evidencia-se isso desde o nascimento, já que, segundo estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em alguns países da região as crianças afrodescendentes são propensas à mortalidade infantil, sobretudo na zona rural, além da desnutrição infantil. Isso está intrinsecamente relacionado com a situação de pobreza em que se encontram.

Cumpre destacar que a mortalidade e desnutrição infantil são um indicador fundamental das condições de vida de uma comunidade, população e povo.

**Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as crianças e adolescentes afrodescendentes são vítimas de uma forte discriminação racial, a qual começa nas escolas e se reproduz em outros espaços, solapando sua auto-estima e identidade étnica e cultural.**

Por outro lado, quanto à análise da implementação do direito à educação para as crianças e adolescentes afrodescendentes poderíamos afirmar que na maioria dos países da região não estão sendo cumpridas as características essenciais do direito à educação: a disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade desse direito.

A disponibilidade – em muitas comunidades, populações e povos afrodescendentes não existem instituições educacionais que atendam a todos os habitantes. Por exemplo, em algumas comunidades ou povos afrodescendentes as instituições educacionais estão afastadas deles.

A aceitabilidade – a maioria dos programas de estudo das escolas do Hemisfério que freqüentam em massa as crianças e adolescentes afrodescendentes não são de boa qualidade. Além disso, não estão culturalmente adequadas à realidade deles.

Por exemplo, a não incorporação da história da África e afrodescendentes nos currículos educacionais continua sendo uma realidade na maioria dos países da região.

A adaptabilidade – na maioria de escolas do Hemisfério não são tomadas medidas para adequar-se às mudanças da sociedade. Por exemplo, a discriminação racial continua sendo uma realidade nas instituições educacionais.

A acessibilidade – embora não se profiba às crianças e adolescentes afrodescendentes o acesso à educação, em muitos casos existem limitações devido à situação de pobreza da maioria dos afrodescendentes, o que lhes impossibilita pagar as taxas de matrícula, uniformes e livros. Por outro lado, em alguns países da região existem proibições de acesso às instituições educacionais quando as crianças e adolescentes afrodescendentes assistem à escola com expressões próprias de sua cultura. Por exemplo, o uso de tranças afrodescendentes, de uma vestimenta tradicional, etc.

Ao não cumprirem as características essenciais do direito à educação, os Estados, por ação ou omissão, promovem a deserção escolar das crianças e adolescentes afrodescendentes. Isso é evidente quando se examinam os dados estatísticos de alguns dos países do Hemisfério, sendo as cifras mais preocupantes as referentes às crianças e adolescentes afrodescendentes da zona rural.

## **B. Jovens**

Os jovens afrodescendentes são vítimas de discriminação agravada por serem afrodescendentes e jovens. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), é **evidente a existência de lacunas significativas nos países entre jovens afrodescendentes e o restante de jovens**. Os dados sugerem a existência de lacunas na implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais. Por exemplo, no direito à saúde reprodutiva entre as jovens afrodescendentes não há uma compreensão cultural, uma vez que a maternidade precoce nas comunidades e povos afrodescendentes é igual ou mais elevada do que no restante dos países.

Cumprir destacar que a maternidade precoce está sistematicamente associada a menores níveis de educação. **As percentagens de jovens afrodescendentes que não estudam nem trabalham na região são muito altas na maioria dos países e inclusive estão entre os mais excluídos destes sistemas.**

No tocante ao direito ao trabalho, devido aos baixos níveis educacionais a maioria de jovens afrodescendentes está exercendo trabalhos não qualificados e, portanto, sua remuneração é baixa, mantendo-se em situação de pobreza.

**No que se refere à violência policial, é sumamente alarmante a situação a que estão expostos os jovens afrodescendentes do sexo masculino.** Na maioria dos



países da região, ser jovem e afrodescendente implica ser vítima de perfil racial, este último entendido como a prática de utilizar estereótipos étnicos ou raciais em vez da conduta individual, descrição de suspeitos ou conhecimento acumulado para dirigir os atos das forças da lei, manifestando-se de diferentes formas, tais verificação de identidade arbitrária. Estas são práticas policiais ilegais que contribuem para a tensão da relação polícia-jovens afrodescendentes.

Cumpram destacar que na Declaração de Santiago e de Durban os Estados se comprometeram a intensificar suas atividades e políticas públicas em prol dos jovens de origem africana, estando este compromisso político dos Estados ainda em dívida.

### C. Idosos

Os idosos afrodescendentes são vítimas de discriminação agravada, uma vez que são discriminados por serem afrodescendentes e idosos. **Isto se agrava porque a maioria destas pessoas têm empregos não qualificados por não terem podido conseguir benefícios trabalhistas, tais como pensão de aposentadoria e seguro médico.**

Na maioria dos Estados não houve preocupação em criar políticas públicas nem centros especializados em idosos em geral. No caso dos idosos afrodescendentes a situação é mais complexa, uma vez que estão em situação de maior vulnerabilidade. Por exemplo, os afrodescendentes são mais propensos a certas doenças recorrentes, tais como a hipertensão, diabetes, prostatite, entre outras, e não dispõem dos meios para custear as despesas de tratamento dessas doenças.

### D. Pessoas Deslocadas, refugiadas e apátridas

Os afrodescendentes deslocados, refugiados e apátridas são vítimas de discriminação agravada, uma vez que são discriminados por serem afrodescendentes e deslocados ou refugiados ou apátridas.

**No contexto de conflitos armados internos, as pessoas afrodescendentes sofrem violações graves de seus direitos, principalmente à vida, à integridade física e psicológica, à identidade, ao desenvolvimento, à terra e a outros direitos conexos.** Por exemplo, em alguns países da região a população afrodescendente é a mais numerosa entre as pessoas deslocadas, encontrando-se em condições de vida piores do que os outros grupos de deslocados.

Os afrodescendentes refugiados costumam enfrentar mais obstáculos para se integrarem ao país de refúgio, especialmente no momento de procurar emprego. Cumpram destacar que, segundo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de solicitantes e refugiados afrodescendentes aumentou nos últimos anos. Além disso, consideramos que, devido

aos desastres naturais, o número de afrodescendentes deslocados e refugiados<sup>2</sup> continuará a aumentar, uma vez que um percentual considerável deles vive em zonas sumamente vulneráveis aos mencionados desastres.

**As pessoas afrodescendentes apátridas sofrem gravíssimas violações de seus direitos, uma vez que não têm nenhum tipo de proteção por parte de qualquer Estado. Por exemplo, existem na região crianças e adolescentes afrodescendentes apátridas que o fato de não terem acesso ao direito à identidade gera consequência na violação de seus direitos à educação e a saúde.**

### **E. Lésbicas, gays, transexuais e transgêneros, travestis, bissexuais e intersexuais (LGTBI)**

As pessoas afrodescendentes lésbicas, gays, transexuais, transgêneros, travestis, bissexuais e intersexuais (LGTBI) são vítimas da discriminação agravada, uma vez que sofrem as consequências da discriminação racial e da homofobia. No coletivo Afrodescendente, na maioria de comunidades, populações e povoados existe uma homofobia social, considerando-se “normal” a constante burla, humilhação e prejuízo com relação às pessoas LGTBI. Lamentavelmente chegam a ser inclusive vítimas de crimes.

**Em alguns países da região em que a população afrodescendente é majoritária, a homofobia está institucionalizada e até mesmo criminalizada.**

Por não haver dados estatísticos sobre as pessoas LGTBI não se pode conhecer com exatidão suas realidades e necessidades.

### **F. Pessoas Vítimas de Intolerância Religiosa**

As pessoas afrodescendentes que professam algumas religiões são vítimas da discriminação racial e da intolerância religiosa.

Cumpramos destacar especialmente o caso das pessoas que professam religiões de matriz africana. Em nosso continente, até o dia de hoje, persiste a existência das mencionadas religiões, sendo estas um conjunto de normas e costumes dentro de um paradigma religioso de origem africana e considerado como símbolo de

<sup>2</sup> A Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de Nova York define o refugiado como “toda pessoa que, devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e está, como consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tinha sua residência habitual, não possa ou, por causa desses temores, não queira regressar a ele”. Existe uma corrente de acadêmicos do Direito Internacional dos Refugiados a favor da existência do status de refugiado ambiental.





resistência dos africanos e afrodescendentes. Religiões como o candomblé, santeira, umbanda, vodu, entre outras, fazem parte das religiões de matriz africana em nosso Hemisfério.

**Lamentavelmente atualmente, as pessoas que professam as religiões de matriz africana são estereotipadas como pessoas associadas à bruxaria, entendida como tendo poderes maléficos para causar dano. Em alguns países da região, essas pessoas são perseguidas, agredidas e seus lugares sagrados são profanados.**

## **G. Deficientes**

Os deficientes afrodescendentes são vítimas de discriminação agravada, uma vez que são discriminadas por serem afrodescendentes e deficientes. **Isto se agrava porque a maioria destas pessoas enfrentam obstáculos principalmente em matéria de educação, saúde, trabalho, habitação e transporte. Por exemplo, no setor educacional, a maioria das escolas públicas não conta com programas adequados para deficientes nem com a adaptação arquitetônica (rampas, salas de aula e sanitários apropriados para elas).**

A discriminação trabalhista é habitual no caso dos deficientes. Segundo estatísticas de diversos países da região, o índice de desemprego neste setor da população é altíssimo.

## **H. Migrantes**

Os afrodescendentes migrantes são vítimas da discriminação racial e xenofobia. **Isto se agrava porque estas pessoas enfrentam maiores obstáculos para se integrarem ao país de acolhida, especialmente no momento de procurar habitação e emprego. No caso de afrodescendentes migrantes, sua situação piora muito mais se não estiverem legalmente no país de acolhida.**

No tocante ao direito à identidade, na maioria de casos e particularmente as crianças e adolescentes afrodescendentes sofrem de crise de identidade, uma vez que na maioria das escolas que freqüentam não contam com um enfoque intercultural adequado.

## **Conclusão** **(15 minutos)**

Para finalizar, o grupo reflexiona sobre:

Por que é importante conhecer quais são os grupos em situação de vulnerabilidade no coletivo afrodescendente?

Por que é importante saber quais são os órgãos políticos das quais os afrodescendentes pertencentes aos mencionados grupos podem participar e nas quais podem incidir?

# Módulo V

## Mulheres afrodescendentes







## Módulo V

### Mulheres afrodescendentes

#### Objetivos

Desenvolver nos participantes conhecimentos sobre a situação dos direitos humanos da mulher afrodescendente da região e os avanços na luta para fazer valer seus direitos, a fim de oferecer elementos para desenvolver um posicionamento dos participantes sobre a situação da mesma perante os órgãos políticos da OEA.

#### Duração

Aproximadamente 1 hora e 30 minutos.

#### Metodologia

Uma vez feita a exposição aos participantes, será realizada uma breve análise sobre a violação dos direitos humanos dos afrodescendentes em seus diversos âmbitos e em seguida, com base nesta análise e reflexão dos avanços, será elaborado um posicionamento para ser apresentado aos órgãos políticos da OEA.

#### Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão os âmbitos mais vulneráveis dos direitos humanos da mulher afrodescendente.
2. Reconhecerão a violência contra a mulher afrodescendente como um fenômeno de impacto da pobreza nos grupos afrodescendentes da região.
3. Refletirão sobre os avanços e incidência desenvolvidos pelas organizações de afrodescendentes junto a organismos internacionais como a Organização de Estados Americanos (OEA) quanto à elaboração de instrumentos internacionais que garantam a não-discriminação racial.
4. Reconhecerão que, para superar a situação de pobreza e marginalidade social em que vivem os milhões de afrodescendentes da região, é necessário fortalecer os movimentos sociais afrodescendentes como protagonistas importantes nas transformações, a fim de construir sociedades mais justas, igualitárias e com equidade social.

## Tema 1

### Antecedentes

A história mundial quase nunca estabelece o aspecto central do regime que os europeus implantaram nas Américas. Alguns deles com grandes domínios territoriais e os demais disputando-os e todos eles dedicando-se ao benefício do tráfico desumano de escravos.

Até princípios do século XIX, a norma escravagista foi importar uma baixa percentagem de mulheres. As estatísticas inglesas (as mais completas da escravidão) refletem uma composição percentual de 72% de homens e 28% de mulheres. Estes valores sofrem alteração ao longo dos anos, mas o índice de masculinidade sempre foi muito alto. Somente a partir da década de 1820, “abolido” o comércio legal de escravos, há uma certa tendência a equiparar numericamente a importação de homens e mulheres. Este foi um fenômeno tardio, correspondente ao final do tráfico.

A política econômica expansionista colonial escravagista foi acoplada ao racismo como sustento ideológico-filosófico, situando a supremacia do “homem branco” no pináculo da humanidade e os indígenas, asiáticos e afrodescendentes no último degrau para justificar a escravidão.

Assim, as primeiras expressões do movimento social afrodescendente estão na resistência e rebelião da população africana e afrodescendente em todas as partes do mundo onde foram capturados e escravizados.

As lutas passaram não somente pelas rebeliões armadas, mas também pela resistência cultural, preservando a filosofia, as religiões e crenças em alguns casos ocultas à vista dos demais e em outros casos por meio do sincretismo religioso.

Apesar de se conseguir a abolição da escravidão no final de 1800 em quase toda a América, foram mantidas as políticas segregacionistas baseadas no racismo, mas tendo como fundo a necessidade do sistema de continuar explorando a força de trabalho afrodescendente em condições semelhantes à escravidão.

No século XX, avançou-se na América o reconhecimento da população afrodescendente em condições de igualdade como seres humanos. Nas legislações de nossos países, condena-se a escravidão e, em muitos casos, o segregacionismo e se estabelece que todos nós somos iguais perante a lei e que temos os mesmos deveres e direitos, podemos eleger e ser eleitos, etc. Mas este avanço formal dista bastante da realidade.



## Atualmente onde estamos?

Na atualidade, a população afrodescendente situa-se nas zonas de maior índice de pobreza da região, com menor acesso à educação, aos serviços de saúde e a empregos de qualidade. As diferenças entre as condições de vida da população afrodescendente e o restante dos setores de nossas sociedades são evidentes.

A maioria da população afrodescendente está no Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Venezuela, Peru, ilhas do Caribe e Costa do Caribe da América Central. É conhecida a população afrodescendente em todos os países da região. Em alguns países da região, ela representa um alta percentagem da população, em outros são parte das minorias étnicas.

Alguns estudos indicam que existe pelo menos 200 milhões de afrodescendentes, aproximadamente 30% da população das Américas, dos quais quase a metade são mulheres.

## E as mulheres afrodescendentes?

O racismo, somado ao patriarcado e ao machismo, faz que as afrodescendentes vivam em condições piores do que os homens, especialmente as que são chefe de família, enfrentando uma série de condições sumamente difíceis que se transformam em lacunas sociais, culturais e econômicas, entre as quais figuram:

- A situação de marginalização econômica da mulher afrodescendentes manifesta-se em sua exclusão da participação plena no investimento em capital humano e emprego produtivo de seus respectivos países, bem como suas limitações estruturais de acesso aos recursos produtivos.
- O processo de globalização econômica e comercial tem acentuado ainda mais a pobreza em que vivem os povos e as mulheres afrodescendentes, porque redonda em uma maior concentração da riqueza e reforça a dicotomia nas políticas existentes entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico.
- A maioria das mulheres afrodescendentes não tem acesso à propriedade e ao financiamento nem são sujeitos de crédito.
- Em muitos dos casos, os afrodescendentes não contam com habitação digna e especialmente as mulheres não têm acesso independente à habitação.
- Nas condições de pobreza em que vivem, carecem dos serviços básicos, água potável, energia elétrica, serviços sanitários, coleta de lixo, etc.

Embora na maioria dos países do Hemisfério contemos com leis especiais que determinam políticas e mecanismos que garantem a igualdade de gênero, as mu-



lheres afrodescendentes estão em situação de vulnerabilidade no tocante ao gozo de seus direitos, garantias e oportunidades e são duplamente vulnerabilizadas.

Esta afirmação baseia-se na abordagem dos direitos humanos da mulher afrodescendente por parte dos governos e da sociedade em seu conjunto e inclusive dos grupos afrodescendentes.

## **Tema 2**

### **Situação dos direitos humanos da mulher afrodescendente da região da América Latina e Caribe**

A mulher afrodescendente tem sido vítima das causas históricas que determinaram a pobreza como condição derivada do racismo e da desigualdade socioeconômica que caracteriza a região latino-americana e caribenha. Há uma distribuição de a riqueza desigual que revela um desrespeito aos direitos humanos fundamentais das populações afrodescendentes e particularmente da mulher.

Esta situação reflete-se não somente nas condições materiais de vida destes grupos populacionais, mas também na falta de acesso ao emprego, serviço de saúde de qualidade, dificuldades que enfrentam para obter uma educação adequada, invisibilidade nos espaços de tomada de decisão e obstáculos que devem enfrentar em sua tentativa de ter uma participação política ativa e eficaz. A exclusão dos afrodescendentes da participação e do acesso a oportunidades é fundamental para compreender as dimensões materiais e não materiais da desigualdade e pobreza.

## **1. Direitos econômicos, sociais e culturais**

### **1.1 Pobreza e acesso a recursos**

Em termos gerais, as variáveis de emprego e desemprego continuam a ser as mais relevantes para caracterizar a situação das afrodescendentes, uma vez que evidencia, de forma contundente, a desigualdade e a marginalidade em que estão como consequência de sua condição de gênero e pertinência étnico-racial.

Em termos médios na região, a mulher afrodescendente situa-se nas camadas mais baixas da sociedade e realiza trabalhos de menor remuneração, principalmente nas empresas de zona franca, no trabalho doméstico remunerado e na economia informal, como resultado da marginalização em sua condição de mulher e do racismo que prevalece em nossa sociedade.





Cumpre assinalar que a vasta presença da mulher afrodescendente na economia informal, comum a quase todos os países, é consequência da incapacidade dos Estados de dar resposta à sua participação no mercado de trabalho, exibindo altas taxas de desemprego. Vêm-se assim na necessidade de refugiar-se neste nicho do mercado como saída de subsistência, mas sabendo que o setor informal se caracteriza pelos seguintes elementos: baixos salários/baixa renda, instabilidade das atividades, inexistência de seguridade social e, em consequência, escassas possibilidades para elas e suas famílias de sair da pobreza e da marginalidade.

A informalidade acompanha a ocupação feminina e tende a concentrar-se mais nos centros urbanos do que na zona rural. Por exemplo, estima-se que na região de cada 100 mulheres ocupadas, 18 trabalham na zona rural e 82 na zona urbana, uma vez que aí as oportunidades de emprego para as mulheres expandem-se a um ritmo maior do que na zona rural. Explica-se isso pelo fato de que o emprego feminino se focaliza principalmente no setor de prestação de serviços, cujas ocupações são mais urbanas do que rurais, mas também com salário mais baixo e de maior instabilidade e precariedade trabalhista.

No tocante ao emprego feminino rural, na região latino-americana concentra-se principalmente em atividades não-agrícolas e evidencia-se em uma segregação ocupacional por gênero onde as mulheres com emprego agrícola remunerado têm de trabalhar em cultivos de mão-de-obra intensiva, tais como o café e o tabaco. Acrescenta-se a isso o fato de as mulheres, em sua maioria, terem de enfrentar outra dificuldade no mercado trabalhista, a saber, a necessidade de conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo, o que, por não haver programas de apoio por parte do Estado, as coloca em condições de menor competitividade do que os homens e maior vulnerabilidade por terem de aceitar condições trabalhistas não adequadas, sendo, portanto, mais propensas à pobreza.

Não obstante, a carga redobrada que deve carregar a mulher afrodescendente mediante sua contribuição para a economia por meio do trabalho doméstico não-remunerado e da sustentabilidade da vida familiar foi totalmente invisível para os formuladores de políticas e para ser considerado nas contas nacionais dos Estados.

No entanto, muitos Estados continuam a não fazer eco a esta situação e isso se evidencia na ausência da mulher afrodescendente nas políticas públicas no âmbito do desenvolvimento do qual fazem parte o emprego decente; o crédito; a micro, pequena e média empresa; e o acesso à terra, como meio de produção fundamental na zona rural.

A ausência de políticas públicas que favoreçam a situação da mulher afrodescendente ajuda a intensificar os problemas relacionados com a incidência da pobreza nos grupos étnicos, problemas como a falta de segurança no tocante à propriedade, bem como pouca e deficiente presença de serviços básicos de saúde, educação e água potável, entre outros.

## **1.2 Moradia**

Direitos como o acesso à habitação continuam a ser um problema sem solução no curto prazo para a população afrodescendente, especialmente para as mulheres que enfrentam um crescimento importante de domicílios com chefia feminina.

Na maioria dos países da região há políticas públicas e programas destinados a garantir uma habitação “digna” à população. No entanto, a realidade é outra: devido à discriminação e exclusão as mulheres não fazem parte direta dos beneficiários desses programas, embora estudos tenham demonstrado que a mulher é mais responsável no sentido protecionista da família e no cumprimento de suas obrigações. Neste sentido a mulher afrodescendente é ainda mais invisibilizada pela aplicação destas políticas.

## **1.3 Saúde**

Os indicadores de saúde também refletem a interconexão entre raça/etnia/gênero. A mulher afrodescendente representa um dos grupos em situação de maior vulnerabilidade no tocante ao gozo do direito à saúde. A mulher afrodescendente, ao sofrer tanta discriminação ou não dispor de informações, não é considerada como sujeito de direitos e lhe custa mais exigir atenção e cuidados de sua saúde.

As mulheres têm situações específicas de saúde vinculadas a seu papel reprodutivo, de maneira que se requer um nível de especialização em sua atenção. A situação de saúde das jovens afrodescendentes não se diferencia do anterior. Aumenta cada vez mais a gravidez não desejada, na maioria dos casos gerando abortos em condições de insalubridade, o qual traz como consequência a morte da mãe e/ou do filho. É um problema grave a ser atendido.

Indicadores de saúde têm identificado determinadas doenças com incidência significativa na população afrodescendente, tais como:

Diabetes tipo II.

Miomas uterinos, tumores mais comuns nas mulheres e com maior incidência nas afrodescendentes.

Hipertensão arterial.

Anemia falciforme, um tipo de anemia hereditária e a doença genética mais comum na humanidade e na população Afrodescendente em particular.



## **1.4 Educação**

A educação é o principal fator de previsão de renda. Em nossos países, embora o nível da educação médio tanto de afrodescendentes como de pessoas “brancas” tenha aumentado, a distância entre ambos mantém-se relativamente constante; o analfabetismo na população “branca” é menor do que na população afrodescendente. Estudos em alguns países da região refletem maior analfabetismo na população afrodescendente e é maior entre as mulheres afrodescendentes.

Outra situação que se apresenta em muitos países da região é o ensino no idioma oficial. Em países em que os afrodescendentes têm como idioma materno uma língua diferente da oficial, essa política educacional afeta sua participação no sistema educacional formal. Devemos reconhecer que alguns países têm promovido programas de educação bilíngüe, mas contam com pouco orçamento e com uma participação mínima de afrodescendentes.

## **1.5 Direitos Sexuais e Reprodutivos**

Estes direitos podem ser exercidos unicamente em um Estado leigo com justiça econômica, de gênero e sexual. Estas condições nem sempre estão presentes nos países da região. O acesso às mesmas nem sempre é possível para grupos em situação de vulnerabilidade como as mulheres afrodescendentes.

Como as mulheres afrodescendentes carregam estigmas e estereótipos sexistas e machistas, essa situação é agravada por sua condição étnico-racial com impacto em sua auto-estima e limitando sua capacidade de negociar seus direitos sexuais e reprodutivos. Esta situação, somada à carência na educação sexual, penalização do aborto e incidência de grupos religiosos no parecer público, tem gerado uma oposição contra o livre exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, os quais consideramos como retrocessos que afetam a sua vida.

Um dos poucos avanços em muitos países da região são as aulas de educação sexual ministradas nas escolas, as quais contribuem para informar os jovens na prevenção de gravidez não desejada, doenças sexuais e planejamento familiar. Igualmente alguns países contam com políticas de direitos sexuais e direitos reprodutivos, o que tem ajudado a enfatizar um pouco mais a defesa destes direitos.

No entanto, em termos gerais a situação dos direitos sexuais e direitos reprodutivos da mulher afrodescendente permanece como um dos grandes desafios da luta pelo reconhecimento dos direitos em geral e do combate ao racismo e à discriminação em nossos países.

## 2. Direitos civis e políticos

### 2.1 Participação política

A participação política da mulher afrodescendente é considerada como a percentagem das mesmas em relação ao total de mulheres que exercem cargos de decisão e de eleição nas instituições do Estado, nos partidos políticos e nos governos locais nos países da região.

Em termos gerais, esta participação se tem caracterizado mais pela luta por um exercício ativo de seus direitos fundamentais do que por uma presença maciça nos espaços formais da política. As mulheres têm tido e continuam a ter que enfrentar todo tipo de obstáculo para validar sua participação e conseguir o reconhecimento social desde o comunitário até o partidário.

A condição étnico-racial da mulher afrodescendente, somada ao fato de que a vida política de alguns países da região se tem deslocado paulatinamente em sentido contrário a atribuir às mulheres espaços de tomada de decisão, promove a masculinização do espaço público e acrescenta mais elementos de desigualdade entre homens e mulheres. Isso se traduz em obstáculos para permitir às mulheres conseguir uma participação com maior presença e incidência, maiores possibilidades de ter acesso a cargos de decisão, com o agravante da ausência de políticas que facilitem a superação destes obstáculos.

É importante indicar que, se os partidos políticos se transformam em uma oportunidade para que mulheres e homens possam participar da condução da vida política de um país, a integração da mulher afrodescendente a estas instâncias partidárias deveria ser um assunto estratégico a ser abordado pelos partidos políticos e pela sociedade como mostra da intencionalidade da consolidação da democracia.

### 2.2 Violência contra as Mulheres e Acesso à Justiça

As mulheres afrodescendentes continuam a enfrentar o racismo, a discriminação e em alguns casos a xenofobia. Isso se manifesta em diversas formas de abuso e exploração sexual, exclusão, tráfico, comércio, violência doméstica e institucional e deslocamento territorial forçado.

As mulheres dificilmente recorrem à polícia para denunciar a violência, mas são as maiores usuárias dos serviços de saúde. As mulheres denunciam violência experimentam condicionantes, uma vez que nos serviços há desigualdade no tratamento entre uma mulher “branca” e uma afrodescendente, tal como entre uma mulher pobre ou uma mulher da classe alta.



No tocante à violência doméstica contra as mulheres afrodescendentes cumpre considerar o seguinte:

- Há um mito sexual erótico que associa a afrodescendente com o prazer, como objeto sexual e, neste sentido, é algo usado e explorado comercialmente.
- Há uma transversalidade na violência no caso da mulher afrodescendente devido à múltipla discriminação como mulher e como afrodescendente.
- Em muitos casos as mulheres afrodescendentes não são reconhecidas como cidadãs.
- As próprias mulheres afrodescendentes não identificam a discriminação como tal e isto afeta mais porque não atuam para mudar a realidade. Em muitos casos a população não-afrodescendente tem preconceitos racistas contra as mulheres afrodescendentes.

## Tema 3

### Principais avanços

Entre os principais avanços reconhecemos os seguintes:

- Criação de alguns organismos de luta pela igualdade racial, mas com pouco ou nenhum poder político e sem orçamentos necessários para assegurar sua atividade.
- Adoção de algumas políticas de ação afirmativa, incorporação da agenda dos afrodescendentes em alguns organismos internacionais.
- Ratificação em diversos países da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- Criação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Relatoria de Direitos dos Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial.
- Avanços na inclusão de variáveis étnico-raciais a partir dos censos de 2010 e produção de estatísticas que permitem reconhecer as dimensões de discriminação que enfrentam as populações afrodescendentes.
- Criação do Grupo de Trabalho de Peritos sobre as Pessoas de Ascendência Africana da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Estabelecimento do Grupo de Trabalho para a Elaboração de um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.
- Atualmente, mais países da região começaram a fazer censos nacionais com indicadores concretos que permitem conhecer a situação das populações afrodescendente e indígena, mas continua a ser importante que a informação

possa também ser discriminada por gênero para fazer as conexões necessárias com as condições de vida da mulher e do homem de forma separada.

- Criação do Ano Internacional das Pessoas de Ascendência Africana pela ONU e seu reconhecimento pela OEA.
- Duas resoluções sobre afrodescendentes no âmbito da OEA.

Finalmente, consideramos que para superar a situação de pobreza e marginalidade social em que vivem milhões de afrodescendentes da região é importante fortalecer os movimentos sociais afrodescendentes como protagonistas nas transformações necessárias para construir sociedades mais justas, igualitárias e com equidade social.



## **Atividade 1**

### **Identificação de estratégias de participação e incidência nos órgãos políticos da OEA e nas Cúpulas das Américas (20 minutos)**

1. Organização: Formam-se grupos de trabalho.
2. O facilitador solicitará aos grupos que reflitam sobre os conteúdos desenvolvidos e os avanços alcançados pelas organizações afrodescendentes na luta pela igualdade e não-discriminação racial e identifiquem as principais situações de vulnerabilidade que enfrentam as mulheres afrodescendentes da região.
3. O facilitador solicitará aos grupos que por meio de uma “chuva de idéias” apresentem um posicionamento sobre a situação dos direitos humanos da mulher afrodescendente para ser valorizado perante os órgãos políticos da OEA.

## **Conclusão (15 minutos)**

Apresentação em plenário do resultado dos grupos de trabalho.

Para finalizar, será sistematizado em plenário o trabalho dos grupos, tendo como resultado o posicionamento perante os órgãos políticos da OEA por parte das mulheres afrodescendentes.



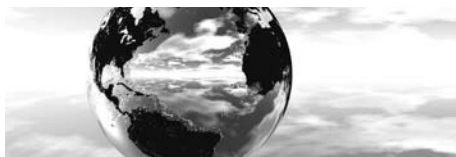


# Módulo VI

## **Cooperação internacional e gestão de recursos (FUNDRAISING)**







## Módulo VI

# Cooperação internacional e gestão de recursos (FUNDRAISING)

### Objetivo

Proporcionar uma visão geral do planejamento e desenvolvimento de atividades de arrecadação de fundos para programas e projetos sociais com o propósito de melhorar as suas capacidades de obtenção de meios de financiamento provenientes de diversas fontes.

### Duração

Aproximadamente 2 horas e 45 minutos.

### Metodologia

O workshop é teórico prático, onde se combinará métodos de ensino indutivo, dedutivo e comparativo e se desenvolverá a partir de conceitos sobre a cooperação internacional e a gestão de fundos.

### Competências a Desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão os conceitos e a história da cooperação internacional.
2. Contarão com conhecimentos sobre as metodologias de gestão de recursos.
3. Saberão identificar e contatar possíveis fontes de financiamento.
4. Utilizarão ferramentas para a construção de uma estratégia de arrecadação de fundos.

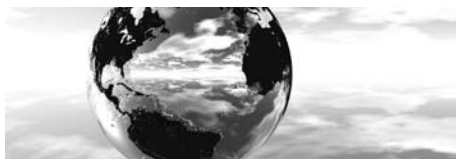
## Introdução

As pessoas afrodescendentes estão dispersas em todos os países da região. Em alguns deles, como o Brasil, Colômbia, Cuba e Panamá, constituem uma população significativa que atinge de 45% a 10% do total de habitantes; no Equador, Peru, Venezuela e Uruguai representam de 3% a 6%; na Bolívia, Honduras e Chile, em compensação, os afrodescendentes são uma minoria que não supera 1,7% (UNICEF e Organizações do Mundo Afro, 2006). Nas últimas décadas do século XX os afrodescendentes na América Latina e Caribe se têm mobilizado, conseguindo conquistar reivindicações coletivas sustentadas juridicamente em diversos instrumentos de direito internacional vinculantes para os países dos quais são cidadãos. Essas reivindicações visam a superar desafios históricos relacionados com uma série de privações no exercício de seus direitos humanos, especialmente no que diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010].

Nesta última década, a população afrodescendente conseguiu introduzir suas reivindicações nas agendas nacionais e internacionais, contribuindo assim para obter maior reconhecimento da diversidade étnica e cultural na América Latina e no Caribe. Estes resultados têm motivado os países a desenvolver um âmbito normativo que garanta e proteja os direitos humanos desta população. Apesar disso, estudos de organismos internacionais e centros acadêmicos mostram que os indicadores de desenvolvimento humano continuam abaixo da média com relação a outras populações. De fato, o racismo e a discriminação racial são barreiras que ainda impedem o desenvolvimento e o crescimento econômico da população afrodescendente.

No âmbito internacional, os direitos dos povos afrodescendentes foram reconhecidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) mediante diversos acordos e resoluções, a saber:

- Convênio 169 da OIT.
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; Declaração e Plano de Ação de Santiago; e Programa e Plano de Ação da Conferência Regional das Américas (Conferência Preparatória para a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras Formas Conexas de Intolerância ou Conferência de Durban).
- Declaração de Mar del Plata, no âmbito da Quarta Cúpula das Américas.
- Resolução 64/169 – Ano Internacional dos Afrodescendentes 2011, ratificado pela Assembleia Geral da OEA mediante a resolução AG/RES. 2550 (XL-O/10); e



- Aprovação do Decênio dos Povos Afrodescendentes, que terá início a partir de dezembro de 2012. Foi aprovado no Sexagésimo Sexto Período de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas (A 66/460).

A cooperação internacional e os financiadores privados vêm dando prioridade à atenção à população afrodescendente, como resultado da necessidade de contribuir para superar a situação de pobreza e discriminação racial que enfrenta esta população.

Ante o exposto, este documento visa a mostrar o modo como a cooperação internacional pode ser uma alternativa de êxito que incentive a implementação de políticas públicas diferenciadas e ações afirmativas em prol da população afrodescendente nesta região. Portanto, na primeira parte figura uma síntese da história da cooperação internacional no mundo, definindo ao mesmo tempo a cooperação e suas modalidades e instrumentos para ter acesso a ela; e na segunda enfatiza a gestão de recursos: definem-se os princípios da arrecadação de fundos e o ciclo da arrecadação, determinando ao mesmo tempo os temas para a análise e a formulação de estratégias de arrecadação de fundos.

## Tema 1

# Cooperação internacional

### Antecedentes da Cooperação Internacional

É possível afirmar que a cooperação internacional – com suas características atuais – nasceu como resposta aos desastres das duas guerras mundiais. O primeiro fato marcante foi a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes em 28 de junho de 1919, cujo objetivo era pôr fim à Primeira Guerra Mundial. O tratado estabeleceu a criação da Sociedade de Nações (SDN), a qual se constituiu como a primeira instituição política internacional permanente.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos afirmaram sua influência no continente americano com as conferências do Rio de Janeiro de 1947 e de Bogotá de 1948, na qual foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). A este processo precedeu a Conferência de São Francisco, na qual foi redigida a Carta das Nações Unidas (25 de junho de 1945): 46 Estados assinaram a carta fundacional e a ela aderiram de imediato. O mesmo grupo de Estados fundadores estabeleceu as instituições especializadas que constituiriam o Sistema das Nações Unidas. O objetivo desta organização era manter a paz e a segurança entre as nações e preservar as gerações futuras do flagelo da guerra. Na mesma época, os Estados Unidos organizaram a ajuda econômica às potências européias (Plano Marshall, junho de 1947), impulsionando ao mesmo tempo a criação da OTAN (abril de 1949).

Em 1948 foi assinado o acordo de fundação da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE) como agência coordenadora, constituída pela Alemanha



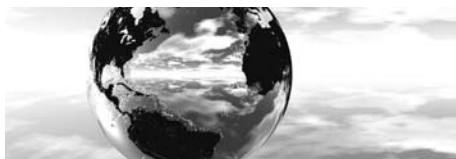
Ocidental, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia; posteriormente ingressariam a Espanha e os Estados Unidos.

As instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) foram criadas em 1944 e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947. A ONU criou em 1958 o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, o qual foi unido mais tarde ao Programa Ampliado de Assistência Técnica (instituído em 1949) para criar o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Banco Mundial dedicaria progressivamente a totalidade de seus recursos aos países do “Terceiro Mundo”, razão pela qual em 1956 a Sociedade Financeira Internacional foi criada para favorecer os investimentos privados.

No início da década de 1960, foram criados os Bancos Regionais de Desenvolvimento para a África (1964) e para a Ásia (1966) (o Banco Interamericano de Desenvolvimento tinha sido criado em 1954). Para as medidas relativas à estabilização dos preços das matérias-primas e aos problemas de transporte foi criada, em 1964, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED). Após a criação da Sociedade Financeira Internacional foi estabelecida a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), encarregada de conceder empréstimos em condições mais favoráveis do que as do mercado aos países mais pobres.

Unindo-se ao anterior, a Assembléia Geral da ONU estabeleceu um Fundo Especial para recolher contribuições voluntárias destinadas a financiar projetos importantes nos países mais desfavorecidos. Este Fundo Especial e o Programa Ampliado de Assistência Técnica foram integrados em 1965 no Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento. O sistema das Nações Unidas construiu sua ordem do dia em torno dos “três Ds”: direitos humanos, descolonização e desenvolvimento. Três âmbitos de ação que, além disso, estavam estreitamente ligados. Por sua vez, a antiga Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), fundada em 1948 seguindo o caminho do Plano Marshall, foi transformada em 1961 na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta mudança de denominação expressa com fidelidade as preocupações dominantes na época.

A década de 1970 caracterizou-se pela recomendação aos países do Norte de destinar 0,7% do PNB a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD – ajuda com concessionalidade de pelo menos 25%). Foi uma época que se caracterizou pelas crises do petróleo e da dívida externa. O momento histórico relembra a busca ativa de uma nova ordem internacional: a Conferência Norte-Sul e a nova ordem econômica. Em 1970, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a Segunda Década para o Desenvolvimento, com uma “estratégia” por meio da qual se indicava que o desenvolvimento devia ser concebido de maneira global e integrada. Em 1978 foi introduzida uma nova dinâmica da cooperação para a América Latina e, em geral, para os países em desenvolvimento, como uma forma alterna-



tiva de cooperar entre si. Por meio da Declaração de Buenos Aires foi adotado o Plano de Ação para Promover e Realizar a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD). Em termos práticos, isso implicou que os países em via de desenvolvimento assumiram o compromisso de adotar uma institucionalidade própria para a gestão desta modalidade de cooperação.

A década de 1980 foi testemunha da ampliação do hiato Norte-Sul: a América Latina teve que enfrentar a crise da dívida e sofrer assim o estancamento de seu desenvolvimento, a ponto de a CEPAL afirmar que a década de 1980 do século XX foi uma “década perdida para o desenvolvimento”. Esse aprofundamento das desigualdades entre os países ricos e os subdesenvolvidos evidenciou-se com mais clareza após o fim da Guerra Fria, tornando a cooperação internacional para o desenvolvimento uma necessidade ainda mais urgente do que na época do conflito Leste-Oeste.

Desde começos da década de 1980 os cooperantes baseiam-se no indicador da renda per capita como critério básico para a seleção dos países beneficiários da ajuda internacional. Este indicador dá prioridade aos países de baixa renda na atribuição da ajuda externa, tirando a preponderância dos chamados “países de renda média”, entre os quais figura a Colômbia, por considerarem que estão avançados no caminho do desenvolvimento. No entanto, este parâmetro é insuficiente porque desconhece fatores sociais e de desenvolvimento humano adicionais reconhecidos como importantes para o desenvolvimento.

Na década de 1990, no contexto da cooperação internacional foi promovida a figura da “parceria” em coerência com a política internacional de co-responsabilidade nas relações exteriores entre os países. Esta nova orientação surgiu como consequência do fim da Guerra Fria, dos avanços do processo de globalização e da consolidação da economia de mercado, entre outras razões que fazem novas exigências ao desenvolvimento. Nesta década surgiu o chamado Consenso de Washington, o qual estabeleceu o programa econômico que durante mais de duas décadas têm seguido os países da OCDE e as instituições financeiras internacionais sob seu governo. Este Consenso é um conjunto de temas que constituem a agenda econômica focada no livre comércio, a liberalização do mercado de capitais, taxas de câmbio flexíveis, tipos de juros determinados pelo mercado, transferência de ativos do setor público ao privado, estrita dedicação da despesa pública aos objetivos sociais bem dirigidos, orçamentos equilibrados, reforma fiscal e proteção dos direitos de propriedade intelectual, entre outros.

Em 1990, o PNUD lançou a proposta de um enfoque de desenvolvimento humano, mediante o qual se afirma que o crescimento econômico não deve ser o objetivo central do desenvolvimento, mas apenas um de seus referentes. Em seu primeiro Relatório Sobre Desenvolvimento Humano propôs agregar aspectos sociais, ambientais, culturais e políticos aos aspectos econômicos, os quais até então tinham sido considerados de forma exclusiva para definir o desenvolvimento. A partir desse momento o desenvolvimento começou a estabelecer novos desafios que iam

além do crescimento econômico, tais como a governança, a extensão dos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental ou a distribuição equitativa dos recursos e das oportunidades. A idéia do desenvolvimento humano foi inspirada no enfoque de desenvolvimento proposto por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998 que criticou o conceito de bem-estar baseado na acumulação, considerando, em seu lugar, o bem-estar baseado na pessoa humana.

Na década de 1990, foram realizadas importantes conferências das Nações Unidas, nas quais foram estabelecidos planos concretos em diferentes campos. Entre os mais importantes cumpre mencionar a Cúpula do Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro (Brasil) – conhecida como Cúpula da Terra – com uma perspectiva predominantemente ecológica que começaria a implantar com rigor a dimensão da sustentabilidade para o desenvolvimento. Em 1993, foi realizada em Viena, Áustria, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, na qual foram reiterados todos os direitos declarados até então, inclusive o Direito ao Desenvolvimento (1986) e os direitos de terceira geração, enquadrando ao mesmo tempo as características dos direitos humanos: universalidade, indivisibilidade, interdependência e judicialidade.

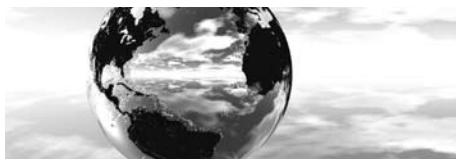
Em 1994, foi realizada a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, na qual voltaram a ser enfrentados e focados todos os problemas decorrentes do crescimento demográfico e do desenvolvimento. Um ano mais tarde, em 1995, foi realizada a Conferência sobre Desenvolvimento Social em Copenhague (Dinamarca), na qual foram assumidos compromissos claros e não cumpridos como em 20/20 e a luta pela redução da pobreza até conseguir sua erradicação. Nesse mesmo ano foi realizada a Grande Conferência de Beijing (China) sobre as Mulheres e todos os problemas de gênero no desenvolvimento dos povos e na superação do sistema patriarcal.

Em 1996 foi levada a cabo a Conferência sobre Assentamentos Humanos, Hábitat II, em Istambul (Turquia) e a defesa do direito a uma habitação digna para todos; e em Roma a Conferência sobre Segurança Alimentar. Na mesma época foi realizada em Quioto, Japão, a Conferência sobre o Clima, na qual foi assinado o tratado que os Estados Unidos e outros países se negaram a assinar.

Na década de 1990 foram definidas as Novas Orientações da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) no âmbito das Nações Unidas com o propósito de focalizar, de maneira estratégica, a cooperação horizontal. Neste âmbito foi criada a Comissão de Alto Nível de Cooperação com vistas a apoiar a gestão dos países e oferecer recomendações tendentes a fortalecer e melhorar o impacto desta modalidade por meio da criação de fundos específicos por parte dos países e os organismos multilaterais.

O século XXI começou com a famosa Cúpula do Milênio, realizada em 2000. Nela foram reiterados alguns acordos não cumpridos nas conferências anteriores e enfatizou-se o compromisso de reduzir pela metade o nível de pobreza até 2015.





Assim, a Declaração do Milênio estabelece objetivos e metas concretas de desenvolvimento e redução da pobreza que hoje constituem o referente mais importante para a definição de apoio internacional. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio comprometem os países a lutar de forma veemente contra a insuficiência de renda, fome, desigualdade de gênero, deterioração do meio ambiente e falta de educação, atendimento médico e água potável, além de ações para reduzir a dívida e aumentar a ajuda, o comércio e a transferência de tecnologias aos países pobres.

Com isso o novo milênio foi protagonista de uma nova relação entre os países em desenvolvimento e os cooperantes, colocando um novo rumo no caminho da cooperação. A comunidade internacional comprometeu-se a colaborar com os países em desenvolvimento no cumprimento das metas do milênio, as quais requerem uma cooperação mais eficaz e harmonizada às necessidades dos países parceiros na cooperação. A reflexão mundial sobre a eficácia da ajuda tem permitido revisar temas como os altos custos de transação e os complexos procedimentos e critérios da cooperação, tanto no que diz respeito à comunidade de cooperantes como no que tange aos países parceiros. Assim, os principais encontros da comunidade internacional a este respeito são os seguintes:

- Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey (México) em 2002.
- Primeira Reunião sobre Coordenação, realizada em fevereiro de 2003 em Roma, Itália.
- Mesa-Redonda de Marrakesh sobre a Gestão Orientada para Resultados do Desenvolvimento, realizada em fevereiro de 2004.
- Fórum de Alto Nível, realizado em Paris, França, em fevereiro de 2005: surgiu daí a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda para o Desenvolvimento como principal referente nesta matéria, que estabeleceu objetivos e indicadores concretos nos temas de dotação, harmonização, alinhamento, gestão orientada a resultados e mútua responsabilidade.

Com estes temas na agenda, os países e organismos multilaterais de cooperação para o desenvolvimento realizam atualmente um processo de harmonização de suas políticas operacionais, procedimentos e práticas no intuito de conseguir uma cooperação flexível, transparente e participativa e com menores custos de transação. (Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional, 2008)

### **Modalidades e acesso à cooperação internacional**

A cooperação internacional é um conceito global que compreende todas as modalidades concessionais de ajuda que fluem para os países de menor desenvolvimento relativo. Os recursos são concedidos para que as nações desenvolvidas apoiem o desenvolvimento econômico e social dos países em vias de desenvolvimento. Recebe o nome de cooperação bilateral. Quando os participantes são

organismos multilaterais toma o nome de cooperação multilateral. E quando são entidades descentralizadas é conhecida como cooperação descentralizada. É também conhecida como Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) e inclui diferentes modalidades concessionais de ajuda: cooperação técnica e financeira; ajuda humanitária; ajuda de emergência e desastres; ajuda alimentar; cooperação cultural; bolsas de estudo; estágios; e seminários, cursos ou workshops. Serão a seguir, descritas detalhadamente as modalidades de cooperação internacional.

## **Segundo o tipo e natureza das atividades envolvidas**

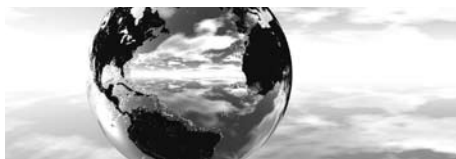
A cooperação internacional pode ser técnica ou financeira não reembolsável. Considera-se cooperação técnica aquela que incorpora a transferência de técnicas, tecnologias, conhecimentos ou experiências de países mais desenvolvidos e organismos multilaterais com a finalidade de fortalecer as capacidades nacionais existentes em os países em vias de desenvolvimento.

A cooperação financeira, por sua vez, é o fluxo de recursos em dinheiro, geralmente de caráter não-reembolsável, transferido por países ou organismos internacionais de cooperação; destina-se a apoiar projetos, doações, assistência humanitária ou outro tipo de ajuda que permita mitigar as necessidades mais prementes das populações mais carentes dos países em desenvolvimento ou atender às mesmas. Assim, a cooperação internacional tem por objetivo colaborar na busca de objetivos de desenvolvimento estabelecidos pelos países beneficiários mediante programas ou projetos mutuamente acordados.

## **Segundo o nível de desenvolvimento dos países**

Segundo este critério, a cooperação pode ser horizontal ou vertical. A primeira, ou Norte-Sul, é a que ocorre entre um país desenvolvido e outro em vias de desenvolvimento ou de menor nível de desenvolvimento, ao passo que a segunda ocorre entre países de nível semelhante de desenvolvimento e recebe o título de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). A cooperação triangular envolve um terceiro país ou um organismo internacional nas atividades de cooperação entre dois países em desenvolvimento.

Em geral, os recursos de cooperação internacional são canalizados por meio de projetos, os quais, além de serem a unidade básica de gestão do desenvolvimento, se constituem no principal instrumento de acesso à cooperação. Não obstante, há outros mecanismos, tais como doações, cursos, seminários, estágios e bolsas de estudo.



## **Instrumentos da cooperação internacional**

### **Projeto**

É um conjunto de ações inter-relacionadas e destinadas a obter resultados a fim de transformar ou melhorar uma situação em um prazo limitado e com recursos orçados. Os projetos têm maior probabilidade de serem aceitos no âmbito da cooperação internacional quando fazem parte de um programa e quando respondem a planos de desenvolvimento nacionais, regionais ou municipais. É conveniente indicar que uma das políticas das fontes de cooperação é trabalhar com o enfoque de programas, o que foi proposto em escala mundial e é um dos critérios de seleção apresentados neste documento.

### **Programa**

É a articulação de um grupo de projetos que visam ao mesmo objetivo. Implica uma visão mais global para solucionar os problemas, objetivo que seria alcançado apenas parcialmente por um projeto.

Neste sentido, um programa pode ser definido como um conjunto organizado e integral de projetos, em geral orientados por um âmbito setorial. No entanto, um programa também pode ter caráter territorial (abranger diversos municípios) ou populacional (cobertura de beneficiários em um grupo determinado de população).

### **Plano**

É o conceito de planejamento mais geral. Define as políticas e estratégias de desenvolvimento que permitam transformar uma situação. É concretizado por meio de objetivos, estratégias, programas e projetos sustentados com metas, instrumentos e recursos. Ante o exposto, um plano se articula em programas, que por sua vez constam de projetos (Ação Social, 2007).

## **Tema 2**

### **Gestão de fundos (FUNDRAISING)**

A gestão de fundos (levantamento de fundos) é um conjunto de estratégias e técnicas baseadas no planejamento estratégico, marketing, comunicação publicitária e relações públicas. Sua finalidade é construir uma base de parceiros (particulares, instituições públicas e privadas) comprometida no longo prazo com uma causa ou organização. Para levantar e desenvolver fundos no longo prazo os angariadores de fundos empregam diversos canais e suportes de comunicação sob certos critérios éticos [captação na rua pessoalmente, telemarketing, e-mail, publicidade na Internet, envios maciços de Serviços de Mensagens Curtas (SMS) pela Internet ou de um operador de telefonia móvel para celulares, encartes na mídia, captação

de fundos com empresas e com grandes doadores, Televisão de Resposta Direta (DRTV), etc]. Além das técnicas e das diferentes vias, um angariador de fundos deve ter vocação, bem como inquietações pessoais no tocante ao âmbito social e ao bem público (Campos, 2007).

## **Princípios para a arrecadação de fundos**

Qualquer que seja o tipo de trabalho de arrecadação a ser feito há alguns princípios básicos a seguir para assegurar o funcionamento de cada passo neste processo. É importante indicar que muitos dos princípios dizem respeito a relações pessoais. Pode-se afirmar então que a arrecadação de fundos é, em primeira instância, uma “arrecadação de amigos.” Descrevem-se a seguir detalhadamente os princípios indicados.

### **Educar**

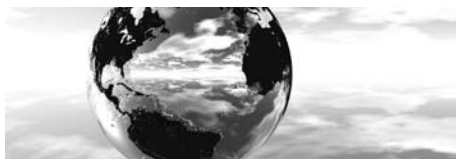
A educação pode ser uma maneira eficaz de captar o interesse para o trabalho que se realiza e a doação de fundos. Os doadores estarão mais dispostos a dar se as necessidades forem expressas de maneira específica.

### **Perguntar**

Com frequência, os materiais educativos são suficientes para motivar possíveis doadores a fazer contribuições para o nosso trabalho. No entanto, às vezes é necessário pedir apoio de modo direto, uma vez que algumas pessoas não estão certas a respeito do modo como poderiam ajudar. Além do dinheiro, talvez se possa pedir oração ou voluntários para apoiar o trabalho.

A maneira de pedir depende da cultura do lugar. Assim, é importante descobrir formas adequadas de aproximar-se de possíveis doadores. Pedir dinheiro pode ser vergonhoso: nas igrejas, por exemplo, é comum que as pessoas em busca de ajuda financeira peçam a outras que orem por elas em sua necessidade. Embora seja verdade que a oração é uma boa contribuição, esse tipo de pedido costuma ser usado para pedir aos presentes que façam uma doação, fato que poderia ser interpretado de outra maneira. Como organizações, precisamos recordar que o dinheiro não é para nós, mas para as pessoas a quem servimos. Com frequência os doadores aguardam um convite para dar.

É importante pensar em formas de simplificar para os doadores a tarefa de dar dinheiro. Por exemplo, nos materiais educativos, folhetos para a arrecadação de fundos e propostas, deve-se fornecer sempre um endereço postal para que a pessoa entrar em contato. Além disso, seria possível fornecer cofres e deixá-los em domicílios e escritórios e tomar medidas para que o dinheiro neles depositado seja recolhido regularmente.



Ao contrário de outros tipos de doadores, os doadores institucionais e as fundações não buscarão organizações para financiar, nem responderão somente pelos materiais publicados para arrecadar fundos. É preciso pedir dinheiro de forma direta para projetos específicos. Neste sentido, estes doadores costumam pedir às organizações em busca de financiamento que preencham um formulário com a proposta.

A organização pode ser específica quanto ao que pede. Se as pessoas têm uma idéia clara respeito do que ajudará a financiar com seu dinheiro e como afetará a vida de outros, estarão mais dispostas a dar. Com isto em mente, a organização poderia dizer aos possíveis doadores o que poderão financiar com a doação de diferentes montantes.

### **Ter uma aproximação de pessoa a pessoa**

A arrecadação de fundos está estreitamente vinculada às relações interpessoais. Assim, o objetivo deve ser formar bons vínculos entre os doadores, a organização e a pessoas a quem servimos. Isso pode levar muito tempo e ser mais eficaz e mais proveitoso. É preciso tratar os doadores como pessoas, não apenas como fornecedores de dinheiro. Neste mesmo sentido, devemos mostrar aos doadores que as pessoas a quem servimos são específicas, não somente certa categoria de pessoas que recebem apoio dos doadores. É preciso também interiorizar o fato de que somos representantes da organização para a qual trabalhamos. Se desejarmos que os doadores nos confiem seu dinheiro, devem ver-nos como profissionais e, ao mesmo tempo, como pessoas.

É preciso refletir com cuidado sobre a maneira de aproximar-se dos doadores para pedir dinheiro. Caso decida escrever-lhes, é melhor usar cartas pessoais – é importante escrever o nome corretamente – e não de caráter geral. A maneira mais eficaz é encontrar-se pessoalmente porque é mais fácil atrair sua atenção. Isto talvez implique visitar uma igreja, uma empresa ou uma agência de financiamento. Neste sentido, é conveniente usar uma vestimenta apropriada, já que a primeira impressão é importante.

O uso de histórias de pessoas nos materiais para arrecadar fundos pode ajudar os possíveis doadores a se identificarem melhor com as necessidades às quais atende a organização. As histórias lhes ajudam a perceber que se trata de pessoas reais com problemas reais. Pode-se falar aos doadores sobre pessoas específicas que já estão se beneficiando de nosso trabalho. É mais provável que dêem dinheiro porque conhecem o tipo de beneficiário e sabem que seu dinheiro será bem utilizado.

### **Buscar doadores com boa ética**

Ir em busca de fontes fáceis de financiamento ou aceitar qualquer dinheiro que ofereçam para maximizar os recursos pode ser tentador; todavia, nos casos de

doadores que dão somas grandes de dinheiro, especialmente empresas, é importante pensar se aceitar seu dinheiro poderia ser um fator negativo em razão dos seguintes critérios:

- Talvez o doador tenha uma má imagem: ao aceitar seus fundos se poderia pôr em risco a capacidade de obter fundos de outros doadores.
- É possível que o doador deseje exercer uma influência em nosso trabalho que esteja contra a missão e valores da organização.
- Existe a possibilidade de que o doador empregue de maneira pouco ética: por exemplo, uma fábrica de roupa poderia estar empregando menores em sua produção.
- Talvez a missão e os valores do doador estejam em conflito com os nossos. Por exemplo, uma organização cristã poderia decidir não aceitar o financiamento de uma fábrica de armamentos. Nesse sentido, se poderia decidir não solicitar fundos do governo porque não está governando de maneira legítima.

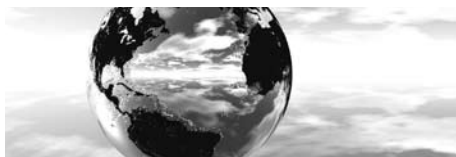
Ante o exposto, cumpre refletir sobre os seguintes aspectos dos doadores:

- Atuam de uma maneira responsável perante a sociedade? Ou seja, cuidam de seus empregados, conservam o meio ambiente e trabalham para melhorar a sociedade?
- Que conceito têm deles as pessoas em geral?
- Existem diferenças entre seus valores e sua missão e o que nossa organização representa? Coincidem as práticas trabalhistas da organização com os bons princípios de desenvolvimento comunitário? Por exemplo, discriminam contra e certos membros do pessoal em razão de gênero, idade ou grupo étnico?

## **Agradecer**

Este pode parecer um princípio evidente, mas o agradecimento torna-se difícil à medida que aumenta o número de doadores. Agradecer e mostrar que se valoriza a generosidade do doador não é somente uma questão de boa educação: é fundamental caso se deseje que os doadores dêem dinheiro novamente. Assim é importante que nossa expressão de gratidão seja apropriada, no tempo oportuno e que não seja considerada perda de tempo.

A maneira de expressar o agradecimento dependerá do doador. Se o grupo de uma igreja ou de uma comunidade arrecadou os fundos, talvez um membro do pessoal possa visitá-lo para agradecer pessoalmente; outra alternativa seria escrever uma carta. Neste sentido, algumas organizações têm uma carta de agradecimento modelo que enviam a seus doadores. Considerando isso, é preciso cuidar que a carta seja pessoal e esteja dirigida a um indivíduo. Deve-se procurar expressar algo a respeito do impacto dessa doação específica.



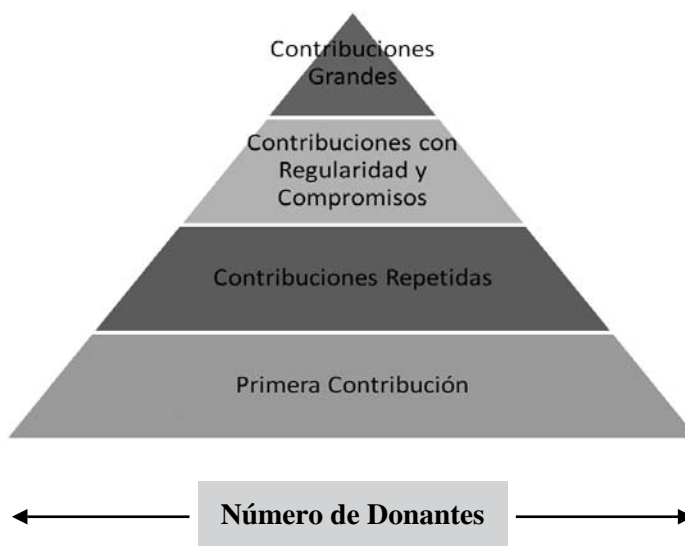
Embora talvez não seja cabível agradecer a doadores institucionais de uma maneira tão pessoal, vale a pena indicar quanto apreciamos a contribuição que fazem a nosso trabalho. Com frequência, é suficiente uma breve carta de agradecimento inicial para comunicar-lhes que recebemos os fundos enviados. Mais adiante receberão relatórios regulares ao longo do projeto como parte do acordo de financiamento e poderão averiguar detalhadamente como o seu dinheiro foi gasto. Estes relatórios afetarão sua decisão de fornecer financiamento no futuro.

### **Investir tempo e dinheiro em conservar o vínculo com os doadores**

Para criar uma base estável de financiamento é preciso dispor de doadores que contribuam com dinheiro de maneira repetida: é mais rentável reter os doadores do que buscar outros novos. Neste sentido, a Figura 1 mostra que a maioria dos doadores contribuirá uma vez. Embora cada nível tenha o mesmo valor, é possível conseguir uma base de financiamento mais estável se se conseguir que os doadores cheguem ao nível superior da pirâmide, de modo tal que façam doações com regularidade e compromisso. Devem assim ter confiança na organização e no trabalho que realiza antes de repetir sua doação. Precisam saber que o dinheiro com que contribuíram foi utilizado sabiamente.

Ante o exposto, cumpre tomar consciência de quanto dinheiro se investe em reter os doadores. Se os doadores sentirem que gastamos demasiado dinheiro para reter seu apoio, não darão dinheiro outra vez, pois não terão certeza de que seu dinheiro seja utilizado no trabalho de desenvolvimento. Isto não se aplica a doadores institucionais e fundações que exigem uma solicitação completa de cada projeto para o qual solicitamos financiamento.

**Figura 1.** A pirâmide de doadores.





É mais provável que os doadores voltem a fazer uma contribuição se se comprometerem com nossa causa ou com o que representa nossa organização. Este compromisso pode aumentar se permitirmos que os doadores participem do que fazemos. Isto pode incluir o envio de cartas por motivos de oração, oferecer-lhes a possibilidade de participarem como voluntários ou envolvê-los em campanhas de defesa de direitos.

Para doadores que fizeram uma primeira contribuição cheguem a ser doadores regulares, é imperativo agradecer-lhes a sua doação e mantê-los informados como o seu dinheiro está sendo utilizado. Um benefício importante de investir tempo na retenção de doadores está em que eles mesmos poderiam motivar outros a apoiar a nossa causa, em vez se limitarem a repetir a sua contribuição.

### **Manter uma boa imagem**

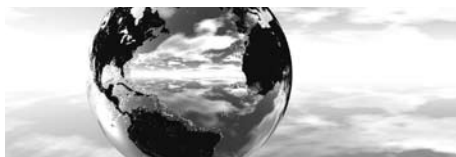
Uma boa imagem ajudará a reter os doadores e atrair outros. É muito mais provável que as pessoas contribuam com dinheiro a uma organização da qual ouvirem falar e que goza do respeito da comunidade. Por conseguinte, a imagem é tão importante como a qualidade do trabalho realizado e dos métodos de arrecadação de fundos. Antes do exposto, devemos zelar por que nosso trabalho comunitário e nosso trabalho de arrecadação de fundos reflitam os valores de nossa organização. Nossa imagem deve assemelhar-se muito ao que realmente somos como organização. Como regra geral, quanto mais se pareçam estes dois elementos, mais doadores confiarão em nós.

Devemos ser abertos quanto a nossas realizações e fracassos. Por exemplo, devemos pôr os relatórios de avaliação do projeto à disposição de quem os solicite, embora o projeto não tenha sido bem-sucedido. A honestidade e a abertura levam à confiança e à formação de uma boa imagem.

Algumas idéias práticas para divulgar a imagem incluem:

- Guardar cópias de cartas de beneficiários agradecidos e reunir citações de comentários positivos das pessoas sobre o trabalho realizado.
- Obter uma avaliação do trabalho. É importante ter cópias de relatórios de avaliação para entregar a possíveis doadores.
- Prestar um bom serviço aos doadores agradecendo, respondendo à sua correspondência sem demora e mantendo-os em dia quanto ao desenvolvimento do trabalho.
- Enviar esforços no sentido de que os meios de comunicação documentem o trabalho realizado; quanto mais se divulgue o nosso trabalho na mídia, mais dinheiro se poderá conseguir. É importante esclarecer, porém, o seguinte: ter boa cobertura da mídia pode também levar a que mais pessoas fiquem sabendo se ocorreu algo negativo na organização.





- Preparar as contas para mostrá-las aos doadores que as solicitarem.
- Escrever artigos para publicações acadêmicas e conferências, a fim de elevar o perfil da organização.
- Incorporar a pessoas reconhecidas na organização e convidá-las a serem patrocinadoras, assessoras ou membros da comissão diretiva.

## **Estar disposto a prestar contas**

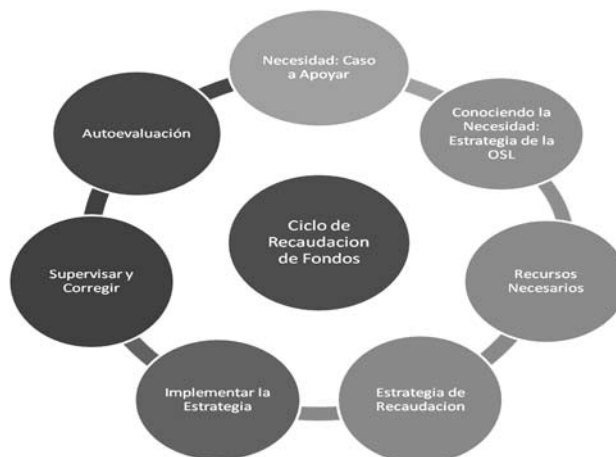
Quando os doadores financiam nosso trabalho, esperam que usemos o dinheiro com sabedoria. Se o fizermos, eles nos confiarão seu dinheiro novamente; mas se não o fizermos, não terão interesse em financiar nosso trabalho no futuro e poderíamos ganhar uma má imagem.

A forma de prestar contas variará dependendo da fonte de financiamento. Por exemplo, podemos prestar contas a indivíduos (.....) Compartilhando o resultado de reuniões ou produzindo literatura que descreva os projetos que temos realizado. Podemos também prestar contas a doadores institucionais enviando relatórios regulares e organizando uma avaliação independente de nosso trabalho (Blackman, 2004, pp. 9-19)

## **Ciclo da Arrecadação de Fundos**

A Figura 2 explica o processo de arrecadação de fundos. Apresenta-o em termos gerais, começando por definir suas necessidades, objetivos organizacionais, o que se necessita implementar para levar o projeto adiante, supervisão e resumo (correções) durante o desenvolvimento e a etapa de avaliação.

**Figura 2.** Ciclo da arrecadação de fundos.



O fundraising não é uma ação impulsiva e fortuita improvisada no último momento para responder a uma crise, mas um exercício disciplinado que permite aos órgãos nacionais de ligação (ONL) bem organizados responder a oportunidades imprevistas e obter donativos. Este autor entende o levantamento de fundos como uma disciplina que avança em ordem lógica com base na preparação de um programa, passando pelo planejamento, execução e controle. Esta sequência metódica pode ser descrita como um todo contínuo ou “ciclo” da captação de fundos.

Este “ciclo” pode servir como uma ferramenta eficaz para ajudar os profissionais das ONL a visualizar como se relacionam todos os elementos que intervêm na captação de fundos. Permite observar a sequência desde a preparação da argumentação ou exposição da causa, definição dos objetivos e exposição das necessidades, passando por uma análise das necessidades do mercado. É assim óbvio que o ponto central do esquema está na seleção da via ou programa de captação de fundos. Uma vez avaliados os mercados dos possíveis doadores, prepara-se o plano definitivo que deve permitir a solicitação do donativo mediante o uso das técnicas de angariação de fundos adequadas.

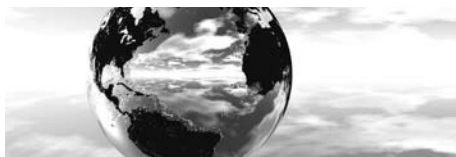
Cumprir observar que o “ciclo” não termina quando se consegue a doação. A oportunidade oferecida pelo fato de tê-la conseguido obriga à organização beneficiária a estabelecer um vínculo com o doador, procurando renovar o donativo e conseguindo sua fidelidade como futuro doador para a causa. (Palencia, 2001, p. 187)

### **Temas para Análise e Definição de Estratégias**

Uma estratégia de arrecadação de fundos é um documento escrito sobre a maneira como se espera negociar os recursos para a execução dos programas de uma organização, tal como se descreve no plano estratégico organizacional. Essa estratégia será o âmbito de referência para qualquer atividade de arrecadação de fundos que se realize na organização por um período determinado.

Uma estratégia contém um processo contínuo de gestão de recursos. Deve ser um documento escrito com vistas a que os novos membros possam empregá-lo como método de consulta para entender a história de doações, a situação atual e os objetivos e metas do futuro, bem como os planos específicos de arrecadação de fundos. Por esta razão, é um documento importante e útil como ferramenta para comprometer os membros do pessoal, do conselho diretor e os voluntários. Sua estratégia também assegurará um equilíbrio quanto à arrecadação de fundos e maiores possibilidades de explorar todas as áreas de trabalho. Neste sentido, para a formulação de uma estratégia de arrecadação de fundos deve-se levar em conta os seguintes critérios.

- **Experiências prévias:** avaliar a estratégia em função da experiência da instituição (se foi positiva ou negativa).



- **Capacidade gerencial:** se a instituição conta com pessoas com capacidade para encarregar-se da promoção da estratégia considerada, tomar decisões operacionais e resolver imediatamente os problemas que surgirem.
- **Contatos existentes:** a quantidade e qualidade de contatos com potencial de contribuição e/ou colaboração que, em função da estratégia analisada, os membros da instituição tenham ou possam conseguir.
- **Recursos humanos disponíveis para desenvolver recursos:** se a instituição conta com os voluntários ou o pessoal contratado requerido tanto em número como em capacidades e possibilidades de dedicação para cumprir com fluidez as tarefas decorrentes da implementação da estratégia analisada.
- **Organizações semelhantes:** a quantidade e importância de organizações semelhantes que implementam esta estratégia na área de influência da instituição.
- **Potencial de mercado:** trata-se de identificar todos os doadores, colaboradores potenciais próprios de cada estratégia e estimar suas contribuições e contribuições potenciais.
- **Potencial de contribuições no curto prazo:** programas ou ações que geram recursos em um prazo de seis meses.
- **Potencial de contribuição a longo prazo:** programas ou ações que geram recursos em prazo não superior a dois anos.
- **Risco econômico ou financeiro:** possibilidade de obter um resultado diverso (negativo) do pretendido por meio de uma ação pensada para melhorar os aspectos econômicos e financeiros da instituição.
- **Contribuições de fundos irrestritos:** contribuição de recursos recebidos para fortalecer de forma geral os objetivos ou o trabalho da instituição.

Além disso, para a formulação da estratégia de arrecadação de fundos recomenda-se a seguinte estrutura de conteúdos:

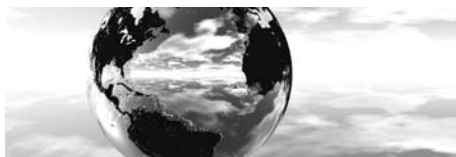
- **Introdução:** propósito do documento.
- **Definição das necessidades:** visão geral da organização.
- **Objetivos para a arrecadação de fundos:** experiências passadas e atuais, bem como o tempo levado.
- **Análise organizacional:** influências externas e internas e seu impacto.
- **Planejamento:** guias e contexto da mesma; este é, investigação, fontes potenciais, mecanismos e preparação.
- **Resumo.**

Por último, uma estratégia eficaz de gestão de recursos depende de que as organizações não-governamentais (ONG) tenham um caráter de empresas sociais rentáveis, ou seja, que seus processos administrativos, financeiros e contábeis sejam confiáveis e eficientes. Isso garantirá a execução transparente dos recursos dos doadores e, além disso, permitirá que as organizações melhorem os processos de planejamento estratégico que contribuam para a auto-sustentabilidade econômica e haja autonomia na implementação de seus programas sociais.

Neste contexto, a cooperação internacional como instrumento que contribui para melhorar as condições de vida dos países em via de desenvolvimento transforma-se em uma alternativa que permite alavancar recursos para a execução de programas, projetos e ações afirmativas para a inclusão social em prol da população afrodescendente. Assim os diferentes acordos, relatórios, pesquisas e recomendações dos organismos internacionais sobre a situação desta população são instrumentos-chave de referência que as organizações não-governamentais (ONGs) afrodescendentes e governos locais devem utilizar para incidir em políticas públicas diferenciadas que contribuam para melhorar seus indicadores de desenvolvimento humano na região.

## **Referências**

- Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional (Ação Social), (2007), Manual de Acceso a la Cooperación Internacional, Colômbia, Ação Social.
- Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional (Ação Social), (2008). Quarenta (40) anos do estabelecimento da cooperação internacional na Colômbia. Bogotá: Ação Social.
- Blackman, B. (2004). Recaudación de Fondos. Consultado em 26/01/12, em [http://tilz.tearfund.org/webdocs/Tilz/Roots/Spanish/Fundraising/FUND\\_SSetion%201.pdf](http://tilz.tearfund.org/webdocs/Tilz/Roots/Spanish/Fundraising/FUND_SSetion%201.pdf).
- Campos, D. (2007). O que é angariação de fundos? Consultado 25/01/12, em [http://comunidade.icemd.com/area-entrada/perito/entrev\\_anteriores.asp?Id=97](http://comunidade.icemd.com/area-entrada/perito/entrev_anteriores.asp?Id=97).
- Palencia-Lefler Ors, M. (2001). Fundraising: el arte de captar recursos, Barcelona: Jocar.
- UNICEF & Organizações do Mundo Afro (2006). Guia de los Afrodescendientes das Américas e o Caribe. Panamá: UNICEF.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). Projeto Regional “População afrodescendente da América Latina” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Direitos da população afrodescendente da América Latina, Cidade do Saber. Panamá: PNUD.



## **Atividade 1**

### **Workshop Prático Sobre Identificação de Fontes de Financiamento (1 hora y 15 minutos)**

1. Organização: formam-se grupos de trabalho.
2. O facilitador encarregará os grupos de identificar fontes de cooperação e preparar uma ficha de fontes de cooperação.
3. O facilitador solicitará aos grupos que elaborem um gráfico sobre as diferentes fontes de financiadores de sua organização em 2012 e em 2013.

## **Conclusão (30 minutos)**

Apresentação em plenário do resultado da atividade.  
(20 minutos)

Para finalizar, o plenário refletirá sobre:  
(10 minutos)

Por que é importante conhecer sobre a cooperação internacional e a gestão de fundos?

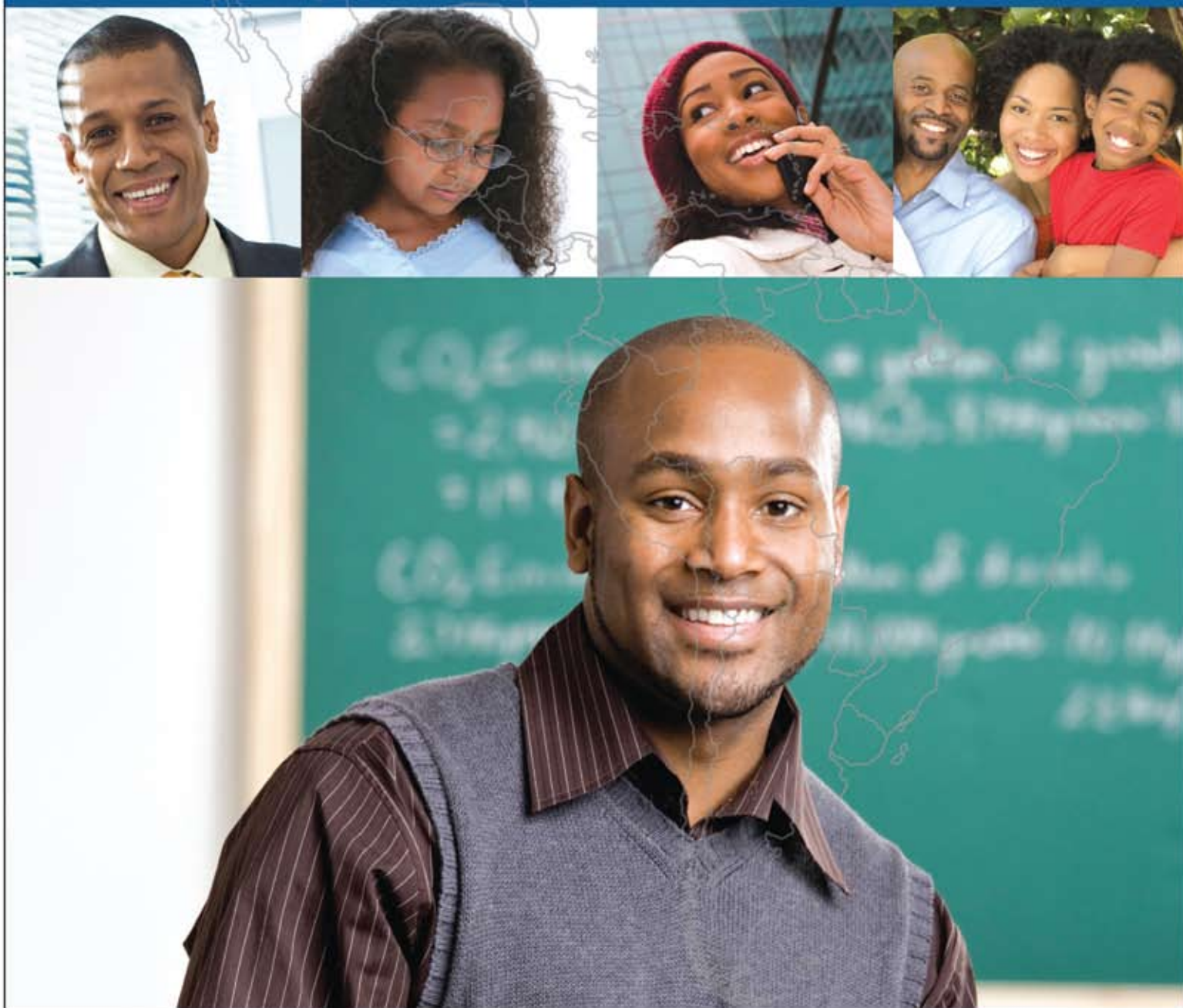
Por que é importante ter uma estratégia de arrecadação de fundos da organização?





# Módulo VII

## Réplícas









## Módulo VII

### Réplicas

#### **Objetivo**

O módulo visa a desenvolver nos participantes conhecimentos sobre as ferramentas para realização de réplicas nas comunidades ou organizações afrodescendentes.

#### **Duração**

Aproximadamente 1 hora e 30 minutos.

#### **Metodologia**

Com base na análise das informações pode-se iniciar o debate e a reflexão sobre as ferramentas para a realização das réplicas.

#### **Competências a desenvolver**

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão a metodologia para a elaboração de um plano de trabalho e atividades para a realização do workshop.
2. Contarão com informações sobre a estratégia de convocação do workshop.
3. Elaborarão uma estratégia para a gestão de recursos para a realização do workshop.

## Tema 1

### Réplicas

*“Os verdadeiros líderes não criam seguidores, criam mais líderes”*

**J. Sakiya Sandifer**

Este Manual visa a preparar formadores de líderes afrodescendentes. Por conseguinte, os líderes que participam dos Workshops de Formação do Departamento de Direito Internacional da OEA assumem o compromisso de realizar réplicas dos conhecimentos adquiridos não somente com o Departamento, mas sobretudo com sua comunidade ou organização.

O objetivo primordial do manual é servir de ferramenta para promover uma participação e incidência eficaz e efetiva de líderes afrodescendentes em espaços e processos políticos em âmbito interamericano, sub-regional, nacional e/ou comunitário.

Cumprir destacar que isso contribuirá para a participação plena, livre e em igualdade de condições das pessoas afrodescendentes em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural nas Américas.

***“Não basta saber, deve-se também aplicar. Não é suficiente querer, deve-se também fazer”***

Johann Wolfgang Goethe

### Que são as réplicas?

As réplicas são espaços onde se transferem os conhecimentos adquiridos durante o workshop, aplica-se e transmite o aprendido e geram-se capacidades e pontos fortes nos participantes sobre os temas abordados na capacitação.

***“Se você não pode planejar, pelo menos poderá realizar”***

Anônimo

### Como se planeja uma réplica?

Para o planejamento de uma réplica é preciso elaborar um plano de trabalho e atividades. Nesse plano devem ser identificados os objetivos, atividades, resultados, recursos, data, parceiros e responsáveis.



Objetivos	Atividades	Resultados	Recursos	Fecha	Aliados	Responsables

Por exemplo: Objetivo: conseguir recursos para a realização da réplica; – Atividade: negociar uma reunião com representantes da prefeitura ou governação – Resultado: financiamento de almoços para os dias do workshop – Recurso: telefonemas – Data: quinzena de maio – Parceiros: Concejal Garcés – Responsável – Carolina Murillo.

Importante
<b>Estratégia de convocação</b>
A convocação deve ser feita levando em consideração o seguinte:
• Líder de uma comunidade ou organização afrodescendente.
• Perfil do/da formador/a.
• Solicitação de perfil de réplica.
• Representação regional e de gênero.
<b>Modalidade</b>
Em massa ou seletiva.

Segundo o aprendido no módulo anterior, os participantes estão em condições de elaborar uma estratégia para a gestão de recursos para a realização do workshop.

No tocante ao perfil de réplica, deverá reunir, como mínimo, os seguintes componentes: lugar, número de beneficiários, data provisória, possíveis recursos (infra-estrutura, recursos humanos e econômicos, etc.) com os quais conta e potenciais financiadores da réplica.

**Nota**

Deve-se elaborar um orçamento. Além disso, recomenda-se padronizar os participantes.

**Perfil de réplica**

<b>Local:</b>			
<b>Datas:</b>			
<b>Número de participantes:</b>			
<b>Recursos</b>			
	<b>Contribuição própria</b>	<b>Para custear</b>	<b>Despesas</b>
<b>Local</b>			
<b>Cadeiras</b>			
<b>Laptop/ Computador de mesa</b>			
<b>Projektor/ Datashow</b>			
<b>Flipchart / Papel descartável</b>			
<b>Canetas de marcação</b>			
<b>Fichas de cartolina</b>			
<b>Almoços</b>			
<b>Refeições leves</b>			
<b>Cópias</b>			
		<b>Total</b>	
<b>Financiadores potenciais</b>			

**Qual é o papel do Departamento de Direito Internacional da OEA na realização da réplica?**

O papel do DDI é oferecer apoio e assessoramento técnico permanente aos participantes para a realização das réplicas dos Workshops de Formação de Formadores/as de Líderes Afrodescendentes.

Cumprе destacar que se o DDI contar com financiamento próprio e/ou externo poderá acompanhar fisicamente os participantes nas réplicas dos Workshops.

**Qual é o papel dos formadores depois da realização da réplica?**

O papel dos formadores é oferecer apoio e assessoramento aos participantes para a multiplicação das réplicas dos Workshops para a Formação de Formadores/as de Líderes Afrodescendentes.

**Para recordar**

*“As vestígios das pessoas que caminharam juntas nunca se apagam”*

**Proverbio africano**



## Atividade

### Elaboração de um plano de trabalho e atividades para a realização da réplica (30 minutos )

1. Organização: formam-se grupos de trabalho.
2. O facilitador solicitará que, levando em conta o perfil de réplica elaborado pelos participantes, estes formulem um plano de trabalho e atividades para a realização da réplica.
3. O facilitador solicitará aos grupos que elaborem uma estratégia de convocação.
4. O facilitador solicitará aos grupos que elaborem uma estratégia de gestão de recursos para a realização da réplica.

## Conclusão (30 minutos )

Apresentação em plenário dos resultados da atividade.  
(20 minutos)

Para finalizar, o grupo reflexiona sobre:  
(10 minutos)

Por que é importante elaborar um plano de trabalho e atividades para a realização da réplica?

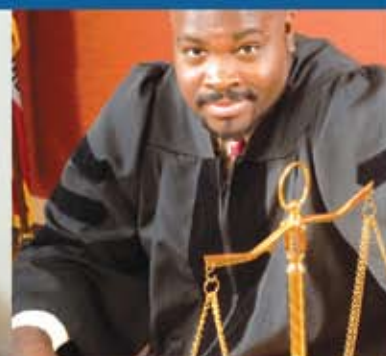
Por que é importante elaborar uma estratégia de convocação para a realização da réplica proposta realista e viável junto aos órgãos políticos da OEA?

Por que é importante ter uma estratégia de gestão de recursos para a realização da réplica?



# Módulo VIII

## Ferramentas para a participação e incidência política









## Módulo VIII

# Ferramentas para a participação e incidência política

### Objetivo

O módulo tem como objetivo desenvolver nos participantes aptidões específicas com vistas a conseguir uma participação e incidência política mais eficazes.

### Duração

Aproximadamente cinco horas.

### Metodologia

Baseada no desenvolvimento de workshops práticos.

### Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão a metodologia “Fortaleza, Oportunidades, Debilidades e Ameaças” como um instrumento pedagógico em grupo para analisar os avanços e retrocessos da democracia na região.
2. Contarão com informações e opiniões sobre os pontos fortes, oportunidades, debilidades e ameaças que enfrenta a democracia sob as perspectivas institucionais e culturais da região.
3. Disporão de informações sobre as ferramentas de comunicação política.
4. Estarão conscientes da importância da utilização das ferramentas de comunicação política para potenciar sua participação e incidência política.

## Tema 1

# Workshop em grupo “Análise dos avanços e retrocessos da democracia na região”

### Objetivo

- a) Identificar os principais avanços e retrocessos nos processos de transição e consolidação da democracia nos países da região por meio de uma caracterização básica dos principais traços das instituições, valores e práticas democráticas dos países da região.
- b) Analisar os principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas políticos democráticos na região e hierarquizá-los de acordo com as reformas necessárias a serem discutidas no curso.

### Duração

Aproximadamente 2 horas.

### Metodologia

- a) Análise individual: Cada participante fará uma reflexão individual sobre os avanços e retrocessos da democracia na região.
- b) Formação de grupos: Organizar os participantes em grupos nacionais para fazerem uma análise crítica da situação e dos fatores de desenvolvimento democrático em seu país com base nos insumos conceituais e analíticos do curso e sua experiência pessoal e profissional.
- c) Seleção do relator: Cada grupo deve escolher a um relator que tomará notas das discussões e apresentará os resultados no plenário.
- d) Análise em grupo: Cada grupo analisará os avanços e retrocessos da democracia na região com base nos instrumentos proporcionados para o workshop.
- e) Plenário: Uma vez feita a análise, o facilitador do workshop convocará os participantes ao plenário para que os relatores de cada grupo apresentem as conclusões do Workshop. O facilitador incentivará o intercâmbio de coincidências, conclusões e diferenças entre os participantes.
- f) Resultados: Cada grupo deverá entregar à coordenação uma cópia do workshop com a análise realizada em formato eletrônico e uma cópia impressa o mais tardar até o dia seguinte à realização do workshop.



## Administração do tempo

As duas horas (120 minutos) dedicadas ao workshop serão distribuídas da seguinte maneira:

Atividade	Duração
Explicação do Workshop	10 minutos
Análise Individual	15 minutos
Formação de grupos e seleção de relator	5 minutos
Análise em grupo	40 minutos
Plenário – apresentação por grupo (5 grupos x 6 minutos cada)	30 minutos
Plenário – intercâmbio de opiniões	20 minutos
<b>Total</b>	<b>120 minutos</b>

## Descrição

- Cada participante fará uma reflexão individual sobre os pontos fortes e pontos fracos das instituições e cultura democrática em seu país.
- Cada grupo nacional ou sub-regional identificará por consenso uma fortaleza e debilidade dos sistemas políticos de seus respectivos países em termos de seu desenvolvimento institucional e da cultura política predominantes.

- **Pontos fortes:** São os atributos internos do sistema político e cultura democrática que potenciam o desenvolvimento e sustentabilidade da democracia.
- **Debilidades:** São os atributos internos do sistema político e cultura democrática que limitam ou restringem o desenvolvimento e sustentabilidade da democracia.

Uma vez identificados os pontos fortes e pontos fracos, cada grupo visualizará que elementos do ambiente podem ser considerados oportunidades e ameaças em cada país.

- **Oportunidades:** São os fatores da realidade de cada país que potenciam o desenvolvimento e sustentabilidade da democracia.
- **Ameaça:** São os fatores da realidade de cada país que limitam ou restringem o desenvolvimento e sustentabilidade da democracia.

## Instruções

“Principais Características do Desenvolvimento Democrático Alcançado”

- (Trabalho Individual) Identificar os principais pontos fortes e pontos fracos do desenvolvimento democrático alcançado por seu país durante os últimos anos. Citar pelo menos três pontos fortes e três pontos fracos desde cada uma das seguintes perspectivas: institucional (poder executivo, legislativo, judicial e sistema eleitoral) e cultural (valores e práticas).

Perspectiva Institucional	
Fortalezas	Debilidades
1.	1.
2.	2.
3.	3.

Perspectiva Cultural	
Fortalezas	Debilidades
1.	1.
2.	2.
3.	3.

- b) (Trabalho em grupo) Selecionar por consenso uma fortaleza e uma debilidade de cada perspectiva identificada. Descrever nos espaços indicados as oportunidades e ameaças para o desenvolvimento e sustentabilidade da democracia de acordo com a fortaleza e debilidade selecionada.



Perspectiva Institucional		
	Fortalezas	Debilidades
	1.	1.
Oportunidades	1.	1.
	2.	2.
Ameaças	1.	1.
	2.	2.

Perspectiva Cultural		
	Fortalezas	Debilidades
	1.	1.
Oportunidades	1.	1.
	2.	2.
Ameaças	1.	1.
	2.	2.

c) Plenário.

### Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Conhecerão a metodologia “Fortaleza, Oportunidades, Debilidades e Ameaças” como um instrumento pedagógico em grupo para analisar os avanços e retrocessos da democracia na região.
2. Contarão com informações e opiniões sobre os pontos fortes, oportunidades, pontos fracos e ameaças que enfrenta a democracia sob as perspectivas institucionais e culturais da região.



## Tema 2

### Workshop em grupo “técnicas de comunicação política”

#### Objetivos

- a) Apresentar uma visão analítica da comunicação política, seu conceito e seus elementos constitutivos para estabelecer a sua importância sob a perspectiva do exercício da liderança e da política.
- b) Desenvolver um exercício de comunicação orientado a que os participantes se exercitem no uso eficaz de diversas técnicas que melhorem suas capacidades de comunicação.

#### Duração

Aproximadamente 3 horas.

#### Instruções

- a) Formação de grupos: Organizar os participantes em três grupos para realizar o workshop de comunicação política.
- b) **Seleção do candidato:** Cada grupo selecionará a uma pessoa para atuar com candidato/a em uma campanha eleitoral. A pessoa receberá as recomendações de seus assessores para realizar um debate político na televisão.
- c) **Seleção dos grupos de assessores:** Cada grupo selecionará uma pessoa o um grupo que se encarregará da elaboração da proposta política, uma pessoa ou um grupo para a elaboração do discurso político e uma pessoa o um grupo para a construção da imagem política.
- d) **Preparação para o debate:** Cada grupo preparará sua estratégia de comunicação política levando em conta as ferramentas apresentadas durante o curso. Recomenda-se utilizar “Estratégias e Técnicas de Comunicação para Campanhas Políticas” de Gustavo Martínez-Pandiani.
- e) **Realizar e gravar um debate político eleitoral entre os Candidatos:** O facilitador realizará um simulado na qual os candidatos apresentarão suas mensagens políticas e responderão a perguntas.

Recomenda-se que a gravação de áudio e vídeo se concentre nos pontos fortes e pontos fracos das apresentações dos candidatos, incluindo aproximações dos aspectos físicos dos mesmos, olhares, aparências e gestos.

- f) **Análise e plenário:** Ao concluir o debate, será feita uma análise em grupo orientada pelo facilitador.

## Administração do Tempo

Um mínimo de 3 horas (180 minutos) designadas ao workshop serão distribuídas da seguinte maneira:

Atividade	Duração
Conferência sobre Técnicas de Comunicação	30 minutos
Formação de Grupos e seleção de relator	10 minutos
Preparação para o debate	90 minutos
Debate político	20 minutos
Análise e Plenário	30 minutos
<b>Total</b>	<b>180 minutos</b>

## Competências a desenvolver

Uma vez finalizado o módulo os participantes:

1. Disporão de informações sobre as ferramentas de comunicação política.
2. Estarão conscientes da importância da utilização das ferramentas de comunicação política para potenciar sua participação e incidência política.



# Recomendações e Avaliação







## Recomendações para a participação e incidência política

Além de todos os elementos antes expostos no presente manual, recomenda-se aos participantes o seguinte:

1. Etapa inicial: chuva de idéias. Não há “idéia má” em um início. Embora a idéia, uma vez avaliada, seja má, certamente abriu caminho a outras idéias melhores. O propósito é livrar-se de todos os preconceitos antes de abordar a problemática.
2. Estabelecimento da problemática a resolver: perguntar-se que problema quero resolver, o que me levará a delinear bem o objetivo final.
3. Estabelecimento dos passos a seguir para chegar ao objetivo final e assim resolver a problemática. Sem este esforço, corre-se o risco de não dispor de uma estratégia séria, coerente e bem justificada. Todas as atividades ou passos apresentados devem resolver em conjunto a problemática e somente essa problemática (excluem-se assim atividades não justificadas em função do objetivo).
4. Estabelecimento de um objetivo de máximo e um objetivo de mínimo. Um objetivo de máximo é a soma de tudo o que quero obter com minha estratégia. Um objetivo de mínimo é aquele abaixo do qual não estou disposto a aceitar. Ter claros o objetivo máximo e o mínimo me permite flexibilidade na negociação, fator fundamental em qualquer processo. Uma vez feito isto, avaliar a capacidade de resposta dos atores envolvidos com relação a ambos os objetivos. Por exemplo, no tocante ao Estado, que capacidade tem para atender à minha solicitação? Pedir o máximo sabendo que não tem a capacidade para cumprir, corre-se o risco de finalizar todo tipo de negociação.
5. Perguntar se dentro dessa estratégia a OEA pode cumprir algum papel, e qual seria. A pergunta é: a OEA pode solucionar este problema? A OEA talvez não seja o ator em melhor posição para resolver o problema o parte dele. Pode em todo caso ser um ator secundário, intermediário, etc. Pode ocorrer também que, embora a OEA na seja um ator importante, há atores mais bem preparados ou em melhor situação para atender a uma problemática particular (medir a capacidade de um ator com relação ao objetivo). Por exemplo, se a problemática se referir a uma falta de conhecimento adequado e para isto se propõe como estratégia a construção de mais escolas, não se pode pedir à OEA que construa mais escolas (solicitação que pode ser dirigida ao Estado), mas se pode pedir que a OEA inste os Estados a estabelecerem políticas públicas neste sentido. Isso ajuda a que minha proposta seja levada a sério e a não desperdiça energias.

6. Deixar a redação da proposta para o final. Primeiro fixar todos os elementos que deve conter a proposta. Caso contrário, ficarei enredado nas palavras e na melhor forma de expressar os conceitos em vez de concentrar-me naquilo que desejo expressar (focar mais o QUÊ e não o COMO).
7. Ao formular a proposta específica, perguntar-se qual é a natureza jurídica do instrumento em que serão incorporadas. Pode ser uma convenção ou tratado (instrumento juridicamente obrigatório e de permanência longa); uma declaração ou plano de ação de Cúpulas (instrumentos que estabelecem compromissos políticos e de permanência a médio prazo que não podem ser tão específicos porque ainda devem ser implementados por uma resolução da Assembléia Geral); ou uma resolução da Assembléia Geral (instrumento politicamente obrigatório que fixa para a Organização mandatos de curto prazo e que podem ser enriquecidos anualmente).
8. Redefinir conceitos e posturas conforme se avança no processo não é retroceder. Há muitos fatores que influenciam isso. O acréscimo de novos membros em meu grupo (o qual dará mais força e apoio à proposta), as novas propostas ou contrapropostas realizadas pelas outras partes, etc. Tudo isso merece uma grande capacidade de reajuste e readaptação. Uma vez claro o objetivo do mínimo, não devo temer esses reajustes.
9. As propostas devem incluir os seus mecanismos de implementação, bem como os mecanismos de avaliação posterior. Caso contrário, uma vez aceita a proposta, corre-se o risco de que permanecer em algo programático, sem aplicação. A sociedade civil deve incluir a si mesma como atores nos mecanismos de implementação e avaliação, pois tem uma co-responsabilidade essencial consigo mesma. A pergunta é: que papel devo cumprir em todo o processo e não apenas na etapa de formulação de propostas?
10. Estudar e conhecer bem os atores com os quais vou negociar: capacidades, limitações, vontade política, os objetivos próprios de máximo e mínimo, etc. No caso do Estado, este ator não pode ser considerado como um agente monolítico. O Estado compõe-se de diversos poderes independentes e tem fatores internos que também lhe exigem algo. Tudo isso influencia o processo de tomada de decisões.
11. Nunca começar com a frase “Este ponto não é negociável”, porque com esta frase se começa lançando a mensagem de que não quer negociar.
12. Conciliar agendas entre os atores da sociedade civil. Não dar nunca a impressão de que a sociedade civil é dispersa e incoerente em suas demandas. Isso debilita e o argumento perde força. Focar uma ou duas idéias centrais durante os diálogos. Podem-se usar a técnica “Ponto-Mensagem-Ponto”, ou seja, iniciar uma intervenção propondo a idéia central, em seguida desenvolvê-la, justificá-la, etc., para terminar voltando à idéia central.



## Recomendações para os facilitadores

Para potenciar o impacto das réplicas se recomenda aos facilitadores o seguinte:

1. Transmitir sua experiência e dar informações claras e precisas.
2. Escutar e motivar a participação.
3. Reconhecer as contribuições e promover a responsabilidade compartilhada com a aprendizagem.
4. Estimular todas as partes por igual para que contribuam com sua experiência, especialmente aquelas pessoas que têm dificuldades para participar.
5. Apoiar o desenvolvimento de trabalhos de equipe.
6. Dar ênfase ao desenvolvimento de aptidões de comunicação, negociação, confrontação de idéias, trabalho em equipe e outras capacidades destinadas a fortalecer a capacidade de liderança nos participantes.
7. Promover situações onde os participantes tomem decisões e, com base nas mesmas, tirem conclusões e aprendizagens.
8. Atender às necessidades diferenciadas, na medida do possível, com estratégias de aprendizagem focalizadas.
9. Enfrentar conflitos emergentes e latentes e ajudar a resolvê-los.
10. Estar aberto às sugestões.
11. Avaliar continuamente o desenvolvimento do workshop.

## **Avaliação do Workshop de Formação de Formadores de Líderes Afrodescendentes das Américas**

**1. Até que ponto crê que este workshop o/a ajudou a ter insumos para a formação de formadores/as de líderes afrodescendentes em seu país?**

**Nada em absoluto      1      2      3      4      5      Muito**

**2. Até que ponto crê que este workshop o/a ajudará a aumentar a participação e incidência política das comunidades ou organizações?**

**Nada em absoluto      1      2      3      4      5      Muito**

**3. Na sua opinião, o que não funcionou neste workshop? Que sugestões oferece para melhorá-lo?**

**4. O que foi mais interessante no workshop? Quando foi e o que aprendeu?**

**5. O que você tirou deste workshop? Como lhe servirá para ajudar a sua comunidade ou organização?**

**6. Que sugestões você faria aos facilitadores para seu desenvolvimento profissional?**

**7. Que sugestões você faria à organização para melhorar o workshop?**

Copyright © 2012 Organização dos Estados Americanos (OEA).  
Reservados todos os direitos.

Organização dos Estados Americanos

Departamento de Direito Internacional  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Secretaria-Geral  
Washington, D.C. 2012

19th Street and Constitution Ave. N.W.  
Washington, D.C. 20006  
<http://www.oas.org>

Espanhol  
<http://www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes.htm>

Inglês  
<http://www.oas.org/dil/afrodescendants.htm>

Português  
<http://www.oas.org/dil/port/afrodescendientes.htm>

Desenho: Claudia Saidon, Graphic Ideas Inc.

Para mais informações, por favor, visite

**Espanhol**

[www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes.htm](http://www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes.htm)

**Inglês**

[www.oas.org/dil/afrodescendants.htm](http://www.oas.org/dil/afrodescendants.htm)

**Português**

[www.oas.org/dil/port/afrodescendentes.htm](http://www.oas.org/dil/port/afrodescendentes.htm)

Departamento de Direito Internacional

Secretaria de Assuntos Jurídicos



Organização dos  
Estados Americanos

19th St. & Constitution Ave. N.W.  
Washington, D.C. 20006  
Tel.: 202 458 3312 Fax: 202 458 3293  
Email: [rrojas@oas.org](mailto:rrojas@oas.org)